



1 CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL

2 URC LESTE MINEIRO

3 ÍNTEGRA DA ATA DA 99ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 24/02/2014

4 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – muito boa tarde, boa tarde a
5 todos e a todas, senhoras e senhores, é com satisfação que vamos dar início a 99ª Reunião
6 Ordinária da Unidade Regional Colegiada do Leste Mineiro com a execução do Hino Nacional
7 Brasileiro. Mais uma vez boa tarde a todos, senhoras e senhores, é com satisfação que retorno a
8 Governador Valadares nessa data de 24 de fevereiro de 2014 pra nossa primeira reunião do ano,
9 trago aqui do nosso presidente, Dr. Danilo Vieira Júnior e esperamos que sinceramente possamos
10 ter um ano de muita eficiência, de muita produtividade nessa URC, que é uma Instância que
11 contribui extremamente para fortalecimento da gestão ambiental não só aqui na região do Leste,
12 mas também em todo estado de Minas, é uma URC, posso dizer para os senhores é uma URC
13 diferenciada, que tem uma contribuição efetiva na análise dos processos de licenciamento aqui
14 no estado de Minas Gerais. Dito isso passo ao **item 3 comunicado dos conselheiros e assuntos**
15 **gerais**, está aberta a palavra. Conselheiro Wilson. Wilson Starling, SEDE – senhor coordenador,
16 primeiro uma boa, Wilson Starling, SEDE, quero cumprimentar aqui a todos os conselheiros
17 presentes, aqueles que estão vindo aqui principalmente pela primeira vez, como o companheiro
18 aqui, parece que o rapaz também ele é a primeira vez que ele vem a reunião, o senhor também?
19 Não, o senhor já está antigo, acho que é importante isso, quero registrar as presenças de
20 autoridades que estão aqui nos visitando, acompanhando assuntos de interesse da população,
21 assuntos de interesses de toda sociedade. É claro a nossa prefeita primeiramente ne, aqui
22 presente, de Valadares, quero registrar a presença do Luciano, Presidente da FIEMG de Ipatinga,
23 que tem um trabalho muito bem feito em favor da duplicação da 381, nosso representante de
24 secretário de Assuntos Metropolitanos, o Anderson ne, ah, também quero registrar a presença do
25 deputado Celinho, acho que é Celinho Cetrocél, não é isso? E Juninho Araújo que eu acho que é
26 importante registrar isso em ata porque demonstra a importância da URC e do COPAM nos
27 licenciamentos, e principalmente (*falhas na gravação*) meio ambiente, e mais ainda, trazem o
28 desenvolvimento social, acho que é importante mostrar esse compromisso desses políticos que
29 estão aqui presentes hoje com essa questão que é a questão da população e a questão também do
30 equilíbrio e da sustentabilidade daqueles empreendimentos que nós votamos aqui as licenças,
31 então é preciso registrar isso, muito obrigado. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente
32 Zona da Mata – mais alguém? Conselheiro, por favor. Leonardo Castro Maia, Ministério Público
33 – eu queria destacar aqui dois informes, são duas notícias publicadas em, uma delas foi no
34 passado e a outra já no início desse ano, primeira é uma pesquisa da Universidade de São Paulo,
35 essa pesquisa da Universidade de São Paulo sendo noticiado no dia 8 de abril de 2013 ela
36 mostrou importâncias da passagem da fauna em rodovias ne, isso também é um assunto que
37 atualmente ele está em foco ne, na nossa Unidade Regional Colegiada, mas ele é um assunto que
38 eu acho que vai ser objeto de discussões em várias outras reuniões até uma norma da secretaria
39 de estado concedendo um prazo para convocação de licenciamento porque nós temos muitas
40 rodovias que na verdade nunca passaram por licenciamento ambiental algum, e essa pesquisa da
41 universidade de São Paulo ela foi realizada na rodovia SP, São Paulo 225 entre Itarapina e Jaú e
42 onde há algumas passagens, os túneis usados para a travessia foram considerados nessa rodovia
43 exemplos por especialistas, o número de passagens lá ainda é pequeno segundo estudos apurados
44 por esse estudo, mas as agências ambientais estão exigindo que concessionárias e governos façam
45 instalação delas em obra de duplicação e construção de rodovias, essa pesquisa ela foi realizada
46 com câmeras, câmeras fotográficas instaladas em 10 túneis dessa SP 225, e pela bióloga
47 Fernanda Abra, e essas câmeras mostraram frequências da travessia de animais, imagens
48 mostraram nada menos que 21 espécies, veados, tatus, capivaras e até o lobo guará, essas



49 câmeras, isso em São Paulo ne, que é uma área muito já antropizada, um estado bastante ocupado
50 pelo homem, em dois anos de estudos foram realizadas mais de 800 travessias, mais da metade
51 foram feitas pelas capivaras e tantas outras por outros animais ne, e, foram construídas também
52 passagens úmidas ne, então toda área da rodovia tem uma cerca-guia que direciona os animais
53 para a passagem subterrâneas, em uma delas a passagem de um córrego que estimula a travessia
54 de espécies que preferem se deslocar acompanhando o curso da água, então vejam que uma
55 dessas passagens algumas delas simula o córrego pra animal que trafega justamente, utiliza o
56 córrego como seu corredor de deslocamento, passa fazer a travessia, mais de 70% das travessias
57 via estudo e a pesquisadora que eu monitorei se deram em passagens úmidas, olha que
58 surpreendente, mais uma prova também das áreas de preservação permanente, que são aquelas
59 áreas de matas ciliares, que estão em torno dos córregos, que a fauna, a vida circula perto da
60 água ne, isso é um fato. Outra questão que eu queria destacar é um outro noticiário, esse
61 publicado agora em 09 de janeiro de 2014 sobre o risco eminente de desaparecimento da onça
62 pintada da Mata Atlântica, essa é uma notícia publicada no site de Fundação de Amparo à
63 Pesquisa do estado de São Paulo, FAPESP, famosa entidade aí que fomenta pesquisa, a Mata
64 Atlântica está na eminência relata o noticiário de que perdeu um de seus mais ilustres habitantes,
65 a onça pintada, o alerta foi feita na Revista Science, Revista Science é a maior, principal revista
66 científica do mundo ne, em carta publicada por um grupo de pesquisadores brasileiros, membros
67 do Sistema Nacional de Pesquisa de Biodiversidade, SISBIOTA, disse aqui um dos cientistas na
68 carta, uma recente reunião de especialista em vida selvagem disse que a Mata Atlântica pode em
69 breve ser o primeiro bioma tropical a perder o seu principal predador, a onça pintada,
70 pesquisadores estimam menos de 250 animais adultos vivos em todo território, menos de 250
71 indivíduos em todo o território distribuídos em oito populações isoladas, sem conexão nenhuma,
72 esse é o problema, ainda pior, análises moleculares demonstraram que o tamanho da população
73 efetiva local significa números de animais que estão de fato se reproduzindo e deixando um
74 descendente está abaixo de 50 animais, então desses 250 nós temos 50 animais em média, em
75 capacidade de reprodução, de acordo com Ronaldo Gonçalves Morato, co-autor do texto e chefe
76 do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos do ICMBio - Instituto Chico
77 Mendes, entre as causas do declínio estão perda do habitat resultante do desmatamento e
78 fragmentação e também a caça, a caça desses animais, estima-se que atualmente resta apenas 7%
79 da cobertura original da Mata Atlântica, menos de 10% da cobertura, então o impacto do
80 desaparecimento da onça pintada pra esse local é uma coisa imprevisível ainda, mas certamente
81 o saldo será negativo, que é o principal predador desse ecossistema, Pedro Manoel Galete Júnior,
82 professor do Departamento de Genética da Universidade de São Carlos e co-autor do texto
83 lembra que o desaparecimento da onça pintada pode causar aumento desmedido da população de
84 predadores intermediários, por exemplo, por sua vez isso poderá gerar aumento na predação de
85 ninhos e potencialmente de aves, então vejam como é questão em cadeias, pede-se o predador
86 principal, incrementa-se o número do predador intermediário e nós levamos a extinção outras
87 espécies que viviam naquele ecossistema, o predador de topo de cadeia, diz os estudos tem
88 regulação do ecossistema e quando desaparece o distúrbio é criado, propõe-se então com esses
89 estudos um estratégico pra conservação, a iniciativa de enviar o alerta para a Science, contaram
90 os cientistas, que surgiu na reunião em setembro de 2013 pelo SENAP com objetivo de elaborar
91 esse plano estratégico, de acordo com os especialistas a medida mais urgente seria aumento da
92 fiscalização para evitar perdas dos indivíduos tanto pela caça quanto pela redução do ambiente
93 causada pelo desmatamento e pela fragmentação, abre aspas, primeiro precisamos estancar a
94 perda para então pensarmos em trabalhar na recuperação das populações, estamos discutindo a
95 possibilidade de fazer a translocação de indivíduos, colocar novos animais em uma nova
96 população distinta para ver o cruzamento genético, pois as análises tem mostrado que
97 geneticamente muita dessas populações estão comprometidas. Bem senhores, essa notícia em
98 especial, essa última, ela faz com que também nós pensemos né, levam a uma reflexão sobre



99 uma norma que está na nossa lei maior, Constituição Federal da República, e essa norma ela diz
100 que no nosso país, no nosso estado democrático de direito é proibida nos termos do inciso 7, do
101 parágrafo 1º, do artigo 225, qualquer atividade que possa colocar em risco a função ecológica ou
102 provocar extinções da espécie da fauna e da flora, então as atividades elas devem ser realizadas
103 de modo que não provoquem a extinção, nós não podemos acabar com um tipo de animal, não
104 podemos levar a extinção de um animal ne, aqueles que pensam sobre o foco científico, nós
105 temos toda essa questão de ecossistema, de equilíbrio ecológico, etc., pra aqueles que pensam
106 com viés religioso, nós não podemos fazer desaparecer uma espécie que Deus criou e colocou no
107 planeta ne, então nós temos que fazer o possível para evitar que haja a diminuição de número de
108 espécies, a biodiversidade ela é muito importante pro nosso país, então são esses dois noticiários
109 que eu selecionei e queria aqui fazer uma leitura pros senhores no sentido de alertá-los pra isso e
110 também de sensibiliza-los pra essa importantíssima questão que é a defesa da fauna e da flora
111 brasileira, obrigado. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok
112 conselheiro, muito obrigado pelas notícias, mais alguém? Conselheiro José Ângelo. José Ângelo
113 Paganini, Fundação Relictos – senhores conselheiros, em fevereiro agora o prefeito de Rio
114 Acima, senhor Antonio Cesar Pires, ele revogou a declaração de conformidade que a prefeitura
115 tinha emitido na gestão anterior pra Mina Pólo da Vale do rio Doce, esse foi um dos documentos
116 que permitiu o início do processo de licenciamento dessa mina, o empreendimento da Mina Pólo
117 fica na Serra da Gandarela, posteriormente por recomendação do Ministério Público dada a
118 relevância ambiental da área e do processo de criação do Parque Nacional da Gandarela esse
119 processo de licenciamento foi paralisado. No início do ano também o Conselho Municipal do
120 Patrimônio Cultural e Natural lá da cidade Rio Acima efetuou o tombamento provisório do
121 conjunto histórico-arquitetônico natural, arqueológico e paisagístico de Gandarela, esses fatos
122 são importantes porque os mananciais lá da Serra do Gandarela servem a mais de 60 cachoeiras
123 que a população de Rio Acima reconhece como seu maior patrimônio, entendeu, Rio Acima é
124 conhecida lá como a cidade das águas, registram os guias turísticos e da estrada real, é também a
125 capital das cachoeiras, principal patrimônio eco-turístico a 50 km de Belo Horizonte, as fontes de
126 água também pra abastecimento de água (*falhas na gravação*) uma parte seria de origem ali
127 daquela região, então isso seria só pra conhecimento dos senhores conselheiros. Uma outra
128 questão seria uma informação que eu gostaria de receber da mesa, eu recebi um e-mail do
129 Tribunal de contas do estado de Minas Gerais convidando pra participar de uma pesquisa sobre,
130 a fim de subsidiar uma auditoria lá que tem por finalidade avaliar o desempenho do Sistema
131 Estadual de Meio Ambiente, eu gostaria de saber se isso é fato, se isso é vírus, o quê que é, que
132 tem um link aqui pra ser acessado e eu estou sem saber se isso é uma pesquisa real ou não.
133 Leonardo Castro Maia, Ministério Público – recebi, acessei e respondi a pesquisa, acho que está
134 perfeito. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – eu desconheço essa
135 pesquisa promovida pelo Tribunal de Contas, mas acredito que não seja vírus não, é realmente
136 importante nós termos monitoramento, acompanhamento contínuo dos trabalhos das URC's, das
137 SUPRAM's pra que isso possa avaliar como anda a gestão ambiental, que não sei obviamente o
138 objetivo dessa pesquisa, mas não acredito que não seja nenhum tipo de vírus não. NÃO SEI
139 QUEM FALOU – (*falhas na gravação*) não é vírus, é verdade, é fato. Leonardo Sorbliny
140 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – mais alguém? De minha parte também, obviamente
141 conselheiro Wilson, quero cumprimentar as autoridades aqui presentes, todas as pessoas,
142 especialmente o deputado Celinho Cetrocél, deputado Juninho Araújo, Tales que esteve aqui
143 conosco na reunião de dezembro que é presidente da Agência Metropolitana do Vale do Aço,
144 assim como todos os colegas, conselheiros, cidadãos, e consultores aqui presentes, é, em
145 decorrência dessa participação que nós realmente podemos avançar na análise dos processos e na
146 constituição de resultados que atendam aos interesses e de toda coletividade. Pergunto também
147 se há algum conselheiro iniciando aqui hoje? Temos dois conselheiros aqui iniciando, peço aos
148 senhores que se apresentem, por favor, e já fica aqui as minha boas vindas e a expectativa de



149 uma grande parceria, uma grande contribuição aqui com essa URC. Stéfano Couri de Carvalho –
150 suplente do Wellington Braga, representa a FEDERAMINAS, e estou aqui pra somar também, o
151 que precisar nós estamos aqui ne. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata –
152 ok conselheiro, muito obrigado (*falhas na gravação*), por favor, tenente. Tenente Weverton
153 Júnior Silva, represento aqui Polícia Militar de Minas Gerais, a 8ª Companhia de Meio Ambiente
154 de trânsito. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – muito bem,
155 muitíssimo obrigado então, senhores conselheiros, não havendo mais nenhum comunicado,
156 passo ao Item 4 – Exame da ata da 98ª, perdão, perdão, a senhora tinha me solicitado. Elisa
157 Costa, Prefeita de Governador Valadares – pedi o Leonardo um minutinho pra cumprimentar,
158 saudar ne todos os conselheiros e conselheiras, quero cumprimentar Leonardo em nome da,
159 como superintendente da SUPRAM e a Maria Helena, vocês trocam né, Ubá/Valadares,
160 Valadares/Ubá, os trabalhos parceiros ne, quero saudar também todos os convidados que se
161 encontram aqui, saudar os deputados ne, Celinho e Juninho Araújo, que foi meu colega na
162 Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Luciano da FIEMG representando também os
163 empresários, Movimentos Sociais aqui, mas eu aproveitando esse momento, Leonardo, eu queria
164 anunciar que depois de alguns anos nós conseguimos iniciar as obras da primeira estação de
165 tratamento de esgoto de Governador Valadares ne, então essa primeira estação ela vai tratar 75%
166 do esgoto da nossa cidade, são em duas etapas, pra vocês terem uma idéia a primeira etapa o
167 investimento de 52 milhões e a segunda etapa o investimento de 78 milhões, então essa primeira
168 ETE é um investimento de 130 milhões para tratar então 75% do esgoto da nossa cidade,
169 próximo ao capim, naquela região de Ribadinha e já bastante adiantado os projetos para a
170 segunda que será na região do Ibituruna que vai tratar os restantes 25% daquela região de lá,
171 então acho que isso é uma importante pra nossa SUPRAM, pra todas as pessoas que estão aqui,
172 que querem ver um rio Doce limpo ne, e também nós fazermos o nosso dever de casa, quero
173 agradecer todo o empenho da SUPRAM, viu Maria Helena, e em seu nome toda a equipe que se
174 empenhou, nos auxiliou, ajudou analisar os projetos, e conseguimos o que licenciamento
175 ambiental para início das obras, vocês sabem que toda ETE como algumas outras políticas de
176 saneamento, mas áreas de defesa social sempre tem reações a comunidade, então também
177 tivemos muitos debates, audiências públicas pra que a gente pudesse avançar, quero registrar
178 também que vai ser objeto de debate quando formos discutir aqui o licenciamento da BR 381 que
179 na semana passada, na segunda feira a presidenta Dilma presente em Governador Valadares
180 anunciou a duplicação da 381 até Governador Valadares, então isso também é uma conquista da
181 cidade e de muitas lideranças que ao longo dos anos nós fizemos essa discussão, houve um
182 estudo, um estudo a mais tempo do tráfego, tráfego daqui pra Ipatinga, naquele estudo
183 tecnicamente inicial não comportava uma duplicação, mas uma terceira via, mas nós pedimos
184 novos estudos que foram feitos que comprovaram a necessidade, então não é apenas também o
185 motivo técnico, mas principalmente é o motivo para o desenvolvimento dessa região e não deixar
186 Governador Valadares isolada em relação ao estado, em relação a outras regiões de Minas, então
187 nós achamos fundamental esse anúncio, na verdade o lote já foi licitado, já tem um consórcio
188 que vai, mais algum tempo o DNIT já tinha pedido estudos ao consorcio pra que pudesse
189 analisar e viabilizar a possibilidade da duplicação né, é claro que esse debate deve voltar aqui,
190 agora e mais a diante também, mas são esses 72 km daqui até Belo Oriente, então eu quero
191 registrar que é uma conquista da cidade, de todos que lutamos juntos pra que isso pudesse
192 acontecer, então eu também deixo aqui o meu agradecimento à presidenta, mas a todas as
193 pessoas que se dispuseram a lutar junto conosco, nós não desistimos, ao longo de três anos nós
194 enfrentamos esse debate, eu acho que é a conquista de todos, então eu quero deixar como
195 anúncio aqui porque eu acho fundamental para o desenvolvimento de Valadares, eu acho que
196 Universidade Federal, agora a vinda da duplicação e outras iniciativas colabore muito pra
197 Valadares avançar no seu processo de desenvolvimento, e o nosso desejo é que ele seja cada vez
198 mais sustentável ne, muito obrigada. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da



199 Mata – ok prefeita, muito obrigado pela sua contribuição, realmente é um passo importantíssimo
200 pro município e pra região toda ne, implantação desse sistema de tratamento de esgoto é uma
201 conquista que Valadares está agora consolidando e nós temos certeza que nos próximos anos
202 vão atingir 100% de todo efluente sanitário gerado aqui no município, conte conosco, SUPRAM
203 pra colaborar nesse sentido, muito bem senhores, vamos então ao **item 4 – exame da ata da 98ª**
204 **Reunião Ordinária** de 12/dezembro/2013, material disponibilizado no site da SEMAD, em
205 discussão. Não havendo nenhuma questão, eu coloco em votação, aqueles que estiverem de
206 acordo com a ata da 98ª Reunião Ordinária de 12/dezembro/2013 permaneçam como estão,
207 **APROVADA. Item 5 – Avaliação Ambiental Integrada da Unidade de Planejamento de**
208 **Gestão de Recursos Hídricos do rio Suassui Grande, DO4, Bacia do rio Doce, Apresentação**
209 **Dr. Samuel Rodrigues Sales Campos, Universidade Federal de Lavras**, essa apresentação é
210 extremamente importante, eu destaco aqui e peço atenção dos senhores, foi editado uma
211 Resolução SEMAD de número 2014, no dia 13 de fevereiro de 2014, e essa Resolução
212 estabeleceu que nós vamos ter aí como instrumento de Gestão Ambiental o estudo da Avaliação
213 Ambiental Integrada da Unidade de Planejamento de Gestão de Recursos Hídricos DO4 do rio
214 Suassui e determinou sua aplicação no estado de Minas, é, uma das cláusulas, vamos dizer assim,
215 dos dispositivos que estão previstos nessa Resolução é justamente a apresentação para a Unidade
216 Regional Colegiada do Leste de Minas dessa avaliação ambiental integrada, os resultados dessa
217 avaliação ambiental integrada pra que nós possamos iniciar o compartilhamento dessas
218 informações, é um instrumento de extrema relevância para análise de vários tipos de
219 empreendimentos, principalmente empreendimentos hidrelétricos que estejam situados,
220 planejados pra essa análise bem maior sobre a Resolução da SEMAD, sobre a importância do
221 estudo que foi feito. Samuel Rodrigues de Sales Campos / UFLA. - primeiramente queria
222 cumprimentar a todos, agradecer a SEMAD na figura da anfitriã aqui Maria Helena de estar mais
223 uma vez aqui em Governador Valadares falando sobre o tema de avaliação ambiental integrada,
224 nós da academia, da Universidade entendemos a importância desse documento, desse estudo, e
225 quando a gente consegue trabalhar num projeto onde se aplica conhecimento científico e técnico
226 da universidade pra gerar produto palpável pra sociedade, isso pra nós é muito gratificante. Bom,
227 a universidade está trabalhando a avaliação ambiental integrada do Suassui a quase um ano, é um
228 documento com mais de 1.000 páginas, e eu não tenho aqui senhores, a pretensão de passar com
229 vocês em meia hora, 40 minutos esse estudo detalhadamente, a gente vai tentar passar pra vocês
230 aqui conceito geral de metodologia, quais foram conceitos avaliados, utilizados pra classificar
231 impactos, e os resultados desse trabalho, pode passar, por favor, bom, aqui está a equipe básica
232 do trabalho, o professor José Roberto Scoufro, que é o coordenador do projeto e Reitor da
233 Universidade, eu que trabalho a parte de tecnologia da informação, Professor João José Marques,
234 que trabalha a parte de solo, Dr. Paulo Pompeu que trabalha a parte de ictiofauna, o Dr. Carlos
235 Rogério de Melo que trabalha a parte de recursos hídricos, Dr. José Roberto Pereira que trabalha
236 a parte sócio-economia, que está presente aqui conosco ne, que pode vir, Dr. Júlio que trabalha a
237 parte de ecologia fauna e flora, principalmente a parte terrestre, Dr. Luiz Antônio Coimbra de
238 legislação florestal, e Luiz Marcelo a parte de geo-processamento floresta e assessoramento
239 remoto. Bom pessoal, primeiramente eu queria pedir desculpas aqui nós estamos agora na
240 universidade, no final de período ne, por causa da greve do ano passado, então a agenda da nossa
241 equipe estava muito comprometida, aí so consegui vir eu e o professor José Roberto Pereira ne, a
242 gente entende que a gente está abrindo aqui uma discussão da avaliação ambiental integrada
243 como eu disse, e a equipe vai ficar a disposição pra você, pra maior detalhamento, dúvidas que
244 forem geradas aqui e nossa equipe não conseguir responder, estamos aqui em n úmeross
245 reduzidos ne Roberto, mas a gente anota e leva para os especialistas, pode passar, por favor,
246 bom, os principais documentos de referências nesse estudo, entendendo que a avaliação
247 ambiental integrada a gente trabalha com dados secundários, nós temos aí o zoneamento
248 ecológico econômico como base de dados oficial ecológico do estado, os planos integrados de



249 recursos hídricos, avaliação ambiental integrada da bacia do rio Doce, integração da avaliação
250 ambiental integrada e avaliação ambiental estratégica também um produto do estado, diagnóstico
251 ambiental do estado de Minas Gerais, o mapa da bio-divers, lista de fauna brasileira, e alguns
252 EIA/RIMA's da bacia, pode passar, por favor, bom, nós vamos falar um pouquinho aqui hoje o
253 conceito de avaliação ambiental integrada, o quê que é esse documento, caracterização da
254 UPGRH do Suassui Grande, quais foram os indicadores e as variáveis utilizadas pra caracterizar
255 a lógica ambiental e socioeconômica da UPGRH, o cenário dos empreendimentos, cenário atual,
256 médio, e longo prazo, avaliação ambiental distribuída em si, como foi analisada o
257 empreendimento por empreendimento, avaliação ambiental integrada olhando aí o efeito
258 sinérgico e cumulativo dos empreendimentos, possíveis conflitos e conclusões e alguma
259 resultados pras discussões, pode passar, por favor, pode passar, bom, primeiramente qual é o
260 conceito de avaliação ambiental integrada? Avaliação ambiental integrada é, ao contrário do que
261 muitas pessoas pensam que não é uma ferramenta de licenciamento, ela é uma ferramenta de
262 planejamento e implementação de ações pra cada região, então a avaliação ambiental integrada
263 não vai dar resposta se esse empreendimento pode ou não pode ser licenciado, o que ela vai fazer
264 e é o papel dela é direcionar os estudos como EIA/RIMA, como outros estudos ambientais, então
265 ela tem o papel de fundamentar planejamento e direcionar estudos, pode passar, bom, eu usei
266 esse slide aqui pra apresentar uma lógica de avaliação ambiental integrada a gente entende ela
267 sempre no horizonte de bacia hidrográfica, a gente pode dividi-la em UPGRH, porém alguns
268 temas não tem como trabalhar se não for o pensamento de bacia hidrográfica, mictiofauna,
269 qualidade da água, então mesmo o estudo sendo para o UPGRH do Suassui Grande, sempre que
270 o tema houve a necessidade de olhar o horizonte como bacia, nós remetemos os estudos a uma
271 análise de bacia, não apenas a uma delimitação de um UPGRH, quando a gente entra pra olhar o
272 empreendimento o estudo adequado é o licenciamento EIA/RIMA fundamentado na avaliação
273 ambiental integrada, então a avaliação ambiental integrada vai mostrar para aquela região, ou
274 para aquele empreendimento quais são os temas mais sensíveis e vulneráveis pra que eu possa
275 direcionar o meu estudo e pedir um maior detalhamento onde for necessário, por exemplo, se
276 esse empreendimento tivesse na avaliação ambiental integrada mostrado um problema de
277 assoreamento, erosão, então teria um estudo mais bem detalhado do solo, se o problema ali fosse
278 sócio-economia eu ia abrir a minha árvore de dados de zoneamento e pedir aqueles indicadores
279 que mostraram aquela vulnerabilidade social, pode passar, o objetivo em uma avaliação
280 ambiental integrada principalmente é identificar efeitos sinérgico e cumulativo do
281 empreendimento que está sendo implantado ou em operação dentro da UPGRH, esse é o objetivo
282 principal de uma avaliação ambiental integrada, pode passar, por favor, quando a gente vai pra
283 um nível de objetivos específicos ne, são N objetivos específicos, eu trouxe aqui o que pra mim
284 são mais importantes, promover conhecimento integrado da bacia, quando você traz você junta a
285 base de dados pulverizada nos órgãos, pulverizada nas Universidades para uma base única, esse
286 aí já é um objetivo da avaliação ambiental integrada né, construção de cenários pra
287 desenvolvimento, opção de cenários de desenvolvimento para bacia ne, ferramenta de
288 planejamento tomada decisão, e identificar os empreendimentos com maior eficiência sócio-
289 ambiental de aproveitamento de recursos naturais, então eu tenho que naquele cenário que eu
290 construir anteriormente quais são os empreendimentos mais eficientes sócio-ambientalmente, e
291 não só aqueles que tem o menor impacto ambiental como ao que fizeram mais energia, mas um
292 conceito de eficiência para desenvolvimento sustentável, pode passar, por favor, aí está o
293 UPGRH do Doce ne, ela tem 22 mil quilômetros quadrados aproximadamente, composta por 46
294 municípios com a população de 650 a 700 mil habitantes, pode passar, por favor, aí quando a
295 gente vai pro conceito de bacia do UPGRH nós temos aqui em laranja a bacia do Suassui
296 Grande, em cinza aqui a bacia do Suassi pequeno e em verde aqui a bacia do Corrente Grande,
297 então essas três bacias hidrográficas compõe ao UPGRH do Suassui Grande. Bom, agora vamos
298 entrar na caracterização da bacia como objetivo, nós temos aqui a bacia na visão da



299 vulnerabilidade natural do zoneamento ecológico econômico, a gente enxerga que a maioria da
300 bacia do Suassui Grande ela se encontra na faixa de baixa e muito baixa vulnerabilidade natural,
301 o quê que isso reflete? Que é uma bacia já (*falhas na gravação*) com característica que já vem
302 histórico de desmatamento onde Dr. Leonardo colocou muito bem que problema da
303 fragmentação florestal e aqui nessa bacia isso é muito claro, pode passar, por favor, quando a
304 gente vai agora pra uma visão do diagnóstico socioeconômico você tem os municípios no estado
305 muito precário e precário, isso mostra a dificuldade, a dificuldade do ponto de partida
306 socioeconômico pra trazer aqui o que a nossa prefeita falou, de crescimento sustentável, é uma
307 característica dos municípios daqui, é uma dependência e transferência de recurso direto ou
308 indiretamente dos governos estaduais e federais, pode passar, quando a gente vai agora pra parte
309 caracterização ambiental da bacia, quais foram os indicadores que foram usados nesses estudos,
310 bom, pra recurso hídrico do sistema aquático nós precisamos clima, qualidade de água especiais,
311 uso dos recursos hídricos, ictiofauna, caracterização do potencial de eutrofização da bacia,
312 caracterização dos possíveis conflitos de fontes poluidoras, pode passar, quando a gente vai pro
313 tema do meio físico, eco-sistema terrestre aí nós já vamos pra unidade geo-morfológica,
314 caracterização do solo da bacia, histórico regional de sísmicos, caracterização da fauna, flora,
315 vegetação, unidade de conservação, a vulnerabilidade natural como síntese ambiental,
316 vulnerabilidade de erosão, qualidade ambiental, risco ambiental e por fim áreas prioritárias pra
317 conservação e recuperação dentro da bacia, então pra caracterizar a parte ambiental terrestre da
318 UPGRH estudamos todas essas camadas que foram coletadas aqueles documentos de referência
319 que a gente mostrou no começo, pode passar, pra caracterização socioeconômica cultural nós
320 ampliamos (*falhas na gravação*) e reforçamos da parte socioeconômica ne, demos um peso
321 maior pra ela, trabalhamos desde demografia até componentes da bacia, eu não vou passar todo
322 aqui mas vocês podem ver que é uma gama bem robusta de indicadores e variáveis, pode passar,
323 bem, agora nós vamos entrar nos cenários da bacia ne, primeiro aqui nós temos o cenário atual,
324 hoje nós temos paiol no rio Suassui Grande, PCH Corrente Grande no rio Corrente Grande que
325 está aqui embaixo, a PCH Barra da Paciência, UEH Tronqueiras do rio Tronqueiras, a PCH
326 Coquinho lá em cima, a CGH Brejauba, Alto Brejauba, Brejauba e Corrente Grande, então esse é
327 o cenário atual da bacia ne, pode passar, por favor, bom, quando a gente vai pro cenário de
328 médio prazo que é adicionado aos empreendimentos em operação e instalação ne, mas projeto
329 básico aceito pela ANAEL e processo de licença prévia, nós vamos pra um horizonte de mais 17
330 empreendimentos dispostos dessa maneira, grande concentração de empreendimento no rio
331 Suassui Grande, pode passar, por favor, e o cenário de longo prazo nós temos aqui uma menor
332 quantidade de empreendimento mais distribuída na bacia Corrente Grande e do Suassui Pequeno,
333 pode passar, então nós temos hoje no cenário atual uma URH, 4 PCH, 3 CGH com potencial
334 energético 64 mil MW, no cenário médio nós temos 2 UHE, 20 PCH, 3 CGA, CGH com
335 potencial de 196, 197 MW, um cenário a longo prazo nós vamos pra 4 empreendimentos de
336 UHE, 25 empreendimentos de PCH, e 3 CGH pra um potencial de (*falhas na gravação*) MW,
337 um total de 32 empreendimentos em operação, em planejamento num período aproximadamente
338 de 15 anos, e aí seria o cenário de longo prazo adicionado médio e atual, quando você tem em
339 branco são os empreendimentos em operação, amarelo os empreendimentos a médio prazo e
340 nesse vermelho os empreendimentos a longo prazo. Bom, pra fazer o estudo nós tivemos que
341 primeiro gerar área de inundação dos empreendimentos, a base de dado usado foi os pontos da
342 ANAEL, altura do barramento, a Universidade criou uma ferramenta que através do modelo
343 elevação digital simula a área do empreendimento, não é a área real do empreendimento, mas é
344 uma simulação onde que a gente trabalhou com um desvio padrão de menos de 5% de área,
345 então o erro estimado na nossa simulação ficou abaixo do 5% que pra um estudo dessa
346 magnitude é muito aceitável, pode passar, bom, aí é a ilustração de um empreendimento
347 simulado através da ferramenta, vocês podem ver que ela tem um modelo meio serrilhado porque
348 vem da base de qualidade de dados do modelo de elevação que é de 30/30 metros e depois que a



349 gente gera essa simulação a gente consegue ter subsídio pra cruzar com aqueles indicadores e
350 variáveis demonstrados acima e gerar o impacto do empreendimento, pode passar, aí nós temos
351 várias camadas de informação cruza o empreendimento e se tira um indicador pra cada
352 empreendimento, pode passar, e como é que foi escolhido esses indicadores e variáveis pra esses
353 empreendimentos, bom, primeiro conhecimento e relevância da variável para aplicação do
354 impacto ne, aquela variável pensando sempre no conceito de hidrelétrica qual que é a relevância
355 pro estudo? (*falhas na gravação*) mostrando a distribuição geográfica dessa variável com detalhe
356 suficiente, esse é um ponto muito importante, toda vez que a gente vai falar em avaliação
357 ambiental integrada tem aquela coisa, não, mas na minha região eu tenho estudo mais detalhado
358 que zoneamento ecológico econômico, na minha região eu tenho um estudo que foi feito pela
359 Universidade tal, tal, bom, a gente não pode usar estudos pontuais dentro da bacia porque senão
360 nós vamos preterir, preferir um empreendimento, não porque ele tem maior ou menos impacto,
361 mas sim porque ele tem mais ou menos informação, então um requisito básico é que essa
362 informação pra ser usada tem que ser espacializada pra dentro de toda a bacia pra que a gente
363 possa analisar os impactos com o mesmo peso, bom, critério de análise ne, pra identificação de
364 impacto ambiental, meio físico e eco-sistema terrestre utilizamos qualidade ambiental que mede
365 a vegetação nativa, sedimentação, e qualidade da água, vulnerabilidade natural que é a carta
366 simples de zoneamento ecológico econômico da parte ambiental. A caracterização de recursos
367 hídricos e ecossistemas aquáticos, áreas prioritárias pra conservação da ictiofauna, entendas-se
368 biodiversas, qualidade da água e ictiofauna, esse indicador ictiofauna foi criado para esse estudo,
369 nós vamos explicá-lo com maior detalhe nos próximos slides, volta por favor, zonas temáticas,
370 unidade de conservação e área de amortecimento, o DNPM ne, recursos de direitos minerários,
371 áreas indígenas, áreas urbanas e áreas castiças, pode passar, pra parte da sócio-economia foi
372 criado dois indicadores básicos ne, os indicadores favoráveis e os indicadores desfavoráveis
373 (*falhas na gravação*) do empreendimento vai gerar coisas positivas pros municípios, a chegada
374 do empreendimento vai fortalecer aquele tema dentro do indicador favorável e o desfavoráveis é
375 aqueles indicadores que por algum problema pode ser gerado um conflito com a chegada do
376 empreendimento, os desfavoráveis são agricultura familiar pro município, então um município
377 que possui muitos agricultores familiares é possível que exista naquele município um maior
378 conflito com a chegada do empreendimento ne, pela questão do lago e conflito com
379 comunidades, densidade e ocupação econômica das terras, aí a questão da perda diária produtiva
380 do município, índice de compensação financeira e extrativista mineral, a lógico de um lago
381 inundar uma área de DNPM e o município perder aquela área com passível de um extração
382 mineral, a mesma lógica por ICMS ecológico alguma perda de fragmento florestal pode trazer
383 prejuízo pro município na questão desse benefício, índice de malha rodoviária é que pode haver
384 conflito com estradas, rodovias e ter que ter algumas interferência, quando a gente passa para os
385 indicadores socioeconômicos favoráveis nós vamos pra capacidade financeira e gestão do
386 município ne, vai trazer mais recurso para o município, índice de desenvolvimento humano,
387 aumento do DH do município, distribuição espacial da população urbana e rural ne, quando o
388 município ele tem uma característica de maior concentração urbana, você diminui a possibilidade
389 de conflito na área rural, o PIB do município, aumento de serviços agropecuário e indústria, e
390 emprego formal, pode passar, por favor. Bom, baseado nesses indicadores foi criado uma matriz
391 de análise, essa matriz ela foi dividida em 4 temas, caracterização do meio físico e ecossistema
392 terrestre, caracterização dos recursos hídricos e ecossistemas aquáticos, zonas temáticas, e
393 impactos socioeconômicos, e pra cada tema foi se dado um peso de impacto ne, pra
394 caracterização do meio físico e ecossistema terrestre 20% do peso, quer dizer, todo impacto
395 daquele indicador é multiplicado por 02, caracterização dos recursos hídricos e ecossistemas
396 aquáticos 03, é 30%, que a gente entende que é a área de maior conflito com a parte hidrelétrica,
397 zona temática 20%, sócio-economia 30%, dentro de cada tema nós ainda parcionamos os pesos
398 das variáveis, como exemplo, a caracterização do meio físico do ecossistema terrestre, a



399 qualidade ambiental ganhou 50% do peso, e a vulnerabilidade natural 50%. Quando a gente foi
400 pra caracterização dos recursos hídricos, 20% pra prioridade da conservação da biodiversitas pra
401 ictiofauna, 30% pra qualidade de água, e 50% pro tema específico de ictiofauna, pras zonas
402 temáticas 40% quando há conflito em unidade de conservação, 15% pra áreas cásticas, 15% pra
403 DNPM, 20 e 10% pra terra indígena de área urbana sucessivamente, e pro índice econômico 50%
404 pro positivo favorável e 50% pros desfavoráveis, usando esses indicadores todos os
405 empreendimentos ganhou um valor, um peso, um índice pra cada variável e o final, nós temos o
406 índice final do empreendimento na questão sócio- ambiental, impacto sócio-ambiental, então
407 cada empreendimento da bacia ganhou uma nota final que está avaliando o impacto dele, sócio-
408 ambiental tendo essa valoração, pessoal, aí você pode falar pra mim, ah, mas como chegou a
409 esses indicadores? Porque 20% , pra cada meio físico 30%? Bom pessoal, isso foi um estudo dos
410 especialistas que chegou a esse número, por isso a gente reuni outro grupo de especialista
411 provavelmente esse número vai mudar, o importante dessa planilha que ela não é uma caixa
412 preta, é uma planilha aberta que se você não concorda com esses valores, você muda os pesos e a
413 classificação vai mudar, o importante é a lógica da questão da avaliação do impacto pra gente
414 chegar no desenvolvimento sustentável através da eficiência ambiental. Bom, pode passar, por
415 favor, bom, pra cada indicador ou variável que nós mostramos ali tem um estudo minucioso de
416 como avaliar aquele indicador, eu peguei aqui a variável ictiofauna como exemplo, porque não
417 daria pra explicar todos, para o indicador ictiofauna, o nosso especialista Paulo Pompeu criou
418 uma forma de análise de impacto com três variáveis, primeiro, comprimento do reservatório,
419 entendendo quanto maior o comprimento maior a perda de trecho lotico, fragmentação do rio,
420 entendendo que quanto maior a fragmentação do rio diminui o percurso pra espécies migradoras
421 e presença ou não de trecho de vazão reduzida, bom, pode passar, por favor, pode passar, por
422 favor, bom, na lógica de perda de trecho lótico, o quê que foi feito? Para cada bacia, e aí a gente
423 voltou pra ictiofauna, sempre no conceito de bacia, e sub-bacia, para cada sub-bacia nós
424 pegamos aquele empreendimento com maior comprimento do reservatório e demos pra ele o
425 peso 1, e relativamente pros outros foi verificando, na Corrente Grande o maior empreendimento
426 é o Porto Santa Rita, no Suassui Grande o maior empreendimento é PCH Piau, e no Suassui
427 Pequeno o maior é o Santa Rita, então eles receberam nota pra cada empreendimento, pode
428 passar, quando a gente vai pensar em perda de trecho lotico pra migração, migratório, a gente
429 calculou quantos quilômetros a jusante e a montante aquele empreendimento, e também foi dado
430 nota pra cada empreendimento, pode passar, por favor, e quando o empreendimento tem TVR foi
431 dado um valor 06, acrescido no valor dele, uma nota 06, então por bacia nós temos esse quadro
432 aqui, onde você tem ali vazão reduzida, o comprimento do reservatório e o potencial de
433 fragmentação, então nós temos aqui quanto maior a nota, maior impacto de cada
434 empreendimento, pode passar, aí pra Suassui Pequeno ne, pode passar, e Corrente grande, então
435 utilizando aquela forma de análise daquela matriz nós temos aqui o ranque de impactos
436 socioeconômico, sócio-ambiental, desculpa, dos empreendimentos onde quanto maior o número
437 aqui do indicador, mais impacto sócio ambiental, pode passar, bom pessoal, eu falei um pouco lá
438 no começo da apresentação, a gente tem que analisar não apenas o impacto ambiental, mas uma
439 lógica sempre de impacto ambiental, impacto socioeconômico, e potencia energética,
440 vislumbrando o quê? Um crescimento sustentável, então, o quê que nós queremos? O máximo de
441 geração de energia, com o mínimo impacto negativo ao meio ambiente e sociedade, então eu
442 tenho lá naquele gráfico, no eixo Y aí o índice de impacto sócio-ambiental e no meu eixo X o
443 índice de benefício energético, quanto maior impacto (*falhas na gravação*) benefício energético
444 daquele quadrante vermelho lá, teoricamente o empreendimento ele tem uma eficiência sócio-
445 ambiental menor, quanto maior o benefício energético e menor o impacto sócio-ambiental
446 melhor a eficiência, pode passar, aí nós temos um gráfico de aspersão aí, onde nós temos
447 empreendimentos e respeitando aquela lógica daquele gráfico você tem no seu canto superior
448 esquerdo empreendimentos com menos eficiência e no canto inferior direito os empreendimentos



449 com maior eficiência, pode passar, e aí nós temos aquela lógica daquele gráfico anterior, mas
450 com formato de, temos ali a PCH Retiro 1, com maior eficiência ambiental da bacia, pode
451 passar, por favor, bom, agora nós vamos, nós acabamos de falar da análise de empreendimento
452 por empreendimento, agora nós vamos partir pra um conceito de análise como um todo ne, análise
453 ambiental integrada, aí nós temos aí impacto cumulativo, impacto sinérgico, o impacto
454 cumulativo é a sobreposição de impactos, é a soma, eu tenho impactos sobre ecossistemas
455 terrestres, eu tenho impacto sobre ecossistema aquático, a soma desses impactos vão me dar um
456 efeito cumulativo final, já os impactos sinérgicos não, impactos sinérgicos ele não é diretamente
457 dividido, por exemplo, eu tenho lá um impacto sobre cobertura vegetal ciliar, mata ciliar, aquilo
458 ele vai acarretar um outro impacto, por exemplo, na qualidade da água, que pode acarretar um
459 outro impacto na ictiofauna, então é um impacto que ele é amarrado, um impacto muito difícil de
460 ser medido em ferramenta de modelo, ferramentas de, aí precisa do especialista, aí precisa da
461 pessoa que conhece a bacia para analisar aqueles efeitos sinérgicos, principalmente na parte
462 socioeconômica, pode passar, bom, então nós criamos e vamos analisar agora em cima de cada
463 tema os efeitos cumulativos e sinérgicos, primeiro tema é o recurso hídrico, então quais são os
464 indicadores pros efeitos. Pessoal, nós vamos falar agora de dois conceitos que no começo pode
465 parecer semelhantes, mas tem uma fineza de detalhes diferentes, nós vamos trabalhar efeito e
466 impacto, o quê que é o efeito, efeito é que naquele local vai haver um efeito maior ou menos do
467 empreendimento, mas não quer dizer que aquele vai ser o impacto, porque de acordo com as
468 características do local o impacto pode ser potencializado, o impacto pode ser reduzido de
469 acordo com esses indicadores, então vamos lá, área do reservatório e 50 km a montante do
470 reservatório como trecho lotico para espécies migradoras, esse foi pra calcular efeito, pode
471 passar, por favor, pra mim, aí nós temos o mapa né, onde em laranja são os reservatórios e em
472 amarelo são os trechos loticos que serão perdidos, médio prazo, pode passar, longo prazo ne, a
473 gente tem uma grande, uma diferença bem grande de cenário de médio pra longo prazo. Bom,
474 quando nós pegamos esses efeitos, pode passar, por favor, e cruzamos com as variáveis de
475 impactos, áreas prioritários pra conservação da ictiofauna, qualidade da água, ictiofauna, aí nós
476 vamos ver agora o mapa de impacto, aí nós temos o impacto de médio prazo, onde verde-escuro
477 é muito baixo impacto, vermelho muito alto impacto, nós temos ali no Suassui Grande aquela
478 região em vermelho ali com grande impacto na ictiofauna, pode passar, longo prazo aí você vem
479 aqui um pouco pro Suassui Pequeno o impacto maior no reservatório aqui, então quando eu
480 cruzo efeito com os indicadores de análises eu tenho um impacto, pode passar, *(falhas na*
481 *gravação)* uma lógica de análise da seguinte forma, foi dado peso pra diferentes áreas, área
482 alagada, logicamente foi criado o maior peso, depois se criou uma área de impacto de 500 metros
483 ao redor do empreendimento, que foi o segundo maior peso, depois numa área que 500 metros a
484 1 km terceiro maior peso, e de 1 km a 3 km quarto maior peso, a a partir de 3 km a gente acha
485 que pode que pode ser essa análise de impacto ela não é necessário pra um estudo dessa
486 grandeza, pode passar, aí quando nós vemos o mapa de efeito médio prazo, ali nós temos os
487 Barfes dos empreendimentos, pode passar, por favor, longo prazo, quando nós cruzamos esses
488 mapas de efeitos com os indicadores, pode passar, por favor, quais indicadores? Qualidade
489 ambiental, integridade da fauna terrestre, nós temos o mapa de impacto, pode passar, aí o mapa
490 de qualidade ambiental atual da bacia ta, quando eu vou pra médio prazo, pode passar, vocês
491 notem que aqui a qualidade ambiental vai *(fora do microfone)* uma piora na qualidade ambiental,
492 esse vai pra médio prazo, por favor, quando vai pra longo prazo a gente tem uma melhora
493 significativa na bacia do Suassui Pequeno, pode passar, esse é o mapa da integridade da fauna
494 terrestre ta, quando a gente cruza o impacto, pode passar, por favor, *(fora do microfone)* a gente
495 tem uma piora na integridade da fauna terrestre, pode passar, longo prazo, pode passar, obrigado,
496 a longo prazo a mudança é muito pouca nesse mapa, pode passar, bom, os critérios
497 socioeconômicos nós também tivemos que criar esse critério, quais foram os dois critérios
498 criados? Primeiro, área alagada do município, perda de área produtiva, então se eu tenho um lago



499 grande no meu município, eu tenho X hectares perdidos e aquilo ali vai ser ponderado como
500 efeito para o meu socioeconômico, e a outra foi a distância do barramento até a sede municipal
501 mais próxima, que a gente entende é que o impacto socioeconômico do empreendimento
502 hidrelétrica ele é maior, ele é mais significativo na época da construção do barramento, então as
503 vezes o empreendimento ele não tem tanta área alagada, mas a sede municipal dele está mais
504 próxima do barramento, então ele vai ser afetado com os efeitos da implementação do
505 barramento, pode passar, aqui está o exemplo, (*fora do microfone*) mais afetada do que São João
506 Evangelista, pode passar, aí pra médio prazo nós temos efeito socioeconômico onde eu tenho a
507 cor mais escura 0 município com maior efeito e a cor mais clara o município com menor efeito
508 do empreendimento, quando eu vou pra médio – longo prazo aí eu tenho entrando em
509 Governador Valadares aqui com bastante efeito socioeconômico, quando eu cruzo, pode passar,
510 esse efeito com meus índices socioeconômicos favorável ou desfavorável eu tenho um mapa de
511 impacto ne, pode passar, aqui está o meu mapa de índice socioeconômico, quando eu cruzo ele
512 com meu mapa de efeito, pode passar, eu tenho os empreendimentos com muito alto impactos e
513 muito baixo impacto, médio prazo, pode passar, por favor, e longo prazo, pode passar, bom
514 pessoal, agora nós vamos pras questões dos possíveis conflitos, foram analisados conflitos em
515 manchas urbanas, municípios com presenças de Quilombolas, terras indígenas, áreas cásticas e
516 conflito por água, o mapa de possível conflito a gente vê que não tem um conflito aparente, é
517 claro que essa questão de conflito tem que ser analisada mais profundamente no EIA/RIMA, mas
518 a nível de avaliação ambiental integrada a gente não encontra nenhum conflito aparente para
519 assentamentos, mancha urbana, Quilombola e terra indígena, mas quando a gente vai, pode
520 passar, por favor, pro conflito de uso de água, a gente vê possíveis conflitos na cabeceira do rio
521 Suassui e do Corrente Grande, então esse conflito, como é que ele foi analisado? A base de
522 dados de outorga da ANA ne, a gente analisou as outorgas e viu e fez um diagnóstico de conflito
523 até o rio Doce, e os conflitos aparentes são basicamente nas cabeceiras, pode passar, bom, vamos
524 passar agora pra parte de algumas conclusões e recomendações dos estudos ne, sobre a ictiofauna
525 ne, para as três bacias avaliadas a mudança mais significativa é em relação ao médio prazo,
526 quando você vai pro longo prazo os impactos são mais atenuados, a bacia do Suassui Grande,
527 isso é uma informação importante ela já não possui o seu valor de conservação original, como de
528 considerado o mapa da bio-diversas, porque? Quando o mapa da bio-diversas foi construído
529 ainda não tinha a PCH Paiol, então a PCH Paiol dentro do Suassui Grande ela muda esse cenário
530 da bacia do Suassui grande como alta prioridade de conservação que já existe ali uma barreira, a
531 bacia do Suassui Pequeno hoje ela possui um valor potencial elevado, mas quando você vai pra
532 médio e longo prazo esse valor também é diminuído, hoje apresenta também os dois
533 empreendimentos hidrelétricos, porém esses empreendimentos hidrelétricos são em barreiras
534 naturais, são cachoeiras, então o valor de fragmentação dele também é reduzido, mas a médio e
535 longo prazo também se forem implementados todos os empreendimentos ele vai perder o seu
536 valor biótico, pode passar, por favor, algumas recomendações da parte de ictiofauna é tentar
537 identificar as caracterizadas populações e comunidades de peixes, identificar e caracterizar os
538 cites de desovas de peixes, identificar e caracterizar os cites de alimentação, identificar e
539 caracterizar utilização pelos peixes ne, das rotas migratórias, monitorar mudança na estrutura da
540 população da comunidade, pode passar, por favor, quando a gente vai pra parte de recursos
541 hídricos aí entende-se qualidade de água, existe soluções para serem feitas e aí a prefeita falou
542 uma delas, a construção de ETE, estação de tratamento de esgoto ne, que é a principal fonte de
543 poluição da qualidade da água no bacia, como os municípios são precários, a grande maioria
544 deles, a grande maioria não possui tratamento, então isso influi diretamente na qualidade da água
545 da UPGRH, pode passar, por favor, algumas recomendações, estudar o processo erosivo,
546 apresentar e aprovar o plano Pacuera, estabelecer padrões mínimos de monitoramento de água,
547 implantar e adensar a rede de monitoramento que pra essa bacia precisa melhorar a rede de
548 monitoramento, a gente utilizou a base de dados da ANA, mas pra essa bacia tem um vazio de



549 informação, criar mecanismo de fiscalização, foi falado aqui também, pode passar, por favor, já
550 sobre a parte de solo, não tem grande problema de erosão pensando na questão de solo, mas
551 como já é uma UPGRH muito, bastante antropisada, pouco fragmento florestal e quase nenhuma
552 vegetação marginal, esse problema existe, pode diminuir a vida útil dos empreendimentos, então
553 para o estudo ambiental o EIA/RIMA tem que ter um olhar bem ismiuçado nessa questão de
554 fragmentos marginais, pode passar, algumas recomendações de estudos de erosão, implantar área
555 de preservação ambiental em torno do reservatório, direcionar os estudos de erosão do solo de
556 modo a possibilitar a construção de modelo de previsão de erosão e estimular programas de
557 conservação do solo, pode passar, bom, a fauna e flora, como eu falei, é uma UPGRH bastante
558 antropisada, então não existe aqui grandes conflitos com fauna e flora, porque o conflito já está
559 estabelecido, já é uma bacia com características de pequenos fragmentos, e fauna não tão
560 complexa a nível de, que tenha alguma espécie em extinção que a gente tem tratar com uma
561 visão diferenciada aqui já não existe esse cenário mais, já está antropisada, a gente tem que
562 recuperar, pode passar, por favor, e algumas recomendações, é realização de inventários
563 florestais, realização de levantamento faunístico, a gente tem pouco conhecimento sobre fauna,
564 realização de resgate de geo-moplasma, implantação de viveiro de mudas de laboratórios, pode
565 passar, por favor, da parte de socio-economia, do ponto de vista socioeconômico os municípios
566 da bacia se apresenta uma situação intermediária e cautelada para os empreendimentos, mas não
567 há nenhum indício de impedimento de implantação ne, a gente entende que aqui a gente tem que
568 ter um cuidado maior com os municípios mas, que a implantação dos empreendimento pode
569 alavancar a economia do municípios que são municípios com uma carência e dependência de
570 recursos diretos ou indiretos, estadual e federal, pode passar, então algumas das recomendações,
571 realizar diagnósticos rápidos e participativos da população local, introduzir o sistema de gestão
572 social com a participação de todos, elaborar um planejamento participativo com atores
573 envolvidos, pode passar, bom pessoal, pra finalizar, a gente entende que a bacia do Suassui,
574 quando a gente faz uma análise comparativa com o restante da bacia do rio Doce, ela não é uma
575 bacia com grandes conflitos ambientais e socioeconômicos, porém a avaliação ambiental
576 integrada ela veio pra subsidiar o licenciamento, e no licenciamento é claro que esses conflitos
577 eles podem aparecer ne, quando a gente vai pra um nível de estudo mais detalhado no
578 EIA/RIMA esses conflitos podem aparecer, e a gente entende que esse estudo vai direcionar o
579 licenciamento, direcionar o EIA/RIMA pra questão de quais temas, quais indicadores eu preciso
580 de mais informação que eu tenho que detalhar melhor os meus estudos, pessoal obrigado, aí eu
581 vou abrir agora para as perguntas, alguma dúvida? Leonardo Sorbliny Schuchter,
582 Superintendente Zona da Mata – seu Samuel obrigado, senhores conselheiros, lembro aos
583 senhores que nos termos da Resolução SEMAD de 2014 essa avaliação ambiental integrada já
584 servirá de subsídio para análise dos processos de licenciamento ambiental da UPGRH DO4 rio
585 Suassui Grande. Pois não, se apresente, por favor. Paulo César Silvestre, SEDRU – o trabalho da
586 Universidade foi feito para essa região aqui, muito interessante, existe já elaborado para outras
587 bacias também ou esse aqui é a primeira? Samuel Rodrigues de Sales Campos / UFLA. - na
588 verdade essa bacia é a segunda, nós fizemos um trabalho na bacia do rio Santo Antônio também,
589 mas o trabalho na bacia do Santo Antônio ele foi um trabalho que a gente entende, esse trabalho
590 está mais bem elaborada, mais bem robusto, a gente está fazendo também pra bacia do
591 Manhuaçu ne, é o próximo trabalho que a gente está fazendo, mas é um trabalho bastante
592 demorado, porque a gente tem que compilar muita informação, pra bacia do Suassui Grande nós
593 estamos quase um ano trabalhando esse documento, tem mais de mil páginas, a do Manhuaçu a
594 previsão que é mais aí um mês mais ou menos a gente termina ele, finaliza ele também.
595 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, mais alguém? José Ângelo.
596 José Ângelo Paganini, Fundação Relictos – pra bacia do Piracicaba tem alguma previsão? Que
597 foi objetito inclusive de uma moção interna do Comitê pedindo a realização desse estudo, apesar
598 do secretário falar que não era necessário, eu gostaria de saber se tem alguma previsão pra bacia



599 do piracicaba que é a mais economicamente mais forte na bacia do Doce. Samuel Rodrigues de
600 Sales Campos / UFLA. – bom, a Universidade não está trabalhando a bacia do Piracicaba, eu não
601 sei se tem outro, outro agente trabalhando nessa avaliação ambiental integrada, mas no
602 conhecimento da Universidade não, não tem nada previsto. Sydney Almeida Lage, Codema de
603 Itabira – quanto que custa esse projeto? Samuel Rodrigues de Sales Campos / UFLA. – bom,
604 sim, esse estudo ele tem dois características que o valoram, área, o tamanho e os
605 empreendimentos como eles se comportam em médio e longo prazo, de acordo com a área e a
606 lógica do empreendimento ele é mais (*falhas na gravação*) girando em torno de 300 alguma
607 coisa assim. Sydney Almeida Lage, Codema de Itabira – 300 milhões? Samuel Rodrigues de
608 Sales Campos / UFLA. – não, 300 mil. Sydney Almeida Lage, Codema de Itabira – esse projeto
609 executado, nesses 15 anos, 10 anos. Samuel Rodrigues de Sales Campos / UFLA. – não, não,
610 não, você está falando. Sydney Almeida Lage, Codema de Itabira – as usinas. Samuel Rodrigues
611 de Sales Campos / UFLA. – a não, eu não tenho essa informação. Sydney Almeida Lage,
612 Codema de Itabira – e porque que não colocou nesse projeto que a usina eólica, não tinha
613 necessidade? Samuel Rodrigues de Sales Campos / UFLA. – esse é um estudo de avaliação
614 ambiental integrada para hidrelétrica, a parte eólica ela é uma complementar a esse estudo, ela é
615 uma outra alternativa complementar a esse estudo. Sydney Almeida Lage, Codema de Itabira –
616 mas nós estamos vendo os rios secarem no mundo inteiro, você está vendo São Paulo, Minas, pra
617 todo lado, então não estava na hora de mudar o modelo? Samuel Rodrigues de Sales Campos /
618 UFLA. – a gente não está dizendo que esse modelo não está complementar. Sydney Almeida
619 Lage, Codema de Itabira – não, eu estou lhe perguntando, você é o técnico, eu não, nós estamos
620 com os rios, as geleiras estão abaixando de 1 a 2% ao ano no mundo todo, então água doce vai
621 ficar difícil, não era hora já de começar a implantar a usina Eólica no país? Samuel Rodrigues de
622 Sales Campos / UFLA. – mas a usina hidrelétrica ela não traz nenhum, a questão de perda de
623 água, muito pelo contrário, ela é uma regularização de vazão, a gente não é contra energia
624 eólica, muito pelo contrário, ela tem que ser complementar, mas é tudo uma prioridade de
625 governo. Sydney Almeida Lage, Codema de Itabira – não, mas eu sei, vocês são técnicos, vocês
626 estão aí pra poder mostrar para os governantes quais caminhos seguir. Samuel Rodrigues de
627 Sales Campos / UFLA. – e fizemos. Sydney Almeida Lage, Codema de Itabira – nem todo
628 governante é contra, o populismo nós estamos vendo aí pra todo o lado. Samuel Rodrigues de
629 Sales Campos / UFLA. – bom, você quer falar, Zé Roberto? A questão aqui foi em cima dos
630 empreendimentos que serão implantados na recuperação da bacia, quais são os empreendimentos
631 mais viáveis com maior eficiência ambiental, mas a gente entendi que a solução eólica ela é
632 complementar a isso aqui, uma vertente de energia não exclui a outra vertente, agora, se você
633 quer um estudo dizendo qual, para o UPGRH qual que é a melhor opção energética, eólica ou a
634 hidráulica, aí é um outro estudo, ficou claro? Sydney Almeida Lage, Codema de Itabira –
635 obrigado. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – conselheiro, o escopo
636 do projeto, da avaliação ambiental integrada foi um aproveitamento hidrelétrico, impacto das
637 usinas hidrelétricas, não foi objetivo do estudo discutir a matriz energética e sim trazer subsídios
638 efetivos as análises dos processos de licenciamentos, não só os licenciamentos ne, o
639 licenciamento, vamos dizer assim, é o fim da linha, é muito mais importante pra estabelecer o
640 planejamento governamental com relação a esses aproveitamentos hidrelétricos, como isso vai se
641 dá, se os projetos já devem eventualmente ser descartados de plano em decorrência de algum
642 impedimento, em decorrência de algum impacto que não possa ser tolerado, enfim, é um
643 instrumento de planejamento que vai culminar com o licenciamento específico, pontual de uma
644 usina hidrelétrica, aí sim, com os estudos detalhados e com uma riqueza muito maior de
645 informação com relação a todos os impactos, mas é o primeiro passo, era um anseio já, não so
646 dessa URC, mas de todas as URC's que discutem os empreendimentos hidrelétricos, que essa
647 avaliação ambiental integrada se concretizasse nós estamos caminhando dentro aí desses últimos
648 três anos, vamos dizer assim, já tivemos um avanço considerável e esperamos que outras



649 unidades de planejamentos também sejam contempladas com esse tipo de estudo, pois não,
650 Tenente. Tenente Weverton Júnior Silva, Polícia Militar – só pra frisar, e até colocar a par os
651 acontecimentos que virão nos próximos dias agora do mês de março com apoio da Prefeitura
652 Municipal de Valadares, do Ministério Público e outras entidades, promoverão a comemoração
653 do dia Mundial da Água, dia 22 de março, e o tema do Pinuma para esse ano, como vocês bem
654 sabem, é Água e Energia, primeiramente gostaria de convidar a todos os conselheiros e
655 participantes para participarem conosco na praça dos Pioneiros no dia 22 da comemoração do
656 Dia da Água e que certamente estarão sendo expostos modelos de hidrelétricas, voltando à sua
657 fala, trabalhei ali na região de Conceição do Mato Dentro e tive a grata satisfação de acompanhar
658 alguns estudos ambientais principalmente voltados a ictiofauna, e você falou bem, que é o que
659 diz respeito praticamente água, geração de energia tem tudo a ver. Foi descoberto ali uma
660 espécie, algumas, vou citar uma, Andirá, eu não sei se foram vocês que detectaram a existência
661 dessa espécie em extinção ocorre só no pequeno trecho da bacia do Santo Antônio, você tem esa
662 informação? Samuel Rodrigues de Sales Campos / UFLA. – sim, sim. Tenente Weverton Júnior
663 Silva, Polícia Militar – e aí a preocupação é justamente essa, quais outras espécies possíveis de
664 extinção nós teríamos, ou não seria identificado por falta de estudo, então você sugere, parece
665 que foi isso que eu percebi, sugere um estudo mais aprofundado, não é isso? Então é só mesmo
666 reforçando aquilo que você acabou de apresentar, é necessário, porque é num desses estudos que
667 as avaliações são feitas é que se observa, descobre, como foi o caso do Andirá, Santo Antônio,
668 mas parabenizar e estamos aí para acompanhar realmente o desenrolar dos estudos que serão
669 feitos, ansiosos pra ver aí o quê que vocês descobrirão nos estudos científicos, sabendo da
670 responsabilidade ambiental, obviamente que vocês tem. Samuel Rodrigues de Sales Campos /
671 UFLA. – obrigado pela colocação, ela é muito pertinente. Leonardo Sorbliny Schuchter,
672 Superintendente Zona da Mata – mais alguém? Não havendo mais nenhuma contribuição ou
673 questão a ser apresentada, agradeço muito ao Dr. Samuel e parabeno aqui a equipe da UFLA
674 pelo excelente trabalho, tenho certeza que será uma ferramenta muito importante aqui pra região
675 na análise dos processos de licenciamento e, como eu disse, já era anseio já de muito tempo ne,
676 que esse projeto fosse desenvolvido e esperamos também que haja esse tipo de estudo com
677 relação a outras unidades de planejamento que é muito importante, nós temos muitos projetos
678 hidrelétricos inventariados e projetos e certamente a análise dos processos de licenciamento
679 carece desse fundamento conforme nós já conseguimos amadurecer aqui ao longo dos anos.
680 Muito bem senhores, vamos iniciar então os itens relativos à deliberação dessa tarde, começo
681 pelo item 8 já que o item 6 e o item 7 são retorno de vista e ficarão pra um segundo momento.
682 **Item 8. Processos Administrativos para exame de Prorrogação de Prazo de Validade da**
683 **Licença de Instalação: 8.1 Construtora Queiroz Galvão S.A./PCH Cachoeira da Fumaça -**
684 **Barragem de geração de energia - Hidrelétrica - Coroaci/MG - PA/Nº. 13030/2007/002/2008**
685 **- Classe 3. Apresentação: Supram LM.** Item que foi retirado de pauta em 12/12/13 e retorna
686 nessa data de hoje 24 de fevereiro de 2014, atenção conselheiros, algum destaque? Leonardo
687 Castro Maia, Ministério Público – senhor presidente, eu solicitei vista desse expediente,
688 basicamente porque o Ministério Público instaurou um procedimento requerimento de algumas
689 organizações FETAEMG, e outras e na ocasião fez uma recomendação à SUPRAM a cerca desse
690 empreendimento e da outra PCH que está pautada, nós não tivemos respostas dessa
691 recomendação, então eu preciso ter vista do procedimento pra verificar como ele está diante da
692 recomendação e eu queria aproveitar pra pedir a resposta da recomendação à SUPRAM que nós
693 já reiteramos esse ofício em três oportunidades, precisamos dessas informações técnicas né,
694 então acho que seria um momento oportuno pra que elas viessem ao Ministério Público, outra
695 questão que eu já até queria colocar, é sobre o Pacuera, foi até mencionado aqui na apresentação
696 e foi deixado pra LO, portanto não houve uma motivação pra isso, só adiantando porque, nós
697 vamos ter que pedir vistas, vamos ter que analisar isso, mas se possível para a próxima
698 pauta, que essas questões (*falhas na gravação*) recomendação né, com as informações que foram



699 solicitadas e aos ofícios de reiteração e informações porque postergar o Pacuera para o momento
700 tão distante, embora a lei permita ela fala que a regra é com plano básico, isso já se foi, então
701 acho que seria talvez mais interessante pedirmos agora o Pacuera, já como ele é tão importante,
702 como foi ressaltado aqui na apresentação sobre avaliação ambiental integrada, então essa fala
703 vale para os dois procedimentos. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata –
704 ok, item 8.1 então Construtora Queiroz Galvão S.A./PCH Cachoeira da Fumaça, vistas
705 concedidas à Procuradoria Geral de Justiça. Mais alguém? FIEMG, motivação, por favor. Denise
706 Bernardes Couto, FIEMG – também tendo em vista esses motivos que o Dr. Leonardo colocou, a
707 FIEMG também quer analisar, ter também, como se diz, conhecimento melhor disso e ver se
708 essas questões também estão de acordo ou não. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente
709 Zona da Mata – ok, vistas então concedidas à Procuradoria Geral de Justiça e à FIEMG. **Item 8.2**
710 **Construtora Queiroz Galvão S.A./PCH Retiro - Barragem de geração de energia -**
711 **Hidrelétrica - Coroaci/MG - PA/Nº. 05039/2008/002/2008 - Classe 5. Apresentação: Supram**
712 **LM. RETIRADO DE PAUTA em 12/12/13.** Também há aqui um encaminhamento do
713 conselheiro Leonardo no sentido de pedir vistas desse processo, conselheiro, conselheiro
714 Leonardo peço só que ratifique o pedido. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – pedido de
715 vista ratificado como o pedido de informações à cerca da recomendação e também com
716 motivação para o Pacuera no momento posterior ou que ele seja exigido agora ne, se for o caso,
717 se for pertinente. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, mais
718 alguém? Denise Bernardes Couto, FIEMG – também requer vista pra averiguar as mesmas
719 questões. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, vistas concedidas
720 então ao Ministério Público e à FIEMG, 8.1 e 8.2. NÃO SEI – também peço vistas aos dois
721 processos viu, Leonardo, aos dois processos também peço vistas. Leonardo Sorbliny Schuchter,
722 Superintendente Zona da Mata – **item 9 - Processo Administrativo para exame da Licença**
723 **Prévia: 9.1 GO4 Participações e Empreendimentos S.A./Mina da Baratinha - Estradas**
724 **para transporte de minério/estéril; obras de Infra-Estrutura (Pátios de Resíduos e**
725 **Produtos e Oficinas); pilhas de rejeito/estéril; lavra a céu aberto com tratamento a úmido**
726 **minério de ferro - Antônio Dias/MG - PA/Nº. 18432/2011/001/2012 DNPM: 832.216/2002 -**
727 **Classe 6. Apresentação: Supram LM.** Algum destaque? Leonardo Castro Maia, Ministério
728 Público – senhor presidente, também estou requerendo vistas desse procedimento. Justificativa,
729 do estudo do parecer elaborado pela SUPRAM eu verifiquei lá a presença de um piezômetro, pra
730 verificar se não haveria rebaixamento do lençol freático, só que por outro lado, conforme até
731 registrado no próprio estudo no EIA é mencionado que as escavações das frentes de lavras não
732 atingirão o lençol, então eu queria pedir vista pra submeter isso a um geólogo, uma assistência
733 técnica geóloga, além disso no final do ano agora, uma norma que nós ainda não estamos
734 familiarizados, acabei de chegar, retornar às atividades da Coordenadoria Portaria DNPM 526
735 que trata da segurança das barragens, regulamenta a uma lei federal, esse porque eu peço vistas.
736 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, com relação ao primeiro
737 item, eu pergunto, temos alguns inscritos aqui pela empresa, se não seria possível elucidar, ou
738 pelo menos iniciar um esclarecer essa questão. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – bem
739 eu. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – me parece relativamente
740 simples. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – sim, o que eu vi foi a existência do
741 piezômetro, pouco tempo de medição, um período curto e, um biólogo que atua conosco ele
742 sugeriu que submetêssemos a um geólogo, porque não é propriamente a área dele, então eu acho
743 que não seria agora momento de ter esses esclarecimentos, eu faria o seguinte, pediria vista
744 assumindo o compromisso de fazer contato com a empresa, com a maior brevidade possível e ir
745 discutindo com eles. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – algum
746 ponto que não tenha ficado muito claro, certamente tem. Leonardo Castro Maia, Ministério
747 Público – isso foi mais uma dúvida, e como a gente tem, como profissional precisa ter acesso aos
748 estudos que compõe os autos não basta, o parecer não foi suficiente pra ele formar, a convicção



749 dele, o que nos fez também ficar com essa dúvida, com relação a Portaria também é um outro
750 motivo também que acabou vindo a baila, porque é uma nova norma, porque talvez possa ensejar
751 alguma condicionante, alguma coisa nesse sentido não foi considerado, então por essa razão.
752 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, vistas concedidas então à
753 Procuradoria Geral de Justiça, mais alguém acompanha a vista? Denise Bernardes Couto,
754 FIEMG – vou acompanhar, quero ver também a questão da Portaria do DNPM, é interessante.
755 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, e já diante mão peço a
756 SUPRAM que se debruce sobre essa questão já que é uma questão nova e pra equacionar aí
757 qualquer dúvida, muito bem. Item 10 - Processo Administrativo para exame da Licença Prévia
758 concomitante com a Licença de Instalação: 10.1 Bom Jesus Energia S.A. - Barragens de geração
759 de energia hidrelétricas - Bom Jesus do Galho/MG - PA/Nº. 15646/2011/001/2011 - Classe 3.
760 Apresentação: Supram LM. Algum destaque? Sem destaque. Item 11. Processo Administrativo
761 para exame da Licença de Operação: 11.1 Vale S.A. - Posto de Abastecimento - Itabira/MG -
762 PA/Nº. 00119/1986/104/2013 - Classe 5. Apresentação: Supram LM. Algum destaque? Sem
763 destaque. Item - 12. Processos Administrativos para exame da Licença de Operação Corretiva:
764 12.1 Posto MG7 Ltda. - (Ex. Posto Vila Isa Ltda.) - Posto revendedor de combustíveis -
765 Governador Valadares/MG - PA/Nº. 01140/2001/003/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram
766 LM. Algum destaque? Leonardo Castro Maia, Ministério Público – destaque, senhor presidente.
767 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – destaque do Ministério Público.
768 Item 12.2 Viga Calderaria Ltda. - Estamparia, funilaria e latoaria com ou sem tratamento
769 químico superficial; usinagem, fabricação de estruturas metálicas e artefatos de trefilados de
770 ferro, aço e de metais não-ferrosos - Santana do Paraíso/MG - PA/Nº. 02598/2002/003/2013 -
771 Classe 3. Apresentação: Supram LM. Algum destaque? Sem destaque. **Item 13.** Processo
772 Administrativo para exame de Revalidação da Licença de Operação: 13.1 Nestlé Waters Brasil
773 Bebidas e Alimentos Ltda. (Ex - Ind. Alim. Itacolomy S.A. - Itasa) - Preparação do leite e
774 fabricação de produtos de laticínios - Teófilo Otoni/MG - PA/Nº. 00221/1999/006/2011 - Classe
775 3. Apresentação: Supram LM. Algum destaque? Também sem destaque. Então senhores, vamos
776 colocar em votação os itens que não foram objetos de nenhum destaque. **Item 10 - Processo**
777 **Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação:**
778 **10.1 Bom Jesus Energia S.A.** Denise Bernardes Couto, FIEMG – quero só fazer um destaque,
779 vou adiantar, o voto é favorável ao empreendimento, entretanto a FIEMG só fazer um registro, a
780 FIEMG se posiciona contrária à condicionante 6, porque nós entendemos que a nova lei florestal
781 mineira, a lei 20.922 no seu artigo 11 não prevê mais a compensação por intervenção em APP
782 devidamente autorizada, entendimento institucional, então dessa forma a gente está se
783 posicionando dessa maneira, apenas esse registro. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente
784 Zona da Mata – ok, nós temos um inscrito aqui pela empresa, quer se manifestar? Não estou
785 vendo aqui, senhor Frederico Aires, não está presente? Então coloco em votação, em votação o
786 item 10.1, aqueles que estiverem de acordo com o parecer único da SUPRAM permaneçam
787 como estão, APROVADO, feito aqui o registro do voto contrário da FIEMG com relação a
788 condicionante 6. **Item 11 - Processo Administrativo para exame da Licença de Operação:**
789 **11.1 Vale S.A.** temos aqui um inscrito, quer se manifestar? Não? Então coloco em votação,
790 aqueles que estiverem de acordo com o parecer único da SUPRAM permaneçam como estão,
791 APROVADO. **Item 12.1 Processos Administrativos para exame da Licença de Operação**
792 **Corretiva**, eu pergunto ao representante do Ministério Público se o destaque é algo de grande
793 complexidade ou se for algo simples eu gostaria até votar de uma vez considerando as discussões
794 que vão ocorrer com relação ao processo do DNIT. Leonardo Castro Maia, Ministério Público –
795 o destaque é pra inclusão de condicionantes, é relativamente simples. Leonardo Sorbliny
796 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – vamos votar de uma vez ne, 12.1 então, vamos lá.
797 Leonardo Castro Maia, Ministério Público – com as condicionantes? Leonardo Sorbliny
798 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – não, não, com os destaques. Leonardo Castro Maia,



799 Ministério Público – destaques, perfeito. Primeira condicionante seria executar a proteção dos
800 postos de monitoramento das águas subterrâneas, mantendo a estrutura da laje de proteção com
801 tampa de vedação hermética total dos poços, devidamente trancados por meio de fechaduras ou
802 cadeados mantendo a acesso restrito sob a responsabilidade do empreendedor, o qual somente
803 promoverá a abertura dos poços mediante autorização justificada encaminhada à SUPRAM LM
804 ou à Fundação Estadual do Meio Ambiente, prazo 30 dias. Explico, analisando o parecer eu
805 verifiquei que há, o poço possui um sistema de proteção, monitoramento de água subterrâneas,
806 só que esse sistema de monitoramento ele serve pra verificação de passivo ambiental, ele pode
807 ser uma passagem pra contaminação do sub-solo ne, e aí seria essa condicionante no sentido de
808 manter isso fechado ta, os poços de monitoramentos de água somente são construídos quando há
809 necessidade de investigação de passivo ambiental, provável que isso tenha acontecido no
810 passado e ficou lá esse resquício desse monitoramento, nos poços é possível ter acesso a águas
811 subterrâneas para fins de coletas de águas pra análise, pra isso mesmo se faz necessário com
812 desistência deles o máximo de cuidados de controle, então esses poços, não tem que ter esse
813 poço, mas esse tem, então a nossa proposta é que ele fique vedado, que seja instalado uma laje
814 pra ser vedado. Segunda condicionante e última, é submeter à aprovação da SUPRAM LM um
815 relatório técnico de adequação do Posto Revendedor à diminuição de resíduos, a diminuição de
816 geração de ruídos, atendendo as instruções da Resolução CONAMA 1/90, NBR 1051/2000
817 limite exposto pela lei 7.302, essa é uma preocupação que vem ocorrendo muito por causa do
818 barulho, a Promotoria vem recebendo muito reclamação de poluição sonora, então há uma norma
819 pra isso, a nossa proposta é de que ele seja adequado a essa normativa. Leonardo Sorbliny
820 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, gostaria de ouvir a SUPRAM e logo em seguida,
821 representante do empreendedor com relação às condicionantes propostas. Pela empresa nós
822 temos uma pessoa inscrita, Taíza Marçal. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – senhor
823 presidente, e os técnicos da SUPRAM, com relação a questão dos ruídos, além de ser um
824 problema geral, eu só queria destacar aqui que o próprio parecer único, no item 7, ele descreveu
825 a realização de um relatório de ruídos que constatou o risco de ultrapassagem dos limites de
826 tolerância, então é isso que nos chamou a atenção, só pra situar. Wesley, SUPRAM Leste –
827 conversando com a equipe técnica aqui, até questionando o empreendedor, realmente a gente não
828 vê problema em relação a primeira condicionante, a segunda condicionante a gente queria só
829 ressaltar que durante a análise é tirado também o ruído fundo, então o ruído de fundo se
830 incrementa com a atividade operacional, que nem sempre configura que o ruído provem do
831 empreendimento, mas de certa forma a medida é, como se diz, como se fosse uma medida
832 cautelar, a identificação de um ruído se incrementa 10 decibéis de ruído de fundo, mesmo que
833 não atinja os 60 decibéis noturno ou 70 durante o dia o empreendedor deve providenciar alguma
834 forma de mitigar esse impacto, então tecnicamente a gente não vê problema na condicionante,
835 mas sempre na avaliação desse tipo de lauda, deve ter isso em critério ne, pra avaliar. Leonardo
836 Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, vou colocar então o processo em
837 votação item 12.1, ela já se manifestou junto a equipe ali, representante da empresa está de
838 acordo? Quer se manifestar? Está de acordo? Ok, então, item 12.1 Posto MG7, Ltda, aqueles que
839 estiverem de acordo com o parecer único da SUPRAM permaneçam como estão, APROVADO.
840 Vamos às condicionantes então, Dr. Leonardo, por favor, faça a leitura. Leonardo Castro Maia,
841 Ministério Público – ok, então a primeira condicionante – executar a proteção dos poços de
842 monitoramento das águas subterrâneas mantendo as estruturas de laje de proteção com tampa de
843 *(falhas na gravação)* devidamente trancados por meio de fechadura ou cadeado, vírgula, e
844 manter o acesso restrito sob a responsabilidade do empreendedor, vírgula, o qual somente
845 promoverá a abertura dos poços, vírgula, mediante autorização justificada e encaminhada à
846 SUPRAM Leste Mineiro ou a Fundação Estadual do Meio Ambiente, prazo 30 dias. Segunda
847 condicionante – submeter à aprovação da SUPRAM Leste Mineiro relatório técnico de
848 adequação dos equipamentos industriais do posto à diminuição da geração de ruídos, atendendo



849 as instruções da Resolução CONAMA 1/90 e na NBR 10.151/2000 da ABNT, vírgula, e aos
850 limites impostos pela lei estadual 7.302/1978, prazo 90 dias. Leonardo Sorbliny Schuchter,
851 Superintendente Zona da Mata – ok, os laudos seriam periódicos com relação a isso? Então em
852 votação as condicionantes propostas pela Procuradoria Geral de Justiça, aqueles que estiverem
853 de acordo com a inclusão de ambas as condicionantes permaneçam como estão, APROVADAS.
854 **Item 12.2 Viga Caldeiraria Ltda.** - não tivemos destaques, temos uma pessoa inscrita, quer se
855 manifestar? Cecília, não? Então eu coloco em votação o item 12.2 aqueles que estiverem de
856 acordo com o parecer único da SUPRAM permaneçam como estão, APROVADO. **Item 13.**
857 **Processo Administrativo para exame de Revalidação da Licença de Operação: 13.1 Nestlé**
858 **Waters Brasil Bebidas e Alimentos Ltda.** Sem destaque, e também não temos nenhum inscrito,
859 então em votação 13.1, aqueles que estiverem de acordo com o parecer único da SUPRAM
860 permaneçam como estão, APROVADO. Vamos então aos itens que estão retornando de vistas.
861 **Item 6. Processo Administrativo para exame da Licença Prévia: 6.1 Prefeitura Municipal**
862 **de Mutum/Retificação do rio São Manoel - Canais para drenagem, aterro e/ou área de**
863 **reciclagem de resíduos classe A da construção civil e/ou áreas de triagem - Mutum/MG -**
864 **PA/Nº. 29383/2011/001/2012 - Classe 5. Apresentação: Supram LM. RETORNO DE**
865 **VISTAS pelos Conselheiros Denise Bernardes Couto representante da FIEMG e Leonardo**
866 **Castro Maia, Ministério Público Castro Maia representante da PGJ. Com a palavra, os**
867 **conselheiros.** Denise Bernardes Couto, FIEMG – bom, o parecer já foi disponibilizado dentro do
868 prazo regimental devido, o parecer da FIEMG é pelo deferimento do processo, entretanto eu não
869 estou lembrando aqui agora a número da condicionante, infelizmente eu não anotei, mas a
870 FIEMG se posiciona contrária à condicionante que prevê a compensação por intervenção em
871 APP da Resolução CONAMA 369, tendo em vista a questão da lei mineiro e o novo código
872 florestal mineiro já na prevêem mais esse tipo de compensação por intervenção em APP
873 devidamente autorizada, apenas o registro. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – seu
874 presidente voto com o parecer da SUPRAM, então por isso não apresentei voto escrito. Leonardo
875 Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, conselheiro José Ângelo. José Ângelo
876 Paganini, Fundação Relictos – bom, eu analisei o parecer da SUPRAM e nós sabemos que a
877 intervenção na retificação do ribeirão, você vai aumentar a velocidade de escoamento do curso d’
878 água, certo, os estudos, os desenhos apresentados lá no parecer, em forma de CROQUI, mas leva
879 preocupação quanto a saída do canal que me apreço que vai ser muito em cima na marginal que
880 tem ali, uma rodovia, isso nós podemos transferir o problema de inundação que ele tem no centro
881 da cidade um pouco mais pra frente, mas o que me preocupa mais que a área, a várzea de
882 inundação do córrego lá vai ser transformado por um aterro de resíduos de construção civil,
883 como a área está muito próxima à área central da cidade né, é uma área muito valorizada,
884 qualquer ocupação dessa área vai ser uma ocupação nobre, a gente gostaria de sugerir que no
885 projeto, em outro ponto do relatório é dito que vai se aproveitar o antigo curso do ribeirão pra se
886 construir uma avenida de acesso não sei pra onde, vai se fazer uma urbanização, a gente gostaria
887 de sugerir a inclusão de uma condicionante solicitando que no processo de urbanização dessa
888 área aí fosse considerada a proteção da mata ciliar, necessário, que não tem, não está prevista em
889 nenhuma parte desse projeto, pelo menos no trecho que seria objeto de intervenção, a gente
890 gostaria que no projeto fosse contemplado a faixa de mata ciliar, para proteção do curso d’ água
891 do transbordamento desse canal que vai ser construído, a gente sugere então uma condicionante
892 no sentido de elaborar e aprovar projeto de implantação de mata ciliar ao longo de todo o trecho
893 dos cursos d’ água afetados refazendo o projeto de urbanização e de aterramento previsto, a
894 apresentação disso seria na formalização da licença de instalação, acho que isso é uma exigência
895 legal e parece que ninguém está levando isso em consideração aí. Leonardo Sorbliny Schuchter,
896 Superintendente Zona da Mata – ok, SUPRAM. Wesley, SUPRAM Leste – a imagem ali ela
897 tem uma certa distorção ali na figura porque a imagem que é disponível no google agora, vamos
898 dizer de forma gratuita, ela não trás a imagem orto-retificada, ou seja, o que está ali na



899 coordenada geográfica apresentada pelo traçado em azul, que seria o futuro canal de desvio, ele
900 está um pouquinho abaixo do que realmente seria o canal, vamos dizer assim, na estimativa com
901 imagem orto-retificada, vocês podem ver isso pelo entrocamento que entra ali a esquerda, onde
902 está o ribeirão do Mutum que é esse que sobe fazendo a curva, ele está um pouquinho deslocado
903 em relação ao que realmente é o canal, então ele vai cair do canal, ou seja, tem que subir um
904 pouco a imagem, lá em cima ele tem uma confluência, eu não me lembro agora qual o ângulo de
905 inclinação da confluência, mas naquele termino ali é um paredão rochoso, então a estrutura ela
906 está contemplada pra escoar vazão com tempo de recorrência 50 anos dentro da velocidade de
907 escoamento que permita o regime ainda subcrítico, ou seja, está dentro do conceito legal de
908 engenharia ainda, ne, lembrando o seguinte, ainda que estivesse um pouco fora, a gente tem que
909 lembrar que uma TR de 50 anos ela não acontece repetidamente, rotineiramente, então ela é
910 dimensionada justamente pra suportar esses pontos, ou seja, o canal ali ele não vai passar esse
911 fluxo d' água durante todo o período, o que acontece é que na situação hoje, a parte no sentido
912 noroeste onde o canal aponta, ela é um pouco mais alta, enquanto essa parte no sentido sul, onde
913 está o centro do município, pra baixo do campo de futebol é mais baixa, então a tendência de
914 uma cheia atual na região é que a água se espalhe entre entrada do rio São Manuel e o centro de
915 Mutum, o que justamente prejudica o município, aquela parte do final, por ela ser um pouco mais
916 alta, ela tem uma elevação ali, ela não é tão prejudicada, então esse é o motivo específico da
917 obra. José Ângelo Paganini, Fundação Relictos – na avaliação então não tem problema nenhum
918 na saída do canal, isso tem responsáveis técnicos, imagino que eles devam ter pensados nisso ne,
919 mas a gente sabe que a velocidade de escoamento vai aumentar bastante essa água, e do jeito que
920 está desenhado ali você corre o risco de causar uma erosão ali na saída do canal, mas é rocha,
921 não sei, então acho que esse projeto. Wesley, SUPRAM Leste – em termo do canal realmente,
922 ele é composto por uma formação rochosa, tem um encaixe na formação rochosa, e a seção que
923 foi apresentada é uma base de enrocamento até uma altura de 2m, a partir dali que seria uma
924 cobertura de geomanto, e a água na condição natural TR de 50 anos, a TR de 50 anos é que seria,
925 que estaria utilizando realmente essa infra-estrutura acima do enrocamento, ela na condição
926 média de vazão de longo termo ela não atinge a cota de 2m. José Ângelo Paganini, Fundação
927 Relictos – ok, e o problema da mata ciliar aí desse trecho. Leonardo Sorbliny Schuchter,
928 Superintendente Zona da Mata – pois não, por favor, o senhor vai ter que utilizar o microfone,
929 por favor, por favor, senhor, senhor, é preciso que as falas sejam ao microfone que nós estamos
930 fazendo o registro em áudio, se apresente, por favor. José Renato, Engenheiro – trabalhei nesse
931 projeto deste 2010, fui o primeiro a trabalhar nesse projeto, acompanhei até a entrega à
932 SUPRAM, só queria esclarecer que dia 5 de mais de 2010, do ano passado, nós apresentamos ao
933 Ministério Público de Mutum todas as peças técnicas do projeto, e o Ministério Público
934 exatamente dia 10 de dezembro nos retornou dizendo que não tinha nenhum parecer pra dar, que
935 a gente tocasse o projeto, e que se houvesse alguma inconformidade ele se pronunciaria, então eu
936 queria dizer o seguinte, o que vocês estão vendo ali, aquelas duas linhas azuis até o início
937 daquela linha amarela onde tem uma angulosidade ali, até ali é argila, dali pra frente é rocha
938 (*falhas na gravação*) 35 mil metros cúbicos ali, a saída do canal ela sai em 30 graus com aquela
939 lateral esquerda que é a via de entrada de Mutum vindo de Ipanema, aquela via ela está a 9m
940 acima do rio, nunca houve inundação ali, com relação a mata, o projeto prevê toda revegetação
941 da faixa de 30 metros desde o início onde é a cerâmica, que está lá atrás, onde vocês não estão
942 vendo e a beira do canal a ser construído, só pra esclarecer. Algum outro esclarecimento? José
943 Ângelo Paganini, Fundação Relictos – no parecer aqui não fala na mata ciliar. José Renato,
944 Engenheiro - mas está previsto essa recomposição inclusive pelo IEF, ele saltitou o plantio, que
945 ali é uma área de retirada de argila pra cerâmica, tem 50 anos que isso acontece ali. José Ângelo
946 Paganini, Fundação Relictos – então não tem problema algum de colocar ali a condicionante.
947 José Renato, Engenheiro - não, nenhum, nenhum, nenhum, nós não opomos. José Ângelo
948 Paganini, Fundação Relictos – uma outra coisa só esclarecer, isso é um pedido de licença prévia,



949 não é isso? Bom, quando solicita neste conselho a licença prévia, pra começar a partir dessa
950 licença o empreendedor poderia começar a desenvolver os projetos ne, não é isso? Você vai
951 desenvolver os projetos a partir de agora ne, porque senão correria o risco do Conselho não dar a
952 licença e você perder o serviço, certo. Então por isso que nós estamos analisando e propondo
953 alguma coisa ne, que teoricamente não se começaria os projetos agora. José Renato, Engenheiro
954 - na realidade o que nós temos são todos os estudos geotécnicos, a SUPRAM recebeu, nós temos
955 todos os estudos hidrológicos, pegamos o estudo hidrológico desde 1.938, acho que 38, se não
956 me falhe a memória, até 2011, constatamos através do Atlas das Águas de Minas Gerais um
957 calculo de de uam vazão de 30 m/s, essa vazão foi verificada em 1948/308 e se não me falhe a
958 memória, em 2008, 330, constatamos, fizemos análises topo-batimétrica, constatamos que acima
959 de 179 m/s o rio deixa a calha e começa a inundar a cidade, fizemos um estudo de avaliação de
960 prejuízo com a metodologia com a Universidade de São Paulo, 9 milhões de prejuízos por evento
961 de cheias, isso está contemplado, e outros estudos mais que também estão contemplados, estão a
962 disposição da SUPRAM e nós estamos a disposição também pra qualquer esclarecimento.
963 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, vou colocar então em
964 votação item 6.1, mais alguma coisa Wesley? Wesley, SUPRAM Leste – só puxando a colinha
965 ali no parecer, porque estou sem ele impresso aqui, a diferença do São Manuel que seria maior
966 extensão, mesmo após a confluência com rio Mutum, da cota inicial até o final é um metro pra
967 420 metros de extensão, então mesmo pra vazão médio e longo termo (*falhas na gravação*)
968 quinhentos anos, o comportamento de regime de escoamento se apresentou no regime sub-
969 crítico, ou seja, está dentro do contexto normal, outra informação é o seguinte, Werner, faz favor
970 de colocar na página 10, final da página 10 onde fala do PRAD, o respeito do programa de
971 recuperação de áreas degradadas, ali eu faço uma breve abordagem sobre o que seria o canteiro,
972 onde seria utilizado, onde exatamente seria implantado o PRAD, desce um pouquinho mais
973 Werner, pra passar pra página 11, aí, para o antigo canal do rio no primeiro parágrafo após o
974 início ali, pro antigo canal do rio o resultado do desvio do fluxo de água é o surgimento de
975 (*falhas na fgravação*) com a exposição rochosas das calhas, pela mitigação, desculpa, para
976 mitigação, para mitigação desses efeitos, esse trecho será aterrado usando para isso material
977 estério produzido na escavação do novo canal, essa área, após, essa área após compactada
978 receberá uma nova avenida que servirá como entrada principal da cidade, nessa área está incluso
979 programa de reflorestamento das margens da calha e o programa de preservação das APP's
980 originais originadas pela obra, ou seja, APP nova ela vai ser revejetada, porém esse PTRF ele
981 não faz parte da LP, que só vem teoricamente na LI, que é quando é formalizado o processo
982 realmente que dá ao empreendedor o direito de intervenção, então ele foi previsto pra esse
983 espaço novo fora da APP um acesso, que seria um novo acesso ao município, e fora esse acesso
984 já na, vamos dizer assim, já na margem esquerda, no futuro canal do ribeirão do Mutum, é onde
985 vai ocorrer a vegetação da APP que vai ser formada com o desvio do curso d' água. José Ângelo
986 Paganini, Fundação Relictos – então eu não vejo problema nenhum da gente deixar mais claro
987 que deve ser feito a mata ciliar de acordo com a legislação vigente, que senão você sobe pra uma
988 faixa de 1, 2m que você planta uma árvore, uma em cima da outra (*falhas na gravação*) outra e
989 está resolvido o problema. Wesley, SUPRAM Leste – eu só comentei porque você tinha falando
990 que tinha achado APP, porque ficou escrito dentro do PRAD, e o PCA detalhado ainda vem na
991 etapa de LI. Wilson Starling, SEDE – eu gostaria de saber, eu não sei se é o almoço que me
992 perturbou minha cabeça aqui, estou meio com sono, não está oxigenando direito, eu queria saber
993 é o seguinte, com essa possibilidade de fazer a avenida, essa mata ciliar vai prejudicar essa
994 avenida? Não. Está no projeto essa recuperação? Então pra quê tem que ter condicionante nesse
995 sentido? Eu acho que é redundância e até desnecessário colocar isso, que realmente nós vamos
996 ficar verdadeiros campeões de condicionantes aqui no estado de Minas Gerais, muito obrigado.
997 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – conselheiro Raimundo, só um
998 minuto, é, perderam ali na área do café uma chave, que ficou esquecida, uma chave de moto



999 Honda, é, não tem nenhuma identificação, não dá pra saber de quem é que é, vou deixar isso aqui
1000 com o pessoal de apoio aqui ao lado, ta, uma chave de moto, uma chave esquecida, se alguém
1001 perdeu, por favor, verifique. Conselheiro Raimundo. Raimundo Rodrigues Pereira, FAEMG –
1002 senhor presidente, na verdade são poucas as minhas palavras, e gostaria de dirigi-las à
1003 municipalidade de Mutum por esse projeto importante para aquela comunidade. A gente fala
1004 muito em impacto ambiental, o elemento primeiro do meio ambiente se chama homem, homem e
1005 mulher também viu senhora prefeita, conheço aquele município desde, a 42 anos, quando nós
1006 tivemos a oportunidade de colocarmos ali o escritório da EMATER que ainda funciona lá,
1007 conheço as alturas daquela população no período de enchente e quero dizer que vai haver um
1008 grande impacto e esse eu gostaria que houvesse em todas as cidades de Minas Gerais, impacto
1009 positivo em prol da saúde da população, parabéns à prefeitura de Mutum. Leonardo Sorbliny
1010 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok senhores, vamos então colocar em votação o item
1011 6.1 prefeitura Municipal de Mutum, retificação do rio São Manoel, aqueles que estiverem de
1012 acordo com o parecer único da SUPRAM permaneçam como estão, APROVADO. Com o
1013 registro da FIEMG com relação à condicionante relativa à compensação a intervenção em APP.
1014 Conselheiro José Ângelo o senhor insiste na condicionante? Então, por favor, faça a leitura pra
1015 nós. José Ângelo Paganini, Fundação Relictos – elaborar e aprovar projeto de implantação de
1016 mata ciliar ao longo de todo o trecho de cursos d’ água com o prazo na formalização da licença
1017 de instalação, se já está previsto não precisa de fazer nada, se não está eu gostaria que fosse feito.
1018 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, só uma pequena sugestão, o
1019 enunciado está elaborar e aprovar, no caso aí seria mais adequado, apresentar o projeto na
1020 licença de instalação, detalhamento desse projeto, ok, que a aprovação vai caber à URC, muito
1021 bem, em votação a condicionante proposta, vamos lá, eu estou sem o texto aqui, apresentar,
1022 apresentar projeto, sim, vamos fazer a leitura reformulada então, apresentar projeto, não, não
1023 vejo problema, a ação é que é apresentar ne, elaboração ela antecede a apresentação, seria
1024 apresentar na formalização da LI. José Ângelo Paganini, Fundação Relictos – apresentar projeto
1025 de implantação de mata ciliar ao longo de todo o trecho de cursos d’ água afetados refazendo os
1026 projetos de urbanização e de aterramento previstas se for o caso, prazo, na formalização da
1027 licença de instalação. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, ok,
1028 então em votação aqueles que estiverem de acordo com a condicionante proposta permaneçam
1029 como estão, sim, projeto da mata ciliar, permaneçam como estão, APROVADA a inclusão da
1030 condicionante. **Item 7. Processo Administrativo para exame da Licença de Instalação -**
1031 **Concedida “Ad Referendum”: silêncio senhores, silêncio. 7.1 Departamento Nacional de**
1032 **Infra-Estrutura de Transportes/DNIT - 381 - MG Sub-Trecho: Km 450 (Int.MG020) - Km**
1033 **143,61 (Int. Br116/MG) - Implantação ou duplicação de rodovias; pavimentação e/ou**
1034 **melhoramentos de rodovias; aterro e/ou área de reciclagem de resíduos classe A da**
1035 **construção civil e/ou áreas de triagem - Governador Valadares/MG - PA/Nº.**
1036 **01323/2007/003/2011 - Classe 6. Apresentação: Supram LM. RETORNO DE VISTAS pelos**
1037 **Conselheiros Denise Bernardes Couto representante da FIEMG e Leonardo Castro Maia,**
1038 **Ministério Público Castro Maia representante da PGJ.** Com a palavra, os conselheiros.
1039 Denise Bernardes Couto, FIEMG – o processo foi devidamente analisado pela FIEMG, foi
1040 disponibilizado o parecer de vista dentro do prazo regimental, FIEMG é favorável ao processo
1041 né, de acordo com o parecer da SUPRAM, so fazendo a ressalva apenas como registro no que se
1042 refere a condicionante 25 tendo em vista a questão da compensação por intervenção em APP da
1043 369, tendo em vistas a nova lei florestal, tá, só pra registro mesmo. Leonardo Sorbliny
1044 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok conselheira, obrigado. Leonardo Castro Maia,
1045 Ministério Público – nós apresentamos um voto (*falhas na gravação*) que os senhores já tiveram
1046 acesso, hoje pela manha nós estivemos com a Dra. Denise ne, pra discutir as condicionantes, que
1047 também discutimos anteriormente com o DNIT e a Dra. Denise ponderou a cerca de alguns
1048 prazos que nós havíamos propostos e também, algumas assim, algumas outras observações que



1049 eu vou rapidamente expor para os senhores quais são, pra que os senhores tenham
1050 conhecimentos e concordando no mais com os termos das condicionantes. Leonardo Sorbliny
1051 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – conselheiro, existem duas condicionantes que seriam
1052 prejudiciais ao voto do senhor. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – é verdade, é
1053 verdade. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata - eu gostaria que a
1054 abordagem começasse por aí, e depois nós vamos item a item. Leonardo Castro Maia, Ministério
1055 Público – perfeito, perfeito. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata - pra
1056 reformular algumas opiniões, etc., etc., teríamos que primeiro as condicionantes. Wilson
1057 Starling, SEDE – uma questão aí de ordem, acho que nós temos que votar primeiro o parecer da
1058 SUPRAM para em seguida iniciar a discussão com referência às condicionantes do Ministério
1059 Público. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – eu queria apenas colocar a consideração
1060 dos senhores que as condicionantes número 5 e 24 elas são condicionantes que prejudicam o
1061 voto a cerca do licenciamento, está expresso no nosso voto, mas eu vou repetir as razões, o que
1062 acontece, nós estamos dando uma licença de instalação para o empreendimento, só que tem dois
1063 lotes desse empreendimento para os quais ainda não há projeto, então é como se nós
1064 estivéssemos dando licença de instalação pra uma coisa que nós não conhecemos, não existem
1065 ainda os projetos pros lotes 9 e 10, esses lotes, as licitações respectivas ficaram desertas, então o
1066 DNIT considera mesmo dele vir a fazer os projetos, dele não fazer uma concessão, mas isso é
1067 uma questão que infelizmente não pode ser resolvido até o presente da ata, porque há
1068 necessidade disso, a nossa proposta de modo a não parecer ou só não parecer, de modo nós não
1069 darmos um cheque em branco com essa licença de instalação seria que nós alterássemos a
1070 condicionante 5 pra dizer que tão logo feito os projetos desses lotes, esses tenham de voltar aqui
1071 para o licenciamento, e não apenas no licenciamento, voltar para a unidade regional colegiada
1072 que é o órgão competente para apreciar e deliberar sobre o licenciamento ta, senão o nosso voto
1073 sobre o licenciamento, ou pelo menos o nosso, do Ministério Público, teria de ser pelo
1074 indeferimento da licença, porque eu não posso dar uma licença pra alguma coisa para qual não
1075 existe projeto ta, com relação a essa questão ouve uma aceitação por parte do DNIT sem nenhum
1076 questionamento ta, e conversamos com a Dra. Denise também, não há problemas da parte da
1077 FIEMG, não sei se há algum problema da parte de algum dos demais conselheiros, mas a nossa
1078 proposta seria condicionante 5 – apresentar o projeto executivo dos lotes 9 e 10 para análise da
1079 SUPRAM, ponto, o resultado da análise será encaminhado para deliberação da URC na forma de
1080 adendo ao parecer único da licença de instalação, que é esse que nós estamos votando, e o prazo,
1081 antes do início das intervenções nos respectivos lotes ta, não sabemos o trajeto, não sabemos os
1082 impactos que esses lotes eventualmente poderão sofrer com a instalação dessa obra, com relação
1083 a 24, a condicionante 24 é um raciocínio muito semelhante, eu queria expor para os senhores
1084 com bastante tranqüilidade o seguinte, existe uma lei federal que é a lei da mata atlântica, a lei
1085 11.428/2006, essa lei ela dispõe sobre a possibilidade de intervenção em mata atlântica, como
1086 nós vimos naquele estudo mencionado na universidade de São Paulo hoje está com 7% da sua
1087 coberturas nacional, então justamente pra proteger essa mata, essa lei ela criou mecanismos, ela
1088 permite que em determinadas situações que faça intervenção, mas ela exige que eu faça
1089 compensações, e mais do que isso, ela extipulou um regime social, se eu for fazer uma
1090 intervenção mais de 50 hectares eu preciso de uma anuência do IBAMA, hoje nós estamos muito
1091 próximos desses 50 hectares com atual projeção sem considerarmos os lotes 9 e 10, os lotes 9 e
1092 10 por outro lado estão na área mais crítica, na área mais sensível do trajeto da rodovia, de modo
1093 que provavelmente, provavelmente com esses lotes nós superaremos os 50 hectares pra
1094 intervenção o que inibiria a aplicação da lei da mata atlântica não só na questão da anuência do
1095 IBAMA, mas também da compensação, então a nossa proposta aqui é que seja aplicado o mesmo
1096 raciocínio com relação a questão da condicionante 5, ou seja, que essa questão volte a ser objeto
1097 de apreciação quando tivermos os projetos, então apenas são essas duas condicionantes que nós
1098 gostaríamos de votar antes, mesmo se os senhores estiverem de acordo eu acho que é muito



1099 razoável pra aplicação da norma. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata –
1100 ok, pois não conselheiro, ao microfone, ao microfone conselheiro, eu tenho que registrar a fala.
1101 Muito bem, existe então. Wilson Starling, SEDE – eu queria fazer só uma pergunta, esses dois,
1102 esses lotes 9 e 10 eles estão incluídos no que nós vamos votar hoje? É o projeto, pra que esse
1103 projeto repasse aqui outra vez. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – exatamente, quando
1104 veio o licenciamento, o DNIT, ele esperava fazer o licenciamento, a licitação pra todos os
1105 trechos, e assim ele abril, só que esses lotes ficaram desertos, as estações ficou deserta, então o
1106 que o DNIT não quer, DNIT não quer fragmentação, porque fragmentação inclusive ela é objeto
1107 eventual de questionamento, ela não pode acontecer, mas por outro lado o próprio DNIT diz, não
1108 tem projeto pra essas áreas, então como compatibilizar a inexistência do projeto com uma licença
1109 de instalação, e aí a nossa proposta é essa, é uma arquitetura que no sentido de viabilizarmos a
1110 construção da rodovia, mas considerando, protegendo uma coisa que nós não sabemos
1111 absolutamente o que seja. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – muito
1112 bem, pois não, conselheiro. NÃO SEI QUEM FALOU – é, a minha pergunta, por favor, com
1113 relação a esses dois lotes que não tem projeto, isso inviabilizaria o início dos restantes? Leonardo
1114 Castro Maia, Ministério Público – não, por isso que a nossa proposta é que esses projetos sejam
1115 realizados a par da construção dos restantes, e no momento em que houver necessidade de obras
1116 nesses lotes por enquanto não será possível realiza-las porque não há projetos pra isso, mas no
1117 momento que esses projetos tiverem prontos e houver necessidade de obras que para isso haja a
1118 deliberação do Conselho de Política Ambiental como nós estamos fazendo para os demais,
1119 porque do contrário nós estaríamos autorizando uma coisa que nós desconhecemos
1120 absolutamente, nós não conhecemos, como poderíamos autorizar uma coisa que nós não
1121 sabemos o traçado preciso, não sabemos os impactos, todo esse trabalho ainda não foi realizado,
1122 mas há uma perspectiva dele se realizar, inclusive (*falhas na gravação*) que há perspectiva dele
1123 próprio realiza-los se ele perceber se ele não vai conseguir licita-los e houver necessidade de
1124 construção dessas, da estrada nesses trechos, mas isso é uma questão que depende uma
1125 deliberação futura, portanto nós estamos aqui apenas condicionando intervenção nessas áreas
1126 não poderão ser realizada sem autorização do órgão ambiental, é essa a proposta, não é.
1127 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – pois não conselheiro, se
1128 presente, por favor. Luciano Gerra Cotta, IBAMA – desculpe a rouquidão, tanto que eu vou
1129 falar o mínimo possível, mas esa questão inclusive é colocada como condicionante na própria
1130 anuência do IBAMA pros lotes 1 a 8, então foi considerado isso, que pra qualquer intervenção
1131 nesses lotes seja, vai ter que pedir inclusive uma nova anuência. Leonardo Castro Maia,
1132 Ministério Público – exatamente esse é o principio da nossa proposta, é assegurar que o IBAMA
1133 possa cumprir a sua prerrogativa, sua competência, porque senão nós teremos uma, nós
1134 estaremos atropelando outro órgão, além de estarmos aí, eventualmente ensejando um dano
1135 ambiental que nós se quer conhecemos ne, mas nós estriamos ai atropelando, não estaríamos
1136 atuando de forma harmônica, de forma coerente com o ordenamento. Wilson Starling, SEDE – é
1137 só porque é o seguinte, como o senhor bem colocou aqui esse item 8 e 9, 9 e 10, se houver, por
1138 exemplo, a supressão vegetal, e isso na soma de todos haja um procedimento diferenciado, isso
1139 vai interferir ou não? Ou será feita a licença cívica dos lotes 9 e 10? Leonardo Castro Maia,
1140 Ministério Público – não, se acontecer isso o DNIT vai ter que apresentar uma proposta de
1141 compensação pra essa intervenção que supere. Wilson Starling, SEDE – se há um
1142 desmembramento. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – não, não há desmembramento,
1143 não há desmembramento, porque o desmembramento é justamente o que nós estamos tentando
1144 evitar com essa proposta. Wilson Starling, SEDE – então a proposta do senhor é exatamente esse
1145 adendo aqui que está me trazendo dúvida, porque a partir do momento que ele estiver e se
1146 acontecer isso que nós estamos conversando e supondo aí corre o risco de parar todos os nossos
1147 lotes, então é esse que é a questão, eu não estou aceitando essa palavra “adendo”, quer dizer, eu
1148 estou vislumbrando aqui na minha cabeça, eu não sei se eu estou com a razão, peço até a



1149 colaboração dos meus companheiros aí, porque é o seguinte. Leonardo Castro Maia, Ministério
1150 Público – não, porque veja bem. Wilson Starling, SEDE – tirar a “forma de adendo” porque pelo
1151 menos, tirasse a “forma de adendo” para ir a onde é que tem, Leste Mineiro e ponto, porque o
1152 adendo pode vir a complicar todo o empreendimento. Leonardo Castro Maia, Ministério Público
1153 – não, mas os empreendimentos é um só, só tem uma pessoa que pode desmembrar esse
1154 empreendimento, fazer dois, é o próprio DNIT, então nós não podemos forçá-lo, o que nós
1155 podemos fazer, o que nós poderíamos fazer teoricamente é o seguinte, você não tem, é uma parte
1156 parte da rodovia aqui que você não fez projeto, então tem que indeferir seu requerimento de
1157 licença, isso ninguém quer, não é. Wilson Starling, SEDE – mas Dr. Leonardo, nós também
1158 temos que deixar a possibilidade do DNIT fazer essa parte separada, porque a partir do momento
1159 que nós condicionamos para ser um adendo, aí. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – mas
1160 é um adendo, porque é o mesmo licenciamento, o DNIT não quer fazer separado. Leonardo
1161 Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – senhor Wilson, trata-se do mesmo
1162 licenciamento, o adendo ao parecer. Wilson Starling, SEDE – adendo é uma coisa, isso aí é uma
1163 questão. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – é o nome que nós
1164 utilizamos para um. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – porque um adendo ao parecer
1165 único? Vamos voltar o nome do parecer, qual é o nome do parecer? Então o parecer (*falhas na*
1166 *gravação*) como nesse caso precisaremos de algo mais pra complementa-lo, pros lotes 9 e 10,
1167 então adendo ao parecer único. Wilson Starling, SEDE – então porque que nós precisamos
1168 colocar isso aqui, não podemos terminar aqui encaminhando para deliberação na URC Leste de
1169 Minas, ponto, por quê? É, não vai alterar nada também ne, só não estou gostando, é que eu não
1170 gosto de “adendo”, a verdade é essa, excelência. Acho que o objetivo do senhor é. Leonardo
1171 Castro Maia, Ministério Público – não entendi, perfeito, eu só queria o seguinte. Wilson Starling,
1172 SEDE – só não queria que o senhor colocasse esse adendo aí, que eu não gostei dessa palavra.
1173 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – a expressão conselheiro, ela já
1174 está consagrada na, as SUPRAM’s utilizam esse expediente quando necessário e ele vem pra
1175 complementar as informações que não, por algum motivo não constaram no parecer único, sejam
1176 elas relativa a supressão de vegetação ou algum impacto que tenha ficado com a necessidade de
1177 um detalhamento maior no momento posterior, então o adendo ele vem justamente pra isso, ele
1178 vem pra complementar, ele vem pra trazer esse detalhamento, e não de forma alguma induzir
1179 fragmentação, isso não pode haver, isso nós não vamos tolerar, não podemos também induzir,
1180 então o adendo ele vem justamente com uma medida conciliadora pra viabilizar o deferimento da
1181 licença e depois definida a questão da licitação, ou enfim, qual foi o problema que motivou a não
1182 apresentação do projeto executivo, tão logo isso seja resolvido a SUPRAM faz uma avaliação e
1183 submete novamente ao órgão competente que é a URC, então não acredito que a forma como
1184 está escrito aqui ela induz algum erro, algum equívoco, gostaria de ouvir o DNIT com relação à
1185 alteração da condicionante 5 e também a condicionante 24, são questões prejudiciais, já faço o
1186 seguinte encaminhamento, de acordo com a manifestação do DNIT nós já vamos colocar em
1187 votação o processo pra depois discutirmos uma a uma as demais condicionantes propostas pelo
1188 Ministério Público, vamos votar agora, conselheiro. Marília Fernandes, Supervisora de Meio
1189 Ambiente do DNIT em Minas Gerais – quando o DNIT entrou com a licença prévia né, estavam
1190 todos os lotes, quando nós abrimos a licitação pra elaboração do projeto, porque quando a gente
1191 entra com licença prévia, entra-se com as diretrizes e alguns dados com relação ao quê que a
1192 gente precisa intervir, tem um projeto básico e tal, quando foi o projeto executivo o DNIT abriu
1193 duas vezes a licitação e deu deserto ta, então pra que a gente não atrapalhasse o condução pra
1194 licença de instalação foi de certa forma conversado com a SUPRAM, com o IBAMA, quando o
1195 Luciano foi fazer a vistoria ele estava com a diretriz, ele não se sentiu seguro de fazer uma
1196 complementação do estudo em cima daquela diretriz, aí nós falamos, então dá, concede a
1197 anuência pros 33 hectares e depois quando nós tivermos o projeto do 9 e 10 volta o IBAMA e faz
1198 a complementação, então hora nenhuma o DNIT estava pensando em pular IBAMA, hora



1199 nenhuma o DNIT estamos pensando em pular COPAM, porque pra nós o órgão licenciador é o
1200 COPAM, a SUPRAM é quem analisa, quem concede a licença é o COPAM, então pra nós isso
1201 estava muito claro que o órgão licenciador era o COPAM PT Saudações, a anuência seria dada
1202 pelo IBAMA também não tem problema, então assim, hora nenhuma o DNIT estava pensando
1203 em pular ninguém, deu uma intervenção sem projeto, isso aí é inadmissível, ne, então assim, com
1204 relação a essa condicionante pra nós está ok, isso pra nós já estava certo mantê-los, com relação
1205 à 24, nós já entramos com umas considerações junto a Câmara de Proteção à Biodiversidade que
1206 no nosso entendimento era quem nós teríamos que entrar, quanto à SUPRAM e o COPAM nós já
1207 tínhamos também apresentado como nós faríamos essa compensação, então isso já estava nos
1208 nossos estudos, então nós entendemos que a apresentação do IEF com relação a isso já estava
1209 ciente, a SUPRAM estava ciente, e conseqüentemente o COPAM estava ciente, então cabia
1210 ainda ao DNIT fazer as nossas considerações junto à Câmara de Proteção à Biodiversidade, nós
1211 fizemos as nossas considerações e eles levaram as nossas considerações para análise da
1212 advocacia geral do estado, então o DNIT está guardando essa posição deles. Leonardo Sorbliny
1213 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, vamos a leitura das condicionantes, e depois pra
1214 ficar bem claro vou pedir novamente a manifestação do DNIT apenas à concordância ou não e
1215 também da SUPRAM, por favor, condicionantes 5 e 24 que serão objeto de alteração. Leonardo
1216 Castro Maia, Ministério Público – condicionante 5 - apresentar o projeto executivo dos lotes 9 e
1217 10 para análise pela SUPRAM, ponto, o resultado da análise será encaminhado para deliberação
1218 pela URC Leste Maneiro na forma de adendo ao parecer único da licença de instalação, prazo,
1219 antes do início da intervenção dos respectivos lotes. Condicionante 24, - cumprir o disposto no
1220 artigo 17 (*falhas na gravação*) disposto no artigo 26 do decreto federal 6.660/2008, através a
1221 destinação, conservação de área equivalente no mínimo o dobro da área a ser desmatada com as
1222 mesmas características ecológicas na mesma bacia hidrográfica e preferencialmente na mesma
1223 micro-bacia, na forma de criação de RPPN, Instituição de Servidão Florestal, artigo 27, decreto
1224 federal 6.660/2008, ou da doação de área equivalente no interior de unidade de conservação e
1225 domínio público com as mesmas características ecológicas pendentes de regularização fundiária
1226 localizada na mesma bacia hidrográfica, no mesmo estado e sempre que possível na mesma
1227 micro-bacia hidrográfica. Diante da inexistência comprovada da área que atenda os requisitos
1228 supramencionados demonstrar a possibilidade de reposição florestal com espécies nativas em
1229 áreas que contenha no mínimo o dobro do tamanho da área pretendida para supressão mediante
1230 apresentação e projeto técnico elaborado por profissional habilitado e previamente aprovado pelo
1231 órgão ambiental competente contemplando metodologia que garanta restabelecimento dos
1232 índices compatíveis com os estágios de regeneração da área a ser desmatada, artigo 26,
1233 parágrafo segundo, decreto federal 6.660/2008. Qualquer hipótese a proposta de compensação
1234 deverá passar por aprovação da URC LM, prazo, antes do início da supressão da vegetação.
1235 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, a minha única questão,
1236 conselheiro, é sobre essa necessidade de aprovação pela URC, tendo em vista o que dispõe o
1237 decreto que regulamenta o COPAM 44.667 que remeteria essa matéria à Câmara de Proteção à
1238 Biodiversidade, nesse sentido parece que o DNIT já tomou algumas providências junto, e está
1239 aguardando manifestação da AGE, não é isso? Então poderíamos colocar então, deverá passar
1240 pela Instância Competente do COPAM, poderia ser? Leonardo Castro Maia, Ministério Público
1241 – perfeito, eu senhor presidente, entendo que seria a URC, há uma divergência a cerca dessa
1242 questão, como a URC ela licencia e como essa questão intimamente relacionada ao
1243 licenciamento, sem a qual não poderia haver a licença, eu entendo que a URC deveria, mas eu
1244 não vejo problema nenhum em colocar junto ao órgão competente, perfeito. Leonardo Sorbliny
1245 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, eu pessoalmente também gostaria que fosse a
1246 URC, mas há essa questão do decreto e enfim, vamos, vamos tratar o assunto com um pouco
1247 mais de imparcialidade, já que não há ainda uma definição final da AGE. O DNIT está de acordo
1248 com essas duas condicionantes? Gostaria só que se manifestasse sim ou não. Marília Fernandes,



1249 Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – o DNIT está de acordo. Leonardo
1250 Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – SUPRAM. Ok, é, o artigo 27 do nosso
1251 regimento interno, DN 177 prevê lá no parágrafo 6º o seguinte, nos casos em que o conselheiro
1252 proponente da condicionante manifestar que a inclusão, exclusão ou alteração da mesma pode
1253 interferir na decisão de concessão de licença ambiental deverão ser colocados em votação
1254 simultaneamente o parecer do órgão ambiental que foi a proposta apresentada pelo conselheiro, o
1255 dispositivo que foi invocado aqui pelo nosso conselheiro Leonardo, tendo em vista que há o
1256 consenso, que há a aceitação do DNIT no que tange a alteração dessas duas condicionantes eu
1257 vou colocar em votação simultaneamente essas duas condicionantes, caso algum conselheiro não
1258 concorde com alguma dessas duas condicionantes, alteração dessas duas condicionantes, se
1259 manifeste, aí nós vamos ter que colher o voto dele com relação ao processo e com relação à
1260 condicionante, ok, ficou entendido? Pra que nós possamos colocar em votação simultânea, então
1261 coloco em votação o item 7.1 com a (*falhas na gravação*) no que tange ao item condicionante 5 e
1262 condicionante 24, aqueles que estiverem de acordo com o parecer único da SUPRAM e também
1263 com a alteração da condicionante 5 e condicionante 24 permaneçam como estão, APROVADO
1264 POR UNANIMIDADE, então a licença está deferida. Denise Bernardes Couto, FIEMG – só que
1265 fique registrado a minha manifestação quanto a condicionante de número 25, apenas pra registro
1266 em ata, ok. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, temos mais uma
1267 série de condicionantes, são 22 né, conselheiro? E vamos então discuti-las uma a uma pra nós
1268 chegarmos aí num consenso razoável, proporcional com relação ao projeto. Pois não, trocar a
1269 fita, vamos aguardar um minuto. Muito bem, senhores conselheiros, não se trata de um intervalo,
1270 não se trata de um intervalo, os trabalhos não estão suspensos, nós apenas trocamos a fita, não é
1271 isso, vamos lá, vamos dar seqüência às análises das propostas pelo Ministério Público, vamos
1272 então conselheiro, a leitura de cada uma delas e a discussão, primeiro item, por favor. Leonardo
1273 Castro Maia, Ministério Público – com relação às condicionantes, então nós dividimos aqui em
1274 condicionantes propostas gerais e condicionantes específicas pra fauna, primeira condicionante
1275 nós já conversamos, seria pra um projeto de proteção à conectividade dos fragmentos florestais,
1276 a dessa proposta que os senhores tem no computador, nós alteraríamos apenas numa faixa de 20
1277 km que está, que seria o âmbito desse alcance dessa conectividade para - com extensão definida
1278 no próprio projeto conforme critérios técnicos, então invés de utilizarmos 20 km, o próprio
1279 projeto a ser apresentado indicaria o âmbito ne, o espectro desse projeto, outra mudança que nós
1280 discutimos hoje pela manhã é com relação ao prazo que aumentamos para 240 dias, então 180
1281 dias é a propostas que os senhores tem aí no computador, no anexo, e o nosso voto
1282 aumentaríamos pra 240 dias, posso fazer assim, seguir, ir direto, ou há necessidade. Leonardo
1283 Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – vamos votar uma por uma, que são muitas
1284 ne, vamos ouvir também o DNIT e a SUPRAM, vamos primeiro passar a redação final da
1285 primeira. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – da primeira com a
1286 mudança, então seria elaborar projeto conceitual e executivo de proteção e conectividade dos
1287 fragmentos florestais mais significativos e identificados nas áreas lindeiras (*falhas na gravação*)
1288 com extensão definida no próprio projeto conforme critérios técnicos contemplando a
1289 identificação de reservas legais, unidades de conservação, áreas de preservação permanente e
1290 outras modalidades de áreas protegidas ao longo de todos os lotes da rodovia, o projeto deverá
1291 ser disponibilizado em meio eletrônico público, o projeto deverá conter: A – caracterização
1292 ambiental dos fragmentos de vegetação e identificação dos respectivos proprietários, entre
1293 parênteses, cadastro fundiário, identificação de áreas necessárias à conectividade entre os
1294 fragmentos para orientação dos projetos de recuperação e conservação e C – proposição de ações
1295 de conservação, proteção contra desmatamento, incêndios, entrada de gado e animais
1296 domésticos, prazo, 240 dias, então o objetivo é a conectividade, a proteção ne, através da
1297 conectividade dentro do escopo que o próprio projeto vai identificar num prazo pra elaboração
1298 de 240 dias. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, DNIT. Marília



1299 Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – isso assim, já melhorou
1300 bastante a redação, porque os 20 km nós tínhamos já ponderado em reunião com a Ministério
1301 Público ne, então assim, o prazo já acertou, o que nós temos aqui a considerar é que assim, nos
1302 estudos que nós fizemos, muitas dessas intervenções já foram propostas, entendeu, então assim,
1303 eu queria ouvir o pessoal da SUPRAM porque talvez nós vamos precisar junto com a SUPRAM
1304 fazer uma complementação desses estudos, talvez não vai ser um estudo inteiro, (*falhas na*
1305 *gravação*) tem pra nos dizer com relação a isso, que talvez vai ser uma complementação desses
1306 estudos que eu acho que seria mais viável, por exemplo. Leonardo Sorbliny Schuchter,
1307 Superintendente Zona da Mata – sim, os estudos teriam já sido apresentados, precisamos apenas
1308 de uma adequação. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas
1309 Gerais – já tem uma parte, isso, eu acredito que seja uma complementação, vamos ouvir a
1310 SUPRAM que depois a gente acerta. Paulo, SUPRAM Leste – com relação a esse estudo ne, a
1311 idéia da SUPRAM dentro desse projeto do DNIT, já tem um projeto de monitoramento da fauna,
1312 onde que vai pegar os fragmentos e aqueles outros fragmentos onde serão destinados alguns
1313 indivíduos da fauna que serão relocados ou função da supressão, então essa área de
1314 monitoramento e aí mais a futura área que seria de compensação né, a idéia seria de colocar essa
1315 área toda pra se estudar nesse monitoramento, então é aguardar o que será definido pra gente
1316 estudar essa área. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – o DNIT e a SUPRAM
1317 concordariam em compilar todas essas informações em um projeto? Essa é a proposta. Paulo,
1318 SUPRAM Leste – sim, porque é até mais fácil de monitorar e analisar. Leonardo Sorbliny
1319 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – a redação seria alterada então? Leonardo Castro
1320 Maia, Ministério Público – não, seria mantida a mesma, porque parte das informações, segundo
1321 o DNIT está explicando, com razão, já foram apresentadas, porque (*falhas na gravação*) a Dra.
1322 Marília até não cumprimentei antes porque não a vi, e não pude encontra-la la em Belo
1323 Horizonte aquele dia porque tinha saído de férias naquela data, mas é, como a senhora mesmo
1324 manteve contato comigo e conversamos, não há interesse em fragmentação, há interesse em uma
1325 rodovia só, um licenciamento só, moderna e adequada à questão do meio ambiente sustentável.
1326 Então a nossa proposta é um projeto para isso, pra conectividade nenhum problema que seja pra
1327 informações já produzidas. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em
1328 Minas Gerais – é complementar o que tem, porque na reunião que nós tivemos com as analistas
1329 elas falaram que tinha muitos pontos que estavam soltos, aí eu falei, bom, eu não sou bióloga, eu
1330 sou civil, mas o que a gente pensa é o seguinte, então vamos complementar, então não é, eu
1331 gostaria que mudasse a redação, não é elaborar um estudo, é complementar os estudos. Leonardo
1332 Castro Maia, Ministério Público – entendi, é porque segundo eu conversei com a bióloga, não foi
1333 detectado esse projeto especificamente, são informações soltas ne, que estão espalhadas em
1334 vários estudos que poderiam ser úteis para o projeto de conectividade, mas cujo projeto ainda
1335 não existe ne, então a nossa proposta seria essa, poderia ser reunidas essas informações, eu não
1336 vejo nenhum problema nisso, mas que elas fossem reunidas num único só documento ne, com
1337 esse escopo, porque as informações elas foram produzidas pra vários objetos ne, pra vários
1338 objetivos, não necessariamente pra esse, que é uma questão que nós identificamos como uma
1339 questão assim, bem sensível, bem importante pra rodovia ne, como uma rodovia moderna dentro
1340 daquele conteúdo que foi até apresentado na outra reunião. Marília Fernandes, Supervisora de
1341 Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – ta ok, o DNIT aceita. Leonardo Sorbliny
1342 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, então eu coloco em votação, aqueles que
1343 estiverem de acordo com a condicionante proposta pelo Ministério Público permaneçam como
1344 estão, APROVADA. Segunda proposta. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – a segunda
1345 proposta ela não teve questionamento por parte da FIEMG, pelo menos, agora vamos ouvir o
1346 DNIT também, seria – priorizar no projeto de educação ambiental difusão do conhecimento da
1347 importância da fauna, ameaças a que está submetida, destruição de habitat, caça e tráfico, e das
1348 medidas que serão adotadas para devida minimização dos impactos pela operação da rodovia,



1349 priorizar ainda a abordagem os impactos decorrentes do descarte regular de lixo ao longo da
1350 rodovia, o projeto de educação ambiental deverá ser destinado aos públicos já previstos no PCA,
1351 bem como a sociedade e usuários da rodovia em geral, incluindo empresas de transportes de
1352 passageiros e cargas, deverá ainda ser disponibilizado em meio eletrônico público, prazo, 60 dias
1353 após publicação da LI, desculpa, 150. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da
1354 Mata – 150 dias. Denise Bernardes Couto, FIEMG – e aí tem aquele, tem uma questão que a
1355 gente conversou depois Dr. Leonardo, um adendo, seria 150 dias após a publicação da LI
1356 deixando a cargo da proposta do DNIT os prazos de execução do mesmo que serão aprovados
1357 pela SUPRAM. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – perfeito, isso, desculpa, é porque.
1358 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, DNIT. Marília Fernandes,
1359 Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – o DNIT aceita, nós tínhamos
1360 contestado o prazo ne, Dr. Leonardo está esquecendo que tudo nosso é licitado, então isso aqui já
1361 está ok. O que nós estávamos falando aqui é o seguinte, que a divulgação público em geral que
1362 nós vamos fazer a abordagem, vamos fazer as campanhas educativas né, mas nós estamos
1363 querendo colocar no site, porque quando nós já abriremos a licitação está previsto na legislação
1364 ambiental a criação do site, então nós vamos disponibilizar tudo no site, então a maioria das
1365 empresas aí que não seria bem o nosso público, elas poderiam acessar pelo site e ter
1366 disponibilizado esse material sem restrição ao uso, ta, agora, pra nós abordagem dessas, desse
1367 público todo maior assim pra nós seria um pouco mais difícil, nós manteríamos o que está no
1368 PCA, o público seria atingido, se estiver algum específico que a SUPRAM e os conselheiros
1369 entendam que a gente tenha que abordar nós abordariamos, mas assim, um público tão grande às
1370 vezes vai dificultar pra nós, porque o nosso edital já está na praça, e ele está previsto em cima
1371 dos estudos que nós apresentamos, senão vou ter que ficar fazendo aditiva ao contrato e isso
1372 dificulta. Leonardo Castro Maia, Ministério Público - eu acho que a senhora poderia nesse ponto
1373 ficar tranqüila pelo seguinte, o que nós queremos, o que nós estamos propondo é que justamente
1374 seja aquele público já previsto no PCA, ta, ser destinado é ser orientado, porque conforme o
1375 público, a linguagem, a forma de apresentação da educação ambiental tem uma, então é que seja,
1376 ou seja, seja orientado o material para aquele público, e finalmente nós pedíamos que seja
1377 disponibilizado em meio eletrônico público, que é o site justamente, que na verdade essa é a
1378 maior preocupação, como na clausula anterior também tinha disponibilizada em meio
1379 eletrônico público uma orientação que essa informação possa ser difundida, né, então hoje a
1380 internet é a maior forma de difusão, então essa é a nossa (*falhas na gravação*) inclusive, que a
1381 informação de fato seja quem cheque a quem ela se destina, não dique enclausurada dentro desse
1382 procedimento de licenciamento ambiental, que ela possa educar, gerar o efeito desejado de
1383 educação ambiental, então eu acho que estamos conformes aqui nessa questão também. Marília
1384 Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – com relação à
1385 linguagem, o nosso edital, eu não sei se alguém já teve acesso a ele, tem a equipe toda
1386 multidisciplinar, temos psicólogos, pedagogos, então assim, a preocupação do DNIT vai ser
1387 realmente fazer uma gestão ambiental exemplar. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente
1388 Zona da Mata – ok, SUPRAM está de acordo? De acordo? Então coloco em votação a
1389 condicionante a respeito ao prazo ne, 150 dias, não é isso? 150 dias, só pra fins de registro.
1390 Denise Bernardes Couto, FIEMG – 150 dias após a publicação da LI, deixando a cargo da
1391 proposta do DNIT, os prazos de execução, ou, é mentira, de execução do mesmo que serçao
1392 aprovados pela SUPRAM. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok,
1393 então o item 2 da condicionante proposta pelo Ministério Público passará por essa alteração no
1394 que diz respeito ao prazo, eu coloco então em votação, aqueles que estiverem de acordo
1395 permaneçam como estão, APROVAD. Terceira proposta. Leonardo Castro Maia, Ministério
1396 Público – a terceira proposta – firmar convênios e parcerias com órgãos públicos e provados pra
1397 promoção de campanha ainda tônica nesse de educação ambiental, firmar convênios e parcerias
1398 com órgãos públicos e privados para promoção de campanhas, blitz e ações de educação



1399 ambiental para o combate ao tráfico de animais silvestres, prazo, *(falhas na gravação)*. Leonardo
1400 Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, DNIT. Marília Fernandes, Supervisora
1401 de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – com relação a essas blitz educativas, o DNIT já
1402 faz algumas blitz educativas junto com o pessoal do governo do estado na parte de previncêndio,
1403 T2R2, então assim, já está previsto dentro do nosso trabalho a parte dessas blitz educativas, só o
1404 seguinte, com relação a polícia rodoviária ela já tem um convênio conosco e ela é sempre
1405 convidada, mesmo eu tendo a gestão sobre a rodovia eu não posso trabalhar na rodovia sem a
1406 polícia, todo mundo é ciente disso, então nem sempre que a gente convida eles tem
1407 disponibilidade de nos acompanhar, então algumas blitz educativas que nós estávamos previstas
1408 pra fazer junto com o IEF e tal, nós não conseguimos fazer porque a polícia não foi, então assim,
1409 o convênio já existe mas nem sempre dá pra cumprir, com relação aos órgãos privados o que a
1410 gente sempre faz, que eu não posso fazer convênio com órgão privado pra esse tipo de, a gente
1411 convida normalmente eles trabalham junto conosco ta, então assim, eu so pediria pra tirar essa
1412 parte de firmar convênios ta, e com relação à parte de combate ao tráfego e tal, nós vamos
1413 trabalhar em cima disso, nas campanhas educativas, buscando uma conscientização, uma
1414 conscientização da importância, é a parte que nos cabe, então pra nós está ok, só o firmar
1415 convênio que eu achei que seria mais viável tirar, mas nós vamos fazer do mesmo jeito.
1416 Leonardo Castro Maia, Ministério Público – de acordo, então ficaria a redação o seguinte –
1417 promover campanhas, blitz e ações de educação ambiental para o combate ao tráfego de animais
1418 silvestres, prazo, 180 dias. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok,
1419 fica bem mais razoável ne. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em
1420 Minas Gerais – ok, DNIT aceita. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata –
1421 SUPRAM de acordo? Ok, coloco então em votação, aqueles que estiverem, conselheiro José
1422 Ângelo está com dúvida ali, como é que ficou o texto? Leonardo Castro Maia, Ministério
1423 Público – no lugar de firmar convênios, foi retirado isso, suprimido, ficou promover campanhas,
1424 e aí o restante é a mesma redação. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata
1425 – ok, em votação então, aqueles que estiverem de acordo com a condicionante proposta
1426 permaneçam como estão, APROVADO. Quarta proposta. Leonardo Castro Maia, Ministério
1427 Público – a quarta proposta – enviar ao COPAM relatórios relativos aos programas de proteção à
1428 fauna e educação ambiental, fiscalização e proteção dos cursos de água e disponibiliza-los à
1429 sociedade em meio eletrônico e com frequência mínima trimestral, prazo, durante o período das
1430 obras. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – faço apenas uma
1431 retificação, conselheiro, seria prudente colocar enviar à SUPRAM e não ao COPAM, ok?
1432 Leonardo Castro Maia, Ministério Público – enviar à SUPRAM, perfeito. Leonardo Sorbliny
1433 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, DNIT. Marília Fernandes, Supervisora de Meio
1434 Ambiente do DNIT em Minas Gerais – com relação a isso, isso já está previsto em
1435 condicionantes anteriores, o que não estava previsto era mandar pro COPAM, eu acho que a
1436 partir do momento que vai ser disponibilizado no site, eu acho que essa condicionante podia
1437 tirar. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – qual seria a outra condicionante que a senhora.
1438 Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – não, porque nas
1439 condicionantes da SUPRAM a gente já tem que apresentar relatórios periódicos pra eles de
1440 vários itens. Leonardo Castro Maia, Ministério Público - então poderíamos ficar de repente com
1441 a seguinte redação – disponibilizar à sociedade em meio eletrônico os relatórios relativos ne.
1442 Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – podemos, agora,
1443 tem que olhar o seguinte, a SUPRAM, a gente entrega o relatório e tem algumas coisas que eles
1444 pedem como complementação, pode complementar assim, depois de aprovado pela SUPRAM a
1445 gente coloca no site? Leonardo Castro Maia, Ministério Público – sim. Marília Fernandes,
1446 Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – pode? Né Maria Helena? Porque às
1447 vezes a gente entrega pra SUPRAM e a SUPRSM fala: não, quero mais uma complementação,
1448 esse aqui eu achei que pode aprofundar mais, após a aprovação da SUPRAM a gente



1449 disponibiliza do site, pode ser? Leonardo Castro Maia, Ministério Público – perfeito, aí seria
1450 assim, disponibilizar à sociedade por meio eletrônico com frequência mínima trimestral os
1451 relatórios relativos aos programas de proteção à fauna, após aprovado pela SUPRAM. Marília
1452 Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – a SUPRAM pede alguns
1453 relatórios são semestrais, outros são trimestrais, eu acho que a gente não deveria entrar no âmbito
1454 da periodicidade não, os relatórios que a gente apresentar pra SUPRAM está exigido no parecer,
1455 nas condicionantes, depois de aprovado pela SUPRAM a gente disponibiliza, aí tira a
1456 trimestralidade também. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – perfeito. Leonardo
1457 Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – mais aí eu tenho uma dúvida, o que fosse
1458 trimestral seria apresentado trimestralmente? Eu acho que seria melhor consolidar isso,
1459 semestral, porque senão vai ficar, às vezes faz duas campanhas ne, uma por trimestre, dá duas
1460 por semestre, senão uma quantidade de informação muito grande. Ok, então vamos à redação
1461 final, porque eu mesmo já estou com dúvidas aqui, seria – disponibilizar à sociedade em meio
1462 eletrônico público os relatórios. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – com frequência
1463 mínima semestral, os relatórios relativos aos programas de proteção à fauna, educação ambiental,
1464 fiscalização e proteção dos cursos d’ água, uma vez aprovados pela SUPRAM. Prazo do
1465 cumprimentos das condicionantes durante a execução das obras ne, naturalmente. Leonardo
1466 Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, SUPRAM está de acordo? De acordo.
1467 Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – o DNIT está de
1468 acordo. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – então eu coloco em
1469 votação, aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão, APROVADA. Quinta
1470 proposta. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – a quinta proposta – implantar nos mirantes
1471 da rodovias recipientes para disposição de resíduos realizando sua existência necessidade de
1472 uso, houver recolhimento quinzenal dos resíduos e eventuais substituição do recipientes caso
1473 necessário, prazo, a partir da implantação dos mirantes. Marília Fernandes, Supervisora de Meio
1474 Ambiente do DNIT em Minas Gerais – com relação a isso, eu até expliquei quando nós
1475 conversamos lá no Ministério Público, o DNIT normalmente esses mirantes, essas áreas assim
1476 são as prefeituras que fazem a parte de coletas de lixo, nós vamos colocar os dispositivos lá,
1477 durante as obras ne, se nós conseguirmos implantar o mirante logo no princípio das obras,
1478 durante as obras é fácil de limpar e o problema que eu expliquei, e assim, que me conhece sabe
1479 que eu não enrolo, eu falo, então assim, nós nem sempre temos conserva na rodovia, então as
1480 vezes eu falo com vocês assim, quinzenal, e eu não tenho conserva na rodovia, vocês passam lá o
1481 lixo está cheio, às vezes foi um grupo lá e encheo o cesto aí nós estamos mal, então assim, nós
1482 vamos colocar dispositivos lá de forma de coleta seletiva de grande capacidade e vamos fazer
1483 todo possível pra mantê-lo limpo, durante as obras isso até é mais fácil ne, porque as próprias
1484 empreiteiras trabalha naquele setor ali a gente pede pra eles limparem e eles vão limpar, agora,
1485 depois das obras concluídas ne, se não for pra concessão, que eu acredito que vá, então aí nós
1486 vamos ter que ter um pouco mais de paciência com a gente quando a gente não tiver conserva ta,
1487 o quinzenal ela pode, mas porque ela queria semanal. Leonardo Castro Maia, Ministério Público
1488 – veja bem, nós estamos pensando numa coisa, digamos, de um padrão elevado, não é, um
1489 padrão de cuidado, o DNIT é um empreendedor, então vamos supor que as prefeituras recolham
1490 os resíduos nessas áreas ne, mas não seria plausível, razoável que o próprio DNIT se
1491 encarregasse, olha, estou colocando um mirante aqui, eu preciso de alguém pra colher esse
1492 resíduo, eu preciso fazer o contado então com o município pra saber se ele vai recolher. Marília
1493 Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – não, isso será feito, mas
1494 eu não posso assumir uma responsabilidade pro município que eu ainda não contactei. Leonardo
1495 Castro Maia, Ministério Público – não, mas veja bem, a responsabilidade em principio não seria
1496 do município, seria do empreendedor, porque nós aqui quando licenciamos uma fábrica, ela tem
1497 que tratar os resíduos ela, ela tem que recolher, ela tem que dar educação ambiental para o
1498 funcionário dela, que trabalha ali naquela fábrica, mesma coisa vale pro empreendimento do



1499 DNIT, então o DNIT é o empreendedor, ele tem que viabilizar, se não há, ele vai botar um
1500 mirante como uma lixeira, o que adiante ele botar uma lixeira se ele nunca mais vai recolher esse
1501 resíduo, então é uma intervenção assim, que não tem nem sentido prático, então pensando
1502 pragmaticamente a responsabilidade na verdade é do DNIT, mas ele provavelmente vai fazer a
1503 concessão, e quando ele fizer essa concessão isso também é o mínimo que nós esperaríamos de
1504 uma rodovia concedida seja mantida, retirado resíduo que fica ali naqueles locais, a parada de
1505 veículos, então esse foi o que moveu o Ministério Público a propor essa condicionante ne,
1506 manter justamente uma rodovia com padrão, na verdade não é elevado, um padrão desejável,
1507 que deveria que infelizmente algumas rodovias não tem, mas é uma rodovia nova, é um
1508 licenciamento ambiental, então nós precisamos pensar nisso, eu acho que seria razoável, assim
1509 como é razoável da nossa parte compreender que na prática o DNIT vai fazer o contato com a
1510 prefeitura e quem vai colher aquele resíduo é a prefeitura, embora a responsabilidade seja do
1511 empreendedor, o DNIT, de manter a rodovia que é do DNIT que é construída e em princípio até
1512 operada por ele, em condições dignas, exatamente ne. Wilson Starling, SEDE – o que eu estou
1513 vislumbrando é a responsabilidade, Marília ne, dela porque ela não quer assumir o compromisso
1514 que está fora da jurisdição dela, vamos dizer assim, fora da área dela, acho que a gente devia
1515 levar em consideração isso, inclusive como se fosse o caso colocar isso sobre a questão de até de
1516 convênio com o município, não sei como que ficaria essa condicionante, para o recolhimento
1517 desses resíduos, porque na verdade, o município também se fizer o, buscar isso lá, então essa que
1518 é a questão, ela está numa situação de não poder aceitar uma coisa que está fora, vamos dizer
1519 assim, da. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – com
1520 relação ao empreendedor particular e o público, eu tenho ressalvas com que o Dr. Leonardo
1521 (*falhas na gravação*) particular, ele decide, contrata a empresa e pronto, nós temos que fazer a
1522 licitação pra contratar as empresas pra fazer a conserva, então nem sempre nós temos essa, essa,
1523 essa disponibilidade assim, mas vamos por assim, implantar nos mirantes, mantendo limpo, só
1524 não põe 15 dias, nós vamos manter limpo, a gente se vira, só não põe 15 dias. Leonardo Castro
1525 Maia, Ministério Público – eu concordo, promover recolhimento dos resíduos e eventual
1526 substituição dos recipientes, tiramos os 15 dias. Marília Fernandes, Supervisora de Meio
1527 Ambiente do DNIT em Minas Gerais – tira os 15 dias, que não adianta eu falar que vou fazer
1528 uma coisa, agora, nós vamos manter limpo e “bunitinho”. É, porque tem isso também, Às vezes
1529 vai um monte de gente lá, enche as lixeiras todas, aí a hora que eu vou chegar lá já deu ne, então
1530 nós vamos procurar mantê-los limpos. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – perfeito.
1531 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – conselheiro, por favor. Paulo
1532 César Silvestre, SEDRU – eu acho que essa questão já está resolvida no item 3, ao firmar
1533 convênios visando entre outras coisas ação de educação ambiental, sugiro então ao DNIT que
1534 dos convênios que se comprometeu fazer, firme com as prefeituras, e nesse caso, você pessoa
1535 física, não pra precisa assumir esse ônus. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da
1536 Mata – é porque a condicionante já foi alterada. Marília Fernandes, Supervisora de Meio
1537 Ambiente do DNIT em Minas Gerais – é que nós tiramos os convênios, pode deixar, nós vamos
1538 manter limpo. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – então vamos lá,
1539 implantar nos mirantes previstos na rodovia recipientes para coleta de resíduos visando sua
1540 existência e necessidade de uso, promover recolhimento dos resíduos e a eventual substituição
1541 dos recipientes caso necessário, prazo, a partir da implantação do mirante, ok? Marília
1542 Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – inclusive nós vamos
1543 fazer campanhas no mirante, leve seu lixo para casa, né, eu levo, o lixo que eu separo no DNIT
1544 eu levo toda sexta feira pra casa pra reciclagem, então a gente vai fazer uma campanha (*falhas*
1545 *na gravação*) você leva o seu lixo pra casa. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona
1546 da Mata – levar o seu resíduo, SUPRAM está de acordo? De acordo, então coloco em votação o
1547 item 5, aqueles que estiverem de acordo com a inclusão dessa condicionante permaneçam como
1548 estão, APROVADA. Sexta proposta. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – a sexta



1549 proposta – inserir no projeto da rodovia tanto durante as obras quanto operação sinalização
1550 informativa educativa sobre educação ambiental com foco nas características das regiões
1551 atravessadas, relativos à topografia, fauna, flora, cursos d’ água considerando as regras
1552 operacionais de segurança, prazo, 150 dias após publicação da LI. Leonardo Sorbliny
1553 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – DNIT ok? Marília Fernandes, Supervisora de Meio
1554 Ambiente do DNIT em Minas Gerais – com essa complementação aqui considerando as regras
1555 operacionais da rodovia, porque o quê que o DNIT ponderou quando eles fizeram essa
1556 solicitação é o seguinte, por ser uma rodovia em que corta uma topografia muito acidentada,
1557 muito montanhosa, então nós temos uma sinalização um pouco mais carregada nessa rodovia,
1558 que você tem que fazer muitas, muitas intervenções com relação à curva fechada, com relação à
1559 declividade forte, então o que eu expliquei pra eles foi o seguinte, sempre que for possível ta, por
1560 exemplo, nós vamos sinalizar os parques, nós vamos fazer o que for possível que não choque
1561 com a sinalização de advertência regulamentação e indicação da rodovia nós vamos colocar ta,
1562 então assim, se tiver algum lugar que vocês acham que tem que colocar e que nós não colocamos
1563 vamos discutir e o DNIT vai dizer o porque que não pôs lá ou se a gente põe com competência
1564 um pouco maior falando, você vai entrar numa área do parque a 1 km, entendeu, lá topografia
1565 sinuosa, porque aí a gente atende vocês e atende as normas de trânsito, ta ok. Leonardo Sorbliny
1566 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – pois não, conselheiro. Luis Garcia, CBH São Mateus
1567 – so complementando, eu gostaria que Dr. Leonardo me permitisse, sugerir em cima da sua
1568 condicionante aí que fosse colocado também na placa de sinalização a qual Comitê de Bacia
1569 Hidrográfica aquele trecho da rodovia pertence, inclusive é suposto uma lei estadual está sendo
1570 votada nesse sentido já. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas
1571 Gerais – dentro daquelas condições operacionais pra nós não há problemas, o ideal seria se vocês
1572 passassem essas informações pra nós né, porque vocês já tem tudo separadinho, qual que é, aí o
1573 ideal seria que vocês passassem isso pra nós. Luis Garcia, CBH São Mateus – o IGAM, a
1574 SEMAD não teria problema nenhum estar fazendo isso, tenho certeza. Leonardo Sorbliny
1575 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, conselheiro Paulo, se apresente, por favor,
1576 conselheiro. Paulo César Silvestre, SEDRU – coincidentemente ontem, numa rodovia
1577 concessionada, caso essa venha a ser, a concessionária em todos os postes de pedágio ela coloca
1578 um painel digital passando essas informações e outras que no caso seriam elencadas, fica aqui
1579 uma sugestão. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, então eu.
1580 Leonardo Castro Maia, Ministério Público – ok, desculpa senhor presidente, eu incorporei à
1581 proposta então ne, vai ficar da seguinte forma – inserir no projeto de sinalização da rodovia tanto
1582 durante as obras quando na operação, sinalização informativa, educativa sobre questões
1583 ambientais com foco nas características das regiões atravessadas relativas à topografia, fauna,
1584 flora, curso d’ água, inclusive com identificação, ou melhor, curso d’ água, inclusive, incluindo
1585 informações dos órgãos ambientais com identificação da bacia e seu respectivo Comitê, isso o
1586 órgão informaria ne, se for o caso, acrescentado isso conforme sugestão aqui do colega,
1587 considerando as regras, o final, considerando as regras operacionais de segurança e. Leonardo
1588 Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – prazo 150 dias, ok. Muito bem, em votação
1589 então, aqueles que estiverem de acordo com a proposta permaneçam como estão, APROVADA.
1590 Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – Dr. Leonardo,
1591 com relação ao prazo aí, vamos considerar uma coisa, nós estamos fazendo obras nas rodovias
1592 ne, então o trecho existente nós vamos restaurar e vamos implantar os nomes, vamos deixar esse
1593 prazo à medida que nós formos fazendo a sinalização? É possível? Ah, projeto. Leonardo Castro
1594 Maia, Ministério Público – seria inserir no projeto de sinalização. Marília Fernandes,
1595 Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – inserir no projeto de sinalização, o
1596 projeto nós já temos. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – mas veja, o projeto de
1597 sinalização da senhora tem um cronograma, então seria no cronograma do projeto. Marília
1598 Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – no cronograma do



1599 projeto, então, que aqui está falando 150 dias. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – não,
1600 mas é pra inserir no projeto 150 dias. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do
1601 DNIT em Minas Gerais – a ta, aí eu tenho que apresentar pra vocês? Leonardo Castro Maia,
1602 Ministério Público - e aí executar, não, pro órgão ambiental no caso, pra SUPRAM, cumprir
1603 conforme o projeto, no cronograma dele, apenas contemplar essa questão. Marília Fernandes,
1604 Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – a ta, eu tenho que apresentar o
1605 projeto dessas placas pro órgão ambiental até 150 dias? Leonardo Sorbliny Schuchter,
1606 Superintendente Zona da Mata – justamente, é porque são novas informações ne. Marília
1607 Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – a ta, então desculpa aí.
1608 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, item 7. Leonardo Castro
1609 Maia, Ministério Público – a sétima proposta – encaminhar ou disponibilizar em meio eletrônico
1610 público os relatórios de monitoramentos semelhante àquela outra ne, so que essa aqui com
1611 relação a questão da água, do monitoramento dos 33 pontos instituídos no programa de
1612 monitoramento de qualidade das águas, distribidas ao longo dos 10 lotes dos, aos Comitês de
1613 Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba e Das Velhas com frequência trimestral, prazo,
1614 conforme periodicidade estabelecida para o envio ao órgão ambiental, então seria na verdade
1615 disponibilizar para os comitês essa informação que já é produzida nos 33 pontos de
1616 monitoramento, ou eventualmente no site. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do
1617 DNIT em Minas Gerais – isso, eu ia falar no site. Leonardo Castro Maia, Ministério Público –
1618 mas aqui está encaminhar ou disponibilizar em meio eletrônico público, então. Marília
1619 Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – então dentro da mesma
1620 linha a gente entrega pra SUPRAM (*falhas na gravação*). Leonardo Castro Maia, Ministério
1621 Público – (*falhas na gravação*) é, mas aí teria que enviar, remeter fisicamente, que a nossa
1622 proposta seria em principio até disponibilizar em meio público pra que todo mundo tenha acesso,
1623 não só o Comitê ne, mas. José Ângelo Paganini, Fundação Relictos – seria uma forma prestigiar
1624 o Comitê ne, que o Comitê está precisando de ter reconhecimento social e atuar de forma mais
1625 efetiva ne, seria uma forma das pessoas conhecerem que existem Comitê e quem trata desses
1626 assuntos de água são os Comitês ne, por isso que eu estou sugerindo mandar fisicamente pra
1627 você um negócio mais oficial, igual eles encaminham aqui pra SUPRAM, não basta pôr lá no
1628 site deles não, eles tem que encaminhar esses documentos em cd, ou qualquer forma aí.
1629 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – DNIT. Marília Fernandes,
1630 Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – nós estávamos discutindo aqui que
1631 nós íamos propor inclusive todos esses relatórios colocar numa condicionante só, que todos os
1632 relatórios que a gente fornecesse pra SUPRAM a gente colocar em meio digital no site ne, que
1633 era a proposta inicial, agora, se o conselheiro quer que a gente entregue pros dois, são só esses
1634 dois Comitês? Leonardo Castro Maia, Ministério Público – são só eses dois na área do
1635 empreendimento. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais
1636 – áreas suas aqui. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – área da rodovia. Marília
1637 Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – ah da rodovia, só esses
1638 dois? Então ta. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – nesses lotes 1 a 10 sim. Marília
1639 Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – então a gente entrega
1640 em cd, porque assim, dentro do que já está contratado, não está previsto, e esses relatórios são
1641 grandes e onerosas, então como não está previsto no nosso orçamento que já contratamos, então
1642 eu não posso inventar, porque o DNIT não imprime isso, a empresa que faz os relatórios pra nós,
1643 que vai imprimir, então está previsto número de relatórios que ela vai gerar, por isso que eu estou
1644 falando com o senhor se pudesse ser cd, aí nós. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – e se
1645 nós colocarmos, desculpe interromper, e se nós colocássemos assim, disponibilizar em meio
1646 eletrônico público e encaminhar por e-mail. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente
1647 do DNIT em Minas Gerais – não vai por e-mail não, é muito pesado ta. A gente faz o cd e
1648 manda. Luiz Garcia, CBH São Mateus – eu gostaria de dar uma sugestão, SEMAD e IGAM tem



1649 o Portal dos Comitês, esse Portal dos Comitês ele é amplo, ele é aberto, porque só comunicar ao
1650 portal dos Comitês, seria o caso. José Ângelo Paganini, Fundação Relictos – (falhas na gravação)
1651 aprova outorgas e inclusive as transposições de cursos d'água aqui imagino que vão ser objeto de
1652 outorga e os Comitês vão ter que se manifestar sobre isso ne, é o Comitê, não é o Portal de
1653 Comitê, não sei nem quem. Luiz Garcia, CBH São Mateus – mas é a título de informação, de
1654 divulgação que parece que está sendo discutido. Leonardo Castro Maia, Ministério Público –
1655 colegas, eu acho o seguinte, encaminhar o e-mail é muito grande pra encaminhar, não há
1656 necessidade de mandar o anexo, publica-se no site da rodovia, encaminha-se o e-mail ao Comitê
1657 com link ne, então assim, não há gasto, está disponibilizado, e ao mesmo tempo houve aquela
1658 chamada pra aquele Comitê que são dois apenas, acho que não tem problema nenhum, pra que
1659 eles vejam que as informações está disponível, na verdade a maior questão é ele ficar disponível
1660 na internet, não só pro Comitê, mas pra qualquer pesquisador, pessoa e tal, e com e-mail
1661 encaminhado com o link resolveria o problema, eu queria encaminhar essa. Leonardo Sorbliny
1662 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – vamos ouvir o conselheiro do IBAMA. Luciano
1663 Gerra Cotta. IBAMA – eu acho que, não cabe nem ficar discutindo muito isso de enviar ou não,
1664 acho que o importante é disponibilizar, se dispôs a isso e realmente são grandes, onerosos
1665 relatórios, inclusive pra envio, próprio baixar no site, eu acho que é interessante quem for
1666 disponibilizar, disponibilizar de uma maneira organizada que dê pra você achar informação ne,
1667 mas eu acho que exigir que fique enviando, tanta burocracia, tanta coisa que acaba
1668 inviabilizando uma série de medidas, então assim, disponibilizando, inclusive assim, da forma
1669 todos os relatórios e o Comitê e demais órgãos (*falhas na gravação*) seja pela SUPRAM ou pelo
1670 DNIT, eu acho que isso atende, acho que seria mais tranquilo. Leonardo Sorbliny Schuchter,
1671 Superintendente Zona da Mata – senhores, eu lembro que operacionalizar tantas obrigações
1672 assim não é simples, cumprimento de condicionante leva autuação, etc, então quer dizer, nós
1673 temos que ponderar isso também, o objetivo é informar, mas não vamos também criar tantas
1674 novas obrigações que é difícil demais gerenciar isso, é muito difícil, e um simples esquecimento
1675 pode gerar uma consequência que é um auto de infração desnecessário. Mauro, DNIT – a minha
1676 proposta é mais ou menos na linha que o Luciano acabou de colocar, se puder criar uma
1677 condicionante única, disponibilizar em meio eletrônico público os relatórios após a aprovação da
1678 SUPRAM, e aí porque mais lá na frente vai ter uma outra condicionante citando de relatórios
1679 específicos pra agentes específico, mas a frente (*falhas na gravação*) aí a gente vai ficar
1680 discutindo suprimir essas condicionantes e colocar uma única. Leonardo Castro Maia, Ministério
1681 Público – acho que sem problema algum, podemos concentrar tudo assim, só que agora nós
1682 estamos analisando condicionante por condicionante, eu confesso que teria que chegar nessa
1683 condicionante, seria interessante que nós votássemos, depois compilamos numa condicionante,
1684 essa de monitoramento. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – pode ser,
1685 essas de monitoramento a principio estão. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – vamos
1686 considerar o seguinte então, o DNIT está de acordo em disponibilizar todas informações no site,
1687 uma única condicionante, então ta bom, quando chegarmos a uma condicionante de
1688 monitoramento nós damos como superada porque já. Leonardo Sorbliny Schuchter,
1689 Superintendente Zona da Mata – nós votamos a 4 e estamos discutindo a 7, ambas, por enquanto,
1690 por enquanto. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – existem outros, elas foram separadas
1691 por item, são relatórios distintos, mas eu não vejo problema nenhum em ter um único. Leonardo
1692 Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – com relação ao item 7, em conversa com a
1693 equipe da SUPRAM, eles me alertaram com relação a esses 33 pontos, que eles podem sofrer
1694 alguma alteração ne, pode aumentar, pode eventualmente até diminuir esse número, isso
1695 procede? Se procede a gente poderia, ao invés de colocar dos 33 pontos, deixar só dos pontos
1696 instituídos, inicialmente são 33. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em
1697 Minas Gerais – é porque isso está. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata
1698 – ou então resume tudo. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas



1699 Gerais – é porque isso está dentro do programa, o programa contemplava os lotes 9 e 10 ne,
1700 então por hora não vai ter esse monitoramento no 9 e 10. Leonardo Castro Maia, Ministério
1701 Público – senhor presidente. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – é,
1702 porque a gente vai ter que chegar numa formatação. Leonardo Castro Maia, Ministério Público –
1703 eu queria propor isso, que nós déssemos essa questão como quase superada porque nós vamos
1704 voltar a ela no final, voltássemos a questão desses relatórios no final, numa única condicionante,
1705 por mim não há problema algum. José Ângelo Paganini, Fundação Relictos – como é que ficou
1706 essa. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – esa nós vamos compila-las todas numa única
1707 condicionante no final. Todos os relatórios vão ser disponibilizados, todos, então o DNIT já está
1708 dando uma demonstração de boa vontade até de que ele vai disponibilizar todos no portal
1709 eletrônico, então nós concentraremos todas essas condicionantes, inclusive as que nós já votamos
1710 numa única, falando que ele disponibilizará todos os relatórios no site eletrônico. Leonardo
1711 Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – oitava proposta. Leonardo Castro Maia,
1712 Ministério Público – a oitava proposta – destinações às instituições de pesquisas de museus com
1713 objetivo de criação de testemunho da fauna local apenas exemplares da flora nativa que vierem a
1714 óbito, eventualmente animais que forem recolhidos devem ser destinados pra entidades de
1715 pesquisas ne, museus, etc, prazo é permanente. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente
1716 Zona da Mata – DNIT. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas
1717 Gerais – esse aqui quase que não precisava porque ninguém vai mandar animal ferido pra museu,
1718 eu achei que essa aqui, a gente mandaria lá pro, a gente está ampliando lá. Leonardo Castro
1719 Maia, Ministério Público – por isso que só os que vierem a óbito, por isso que foram destacados.
1720 Luciano Gerra Cotta. IBAMA – na realidade, Marília, as universidades. Leonardo Sorbliny
1721 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – conselheiro, se apresente, por favor. Luciano Gerra
1722 Cotta. IBAMA – na realidade é uma medida que é interessante porque museus em geral, de
1723 zoologia, se utiliza muito desse tipo de origem, porque é difícil se obter animais pra exposição,
1724 inclusive pra aulas práticas, então dentro do possível, se conseguir encaminhar esses animais,
1725 vão ser muito bem aproveitados, com certeza. Sim, atropelados, tanto o animal pra seu em museu
1726 uso como espécie taxidemizada, mas mesmo pra aula práticas, partes de animais. Wilson
1727 Starling, SEDE – só uma questão de redação, destinar a instituição, eu acho que seria
1728 disponibilizar, aquela instituição que interessar, aí você fica, porque obrigação destinar, quer
1729 dizer que se morreu lá eu vou ficar com um defunto lá sem saber pra onde vai enviar ele, essa
1730 que é a verdade. Leonardo Castro Maia, Ministério Público - o objetivo é justamente superar essa
1731 questão de não saber o que fazer com ele. Wilson Starling, SEDE – pois é, mas a verdade.
1732 Leonardo Castro Maia, Ministério Público – o objetivo é você saber dar uma utilidade pra ele se
1733 destinando a quem tem condições de receber. Wilson Starling, SEDE – a disponibilidade dele
1734 pra esse Instituto e comunicar os. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – é a mesma coisa,
1735 são sinônimos, destinar ou disponibilizar, eu não vejo nenhum, eu não vejo nenhum problema
1736 em “botar” disponibilizar, se isso agrada ao senhor, tranquilo. Leonardo Sorbliny Schuchter,
1737 Superintendente Zona da Mata – ok Marília, vamos lá. Leonardo Sorbliny Schuchter,
1738 Superintendente Zona da Mata – ok, perfeito, disponibilizar. Marília Fernandes, Supervisora de
1739 Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – ok, disponibilizar pra nós fica melhor. Leonardo
1740 Castro Maia, Ministério Público – a proposta nove – a desculpa. Leonardo Sorbliny Schuchter,
1741 Superintendente Zona da Mata – temos que votar, SUPRAM está de acordo? Ok, então em
1742 votação o item 8, aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão, APROVADO.
1743 Proposta nove. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – a proposta nove – utilizar apenas
1744 espécies nativas rasteiras nas margens das rodovias com manutenção periódica adequada para
1745 que a vegetação não alcance alturas que impeça visualização de animais na pista e do motorista,
1746 prazo, ao longo da implantação de forma concomitante com as obras de cada lote com a
1747 manutenção durante a operação. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em
1748 Minas Gerais – ok, isso aí o DNIT já estávamos fazendo, que nós estamos pra mudar o nosso



1749 mix de sementes mesmo, que ele está dando muita massa e está realmente prejudicando, isso aí
1750 nós já tínhamos concordado. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata –
1751 então vamos lá, SUPRAM está de acordo? Mais alguma coisa, conselheiro? Eu coloco então em
1752 votação a proposta 9, aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão, APROVADO.
1753 Proposta décima. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – a décima proposta – implementar
1754 medidas de proteção da vegetação a ser plantada e mantida na faixa de domínio da rodovia
1755 incluindo a implantação de cercas para impedir pisoteios de animais, medidas de proteção contra
1756 fogo, sinalização na cerca interna, informando que as faixas de domínio são áreas públicas,
1757 sujeitas a monitoramento constantes, que sua invasão constitui crime, ficando sujeitos a invares
1758 penas da lei, prazo, a partir do início da recuperação das faixas de domínio. Leonardo Sorbliny
1759 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – DNIT. Marília Fernandes, Supervisora de Meio
1760 Ambiente do DNIT em Minas Gerais – essa aí nós não concordamos, pelo seguinte, o que nós
1761 falamos lá quando foi apresentado isso é o seguinte, a faixa de domínio a gente cerca, certo,
1762 terminou a intervenção na rodovia concomitante a essas intervenções a gente vem fechando a
1763 cerca, a hora que o DNIT vira as costas a cerca se abre, a cerca anda, então toda vez a gente tem
1764 que voltar lá, então assim, o pisoteio na nossa faixa de domínio ele, pra nós ele não existe,
1765 porque o fazendeiro está lá na propriedade dele lado de lá, as plaquinhas nós vamos colocar,
1766 porque o que elas tinham falado era o seguinte, além da faixa de domínio colocar outra cerca no
1767 bor da rodovia, isso sem menor condição pra evitar o pisoteio, evitar o trânsito, porque se eu
1768 coloco na faixa ta, na faixa de domínio, não tem problema, se eu coloco no bordo o quê que
1769 acontece? O pedestre que anda, o andarilho, ele vai ter que andar no acostamento, ele vai ter que
1770 andar na faixa, então isso não é seguro para o andarilho, então o que nós falamos é o seguinte,
1771 cercamento da faixa de domínio nós vamos fazer, colocar placa falando alusivo que aquilo é uma
1772 propriedade pra ver se a gente inibe um pouco a cerca de ser violada ne, isso nós podemos fazer,
1773 agora, mais do que isso, nós não temos condições de fazer. Leonardo Sorbliny Schuchter,
1774 Superintendente Zona da Mata – só um minuto, só um minuto, por favor, eu tenho, eu estou com
1775 um aviso aqui, tem dois veículos atrapalhando a saída do estacionamento, uma L200 placa 5651
1776 e um FOX Preto que não me passaram aqui a placa, esses dois veículos estão impedindo a saída
1777 de outras pessoas, por favor, retirem, L200 5651 e um FOX Preto. Wilson Starling, SEDE – no
1778 próprio trecho de Ipatinga até aqui em Governador Valadares tinham mais antigamente, até
1779 parece que hoje foi inibido isso um pouco, mas havia muita plantação de feijão, de milho, esses
1780 tipos de coisas ao longo dessa faixa do DNIT, eu acho que ao colocar essa situação vai regar a
1781 situação desses invasores, eu não sei como é que ficaria essa questão, que vai ficar com a área já
1782 definida pra eles poderem fazer isso. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – a nossa
1783 proposta é exatamente aquilo que a senhora disse que é possível fazer, nós não estamos
1784 propondo aqui cercar lá no border, é a faixa de domínio, ta, então está conforme. Marília
1785 Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – é porque quando.
1786 Leonardo Castro Maia, Ministério Público – eu retirei a questão do pisoteio, eu retirei, então
1787 ficaria assim a redação, implementar medidas de vegetação a ser plantada e mantida na faixa de
1788 domínio ne, da rodovia incluindo implantação de cercas e medidas de proteção contra fogos,
1789 sinalização, informando, deixa eu tirar essa cerca interna que está dúduo, o que significa. Marília
1790 Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – é porque nós
1791 entendemos que a cerca interna seria no border. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – não,
1792 contra fogo, sinalização, informando que as faixas de domínio são áreas públicas, sujeitas a
1793 monitoramento, etc. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas
1794 Gerais – porque assim, a cerca, o problema da cerca é a seguinte, a gente notifica o fazendeiro
1795 que ele tem que voltar com a cerca, a gente faz boletim de ocorrência, falam com a polícia, mas
1796 nem sempre eles vão lá, e como nós não temos poder de polícia, aí chega a um ponto que, a hora
1797 que vê já implantaram, entendeu, então às vezes dificulta. Leonardo Sorbliny Schuchter,
1798 Superintendente Zona da Mata – ok, chegamos a um consenso? SUPRAM está de acordo? De



1799 acordo, vamos fazer a leitura novamente. Item 10. Leonardo Castro Maia, Ministério Público -
1800 implementar medidas de proteção da vegetação a ser plantada e mantida na faixa de domínio da
1801 rodovia, incluído a implantação de cercas e medidas de proteção contra fogo e sinalização,
1802 informando que as faixas de domínio são áreas públicas sujeitas a monitoramento constante e
1803 que sua invasão constitui crime, ficando sujeitos a invasores as penas da lei, prazo, a partir do
1804 início da recuperação das faixas de domínio. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente
1805 Zona da Mata – aqueles que estiverem de acordo com a condicionante proposta permaneçam
1806 como estão, APRAVADA. Item 11. Wilson Starling, SEDE – Dr. Leonardo, é recuperação das
1807 áreas de domínio, está implantação das áreas de domínio, porque com a duplicação vai.
1808 Leonardo Castro Maia, Ministério Público – eventualmente sim, eventualmente vai depender do
1809 local. Wilson Starling, SEDE – então nesse caso acha que das áreas de implementação e não de
1810 recuperação. Leonardo Castro Maia, Ministério Público - não, é assim, implementar medidas de
1811 proteção da faixa de domínio, (*falhas na gravação*) nova velha, daquela rodovia que nós estamos
1812 licenciando. Proposta 11 – promover a capacitação das equipes responsáveis pela supressão da
1813 vegetação para identificação de espécies de flora ameaçadas de extinção e imunes de corte,
1814 inclusive para fins de estabelecimento de futuras medidas de compensação e mitigação, prazo,
1815 antes do início da supressão de vegetação, é bom observar, que essas árvores imunes de cortes, o
1816 próprio trabalhador a serviço do DNIT ou de alguma empresa, se ele fizer o corte ele pode estar
1817 sujeito a um crime ambiental, então acho assim, é razoável até digamos, a partir de uma lealdade
1818 com o trabalhador que ele receba um bom treinamento pra saber o que ele pode e o que ele não
1819 pode cortar, ele vai ter que cortar, pelo menos ele tem que ser capacitado minimamente a saber
1820 que aquilo, por exemplo, que está ali ele não pode fazer o corte sem a autorização que ela é
1821 imune de corte. Nessa intervenção, na obra, digamos assim, eventualmente vai haver
1822 policiamento, pessoas, membros de ONG's, biólogos, que vão falar, olha, ali está sendo cortada,
1823 estão sendo cortada árvores que estão sendo imunes de corte, então a nossa preocupação é
1824 justamente essa, dupla preocupação, primeiro evitar que essas árvores sejam cortadas
1825 indiscriminadamente, segundo, proteger o próprio empreendedor e os seus trabalhadores desde que
1826 eles sejam treinados pra isso, pra fazer esse corte. Marília Fernandes, Supervisora de Meio
1827 Ambiente do DNIT em Minas Gerais – com relação a isso, exatamente que é o nosso está na
1828 frente, nós já contratamos, na gestão ambiental está previsto a supervisão de um engenheiro
1829 florestal em todas as supressões, exatamente pra que, nós não vamos fazer o treinamento, então
1830 acho que seria bom tirar isso, porque nós não vamos fazer o treinamento, o que nós vamos fazer
1831 é utilizar da supervisão ambiental de engenheiro para que ele possa fazer a parte de fiscalização
1832 de toda essa supressão, inclusive a supressão mesmo autorizada, a agente não corta nada mais do
1833 que a gente vai precisar pra obra, então tem hora assim, que, por exemplo, a DNIT vai fazer uma
1834 área de impressa, a gente deixa essa árvore em cima das bonequinhas, aí depois vem e põe ali o
1835 bota-fora e na hora que vocês olham parece que não foi nem mexido, mas foi tudo mexido, e as
1836 árvores estão lá toda bunitinha ne. Leonardo Castro Maia, Ministério Público - o que a senhora
1837 acharia então dessa proposta? Esse engenheiro vai ser contratado? É isso? Marília Fernandes,
1838 Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais - dentro do contrato de gestão
1839 ambiental está previsto a parte desse engenheiro exatamente para supervisionar a supressão de
1840 vegetação pra separar essas árvores pra não ter problemas. Leonardo Castro Maia, Ministério
1841 Público – então a nossa proposta vai ser alterado para o seguinte, contratarem engenheiro
1842 florestal para supervisionar o trabalho de supressão de vegetação visando identificação de
1843 espécie de flora ameaçada etc e tal. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT
1844 em Minas Gerais - pode ser, ou então supervisionar, entendeu? Fazer a supervisão evitando-se a
1845 parte, porque a gestão ambiental já está prevista ne, a supressão de vegetação só vai ser iniciada,
1846 por exemplo, de mata atlântica depois que a gente acertar a compensação, e a supressão normal
1847 vai ser assim que sair a coisa, então de todo o jeito o gerenciamento ambiental vai entrar, já vai
1848 estar com tudo certinho. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – então senhor presidente,



1849 colegas, proposta – contratar engenheiro florestal para supervisionar o trabalho de supressão de
1850 vegetação visando identificação de espécies da flora ameaçada e extinção de imunes de corte,
1851 ameaçadas de extinção e imunes de corte, inclusive para fins de estabelecimento de futuras
1852 medidas de compensação e mitigação, prazo antes do início da supressão da vegetação. A
1853 senhora Marília já especificou, ele vai ser contratado, esse profissional faz parte do escopo do
1854 contrato de gestão ambiental. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em
1855 Minas Gerais – a resposta aqui, algumas eu fiz e outras eles fizeram, o edital para contratação de
1856 questão ambiental e respectiva equipe de supressão de vegetação já estabelece como exigência a
1857 atividade de especialistas, profissionais habilitados e com a qualificação técnica adequada,
1858 atividade e identificação das espécies da flora ameaçadas de extinção e imune de corte já é
1859 prevista em programa específico, então se puser assim, especialista ou profissional habilitado.
1860 Leonardo Castro Maia, Ministério Público – profissional habilitado. Leonardo Sorbliny
1861 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – então vamos colocar em votação, aqueles que
1862 estiverem de acordo com a proposta 11 permaneçam como estão, APROVADA com as
1863 alterações feitas aqui. Proposta 12. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – a proposta 12 –
1864 elaborar o plano de risco contingenciamento de emergências típicas de rodovias, implementando
1865 por si ou por terceiros em caso de concessão, prazo, até o início da operação. Leonardo Sorbliny
1866 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok DNIT? Marília Fernandes, Supervisora de Meio
1867 Ambiente do DNIT em Minas Gerais – se não fosse implantação, nós já tínhamos pedido a
1868 operação também, elaborar e implementar programa mesmo ne? Leonardo Castro Maia,
1869 Ministério Público – eu “botei” só elaborar o plano de risco, que hoje eu tive reunião com a Dra.
1870 Denise e por sugestão dela eu fiz essa alteração, da FIEMG, então ficou elaborar o plano de
1871 risco, implementando por si ou por terceiros, porque não acredito que na implementação dentro
1872 dessa ótica de haver uma concessão já vai ser o concessionário ne, então elaborar o plano, aí vem
1873 depois, vírgula, implementando por si ou por terceiros caso de concessão. Marília Fernandes,
1874 Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – ta ok. Leonardo Sorbliny
1875 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – prazo até o início da operação. Leonardo Castro
1876 Maia, Ministério Público – início da operação. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente
1877 Zona da Mata – a SUPRAM está de acordo? Ok, então em votação, aqueles que estiverem de
1878 acordo com a proposta permaneçam como estão, APROVADO. Marília Fernandes, Supervisora
1879 de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais - Dr. Leonardo, só uma coisa aqui, é porque há
1880 controversas ne, o início da operação ou licença de operação? Porque a rodovia ela é dinâmica,
1881 ele já começa, a gente vai terminando os trecho e tem que liberando pro trafego, entendeu? Pode
1882 ser na LO? Porque se a gente for fazer a concessão, vai ter que ter a LO ne? Pode ser Dr.
1883 Leonardo, porque pro início da operação. Leonardo Castro Maia, Ministério Público - até a
1884 formalização da LO, na formalização da LO? Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente
1885 do DNIT em Minas Gerais – porque a operação ela é dinâmica, a gente terminou o trecho já vai
1886 soltando pra operação. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – quando
1887 for formalizar então, vai ser feita a apresentação. Marília Fernandes, Supervisora de Meio
1888 Ambiente do DNIT em Minas Gerais - na formalização da LO. Leonardo Sorbliny Schuchter,
1889 Superintendente Zona da Mata – todos estão de acordo? Todos de acordo vamos ao item 13.
1890 Leonardo Castro Maia, Ministério Público – a proposta 13 – implantar bacias de contenção e
1891 acumulação em todas as drenagens ao longo da rodovia, direcionadas para os corpos hídricos,
1892 promover a manutenção periódica com intensificação na período das chuvas, prazo, ao longo da
1893 implantação. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais –
1894 quando foi solicitado isso eu expliquei que a bacia de acumulação que a gente pode fazer, é, você
1895 vem com a escavação, aquele material que você escavou você joga pra lera, que aí faz aquela
1896 lerazinha de *(falhas na gravação)* vai descendo a água suja, aí a gente vai lá, tira aquele material
1897 que ficou contaminado, porque até a própria operação da rodovia na primeira chuva desce aquele
1898 oleozinho ne, então o que nós falamos foi isso, só a escavação não tem nenhuma intervenção de



1899 engenharia maior que isso não, porque o que vocês tem que entender é o seguinte, a obra está
1900 contratada dentro do que está preconizado no projeto, infelizmente o projeto não contemplou
1901 isso, então assim, eu Marília, com relação à Br 050 eu consegui implantar várias, exatamente,
1902 não foi ninguém que pediu, não foi Ministério Público, não foi SUPRAM, não foi nada, foi a
1903 minha consciência que me fez ir atrás dos empreiteiras e falar, não gente, vamos fazer aqui uma
1904 escavaçãozinha, então assim, algumas coisas a gente consegue, então por isso que eu fiz questão
1905 de enfatizar na drenagem que vai pros cursos hídricos ne, por que assim, não está previsto no
1906 projeto, isso vai ser na dobra, então é assim, faz a escavação, com a máquina e joga a lera, então
1907 isso dá um resultado muito bom. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – é isso, eu acho
1908 importantíssimo essa condicionante porque ela vai ser um grande elemento de convencimento do
1909 empreendedor responsável pela obra ne, que ganhou a licitação, porque vai ser uma
1910 condicionante ambiental, isso é de suma importância pra questão da rigidez ne, dos cursos d’
1911 água, que passam principalmente perto da rodovia. Marília Fernandes, Supervisora de Meio
1912 Ambiente do DNIT em Minas Gerais – então agora assim, não estou falando em nome do DNIT
1913 ta, estou falando, Marília, engenheira, ta, pedir isso é antes, lá quando nós estamos começando a
1914 elaboração do projeto, inclusive o plano de risco, entendeu? Foi o que eu expliquei lá pro pessoal
1915 do Ministério Público, pedir isso aqui agora dificulta, por que? Se você estivesse pedido isso lá
1916 atrás nós já teríamos dado soluções de engenharia resolvendo isso, se estivesse pedido lá atrás,
1917 porque, às vezes, por exemplo, o engenheiro que está fazendo a obra, desculpa, o engenheiro que
1918 está fazendo o projeto, e o engenheiro que está analisando, nem sempre eles tem essa visão de
1919 meio ambiente, entendeu? Então assim, a gente que trabalha com meio ambiente, não sei se
1920 vocês sentem isso, mas eu sinto, ah, esse pessoal do meio ambiente só quer encher, o pessoal do
1921 meio ambiente, então assim, já que o pessoal do meio ambiente só quer encher, então já fala lá
1922 atrás, porque agora fica difícil a gente consertar, consertar esses projetos, então assim, nós vamos
1923 fazer, nós vamos fazer em todos que tiverem pra curso d’ água, mas tem que lembrar isso, isso
1924 tem que ser pedido lá atrás, quando nós estivermos laborando os projetos, que aí fica mais fácil.
1925 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – SUPRAM, tem alguma
1926 observação? Seria possível então fazer em todas as drenagens? É complicado ne, todas as
1927 drenagens. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – é
1928 porque tem muitas que é drenagem só de água pluvial mesmo ne, então às vezes, por exemplo,
1929 você tem um curso d’ água que a gente faz a drenagem da bacia com o curso d’ água, aquela ali a
1930 gente já faz a previsão, agora, tem umas que é só pra seca mesmo, então ela vai infiltrar e não vai
1931 chegar em nenhum corpo hídrico, então essas aí a gente não faz. Leonardo Castro Maia,
1932 Ministério Público – as condicionante é para direcionadas à corpos hídricos? Então é pra
1933 proteção dos corpos hídricos. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok,
1934 em votação então, aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão, APROVADA.
1935 Proposta 14. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – a proposta 14 – definir na fase de
1936 licença de operação por se ou por terceiros, em caso de concessão, a necessidade de brigada de
1937 combate a incêndios para atuar nas faixas de domínio da rodovia a ser mantida pelos respectivos
1938 operadores, prazo, até a concessão da LO. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do
1939 DNIT em Minas Gerais – esse eu já tinha até explicado pra lá, nós não temos a menor condição
1940 de atender, brigada de combate a incêndio a gente não tem a menor condição de atender. Com
1941 relação à concessão, isso já está previsto dentro do plano de concessão de todas as rodovias eles
1942 tem que ter resgate, combate a incêndio e tal, o que nós contamos sempre é com as brigadas ao
1943 longo da rodovia, porque a gente vai atravessando vários municípios e esses municípios tem,
1944 com relação, durante a execução da obra, as próprias empreiteiras, principalmente aquelas que
1945 trabalham com a parte de explosivo e tal elas tem que manter essas brigadas de incêndio, isso o
1946 DNIT pede, agora, nós DNIT, colocarmos uma brigada de incêndio, eu não posso aceitar porque
1947 nós não temos condições de cumprir, não adianta eu falar que vou fazer uma coisa e na realidade
1948 eu não tenho como cumprir, então isso eu já tinha explicado, inclusive eles falaram assim, mas



1949 vocês exigem pra terceiros e não exigem (*falhas na gravação*) de combate a incêndio é do corpo
1950 de bombeiros, não é do DNIT, o DNIT é uma autarquia e a ele cabe fazer as intervenções nas
1951 rodovias, mantendo a operação, mantendo o escoamento de produção e tal, então assim, essa eu
1952 gostaria que se possível de tirar, porque não adianta eu falar que vou fazer porque nem no
1953 regimento nosso não tem como fazer, aí eu teria que fazer um contrato específico pra brigada de
1954 incêndio pra 381. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – entendi, bem, deixa eu tentar
1955 convencer a senhora. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas
1956 Gerais - tem que convencer o general. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – que a
1957 obrigação aqui seria, definir, definir na fase de licença de operação por si ou por terceiros, a
1958 definição até pode ser por parte do concessionário a necessidade da brigada pra atuar nas faixas
1959 de domínio, então, é, a partir dessa definição do DNIT eu entendo que os concessionários
1960 deveriam eventualmente manter a brigada de incêndio. Marília Fernandes, Supervisora de Meio
1961 Ambiente do DNIT em Minas Gerais - mas o DNIT não define nada com a concessionária, é a
1962 MTT, por isso que eu falei que não tinha competência pra isso, nem pra definir, porque a MTT
1963 às vezes ela pergunta alguma coisa pra gente, às vezes, às vezes, porque da grande maioria das
1964 vezes ela não pergunta nada pra gente, porque o DNIT nesse caso nosso aqui, voltando àquela
1965 conversa nossa lá início das primeiras condicionantes do lixo, ele é o empreendedor, então o
1966 empreendedor está abrindo um empreendimento novo aqui na região, esse empreendimento dele
1967 tem um problema, ele pode causar incêndio, as estradas são foco dos incêndios, então em
1968 principio, assim pro DNIT como pra qualquer empreendedor caberia ele nesse seu planejamento
1969 definir, olha, essa eu vou ter que ter uma brigada de incêndio, pra essa outra não porque é mais
1970 tranquilo, não tem incêndios, chove bastante e etc, e nessa outra parte da rodovia muito foco de
1971 incêndio acontece aqui, esses focos acontecem aqui porque? Porque eu tenho uma estrada aqui, e
1972 estrada é o empreendimento e eu sou o empreendedor desse empreendimento, e pela nossa
1973 legislação pátria o empreendedor é responsável pelas obrigações ambientais, então é nesse
1974 sentido que foi construída essa condicionante, só que essa condicionante depois da conversa que
1975 a senhora teve lá em Belo Horizonte, que infelizmente não pude comparecer, ela foi abrandada,
1976 digamos assim, de forma a permitir que o empreendimento se instale, mas que ele não
1977 desconheça essa obrigação e possa exigir eventualmente, não só o DNIT, como os órgãos
1978 ambientais de fiscalização como o próprio Ministério Público, que aquela pessoa que no futuro
1979 vai operar concessionário, ele cuide disso também, então é esse sentido, então veja que é, não é
1980 fazer a brigada agora, mas é definir na fase de licença de operação por si ou por terceiros a
1981 necessidade da brigada de combate a incêndio, porque que nós estamos até “botando” uma
1982 questão da fase da licença de operação? Porque nós estamos preocupados inclusive com a
1983 licença de operação, será que essa licença vai ser proposta quando vai ser requerida, quando vai
1984 ser e tal, só que a estrada vai ser implantada, e como a senhora disse a estrada é uma coisa
1985 dinâmica, amanhã ela vai estar operando, com ou sem licença de operação, então a nossa
1986 preocupação é essa, a estrada é um foco de incêndio, precisamos ter alguma coisa pra nos
1987 agarrarmos mais a frente, quando nós tivemos essa preocupação com os incêndios, então é esse o
1988 sentido, não é no sentido de colocar a senhora numa situação complicada, mas de prever uma
1989 obrigação (*falhas na gravação*) empreendedor, de todo empreendedor deveria ter essa obrigação,
1990 o empreendedor que quizesse construir uma estrada, todo ele deveria ter a preocupação com
1991 incêndio, se vai ter uma brigada, se vai ter um corpo de bombeiro, quem vai atender o incêndio
1992 ali? Sou eu? É igual Belo Monte, Belo Monte está construindo, 100 mil trabalhadores vão pra lá,
1993 amanhã vai ter hospital pra eles? Vai ter comida pra eles? Vai ter hotel pra eles? Então o
1994 consórcio Belo Monte vai ter que preocupar com isso, vai ter que construir e um hospital, aqui é
1995 a mesma coisa, é uma estrada moderna, boa, com ótimo asfalto onde vão passar muitas pessoas,
1996 é o foco de incêndio, tem andarilho, tem cigarro, tem não sei o que, então tem que ter uma
1997 estrutura de prevenção desse evento crítico que é o incêndio. Marília Fernandes, Supervisora de
1998 Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – bom, definir a necessidade, então se for só definir,



1999 é porque assim, eu sou a representante do DNIT no previncêndios, então o quê que a gente está
2000 instituindo nas rodovias já tem um tempo, nós estamos fazendo aos poucos, e colocando nas
2001 áreas dos parques que você está adentrando numa área limita-se ao parque, então tem que ter
2002 cuidado com isso, isso, isso, nós estamos começando a fazer isso junto com o pessoal do
2003 previncêndio porque? Exatamente por isso, os parques tem as brigadas ne, voluntariosos e
2004 contratados, entendeu? Então assim, eles entenderam que a gente não tinha condição, realmente
2005 abrando, eu fiquei com um negocio na cabeça, que eles tinham falado que a gente tinha que por
2006 brigada de incêndio, então assim, definir os locais, aí eu acho que está ok, se da concessão nós
2007 podemos passar essas informações MTT mesmo se eles não pedirem, a gente manda pra eles
2008 assim mesmo, porque eles não pedem, ta, então visando isso, agora, se realmente for (*falhas na*
2009 *gravação*) com certeza a concessão tem brigada, está exigindo em todas as concessões,
2010 entendeu? Mas definir alguns pontos inclusive a gente pode trabalhar junto com o IEF dentro do
2011 previncendio já fazendo alusão a essas particularidades da rodovia com relação aos parques.
2012 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – Marília, só gostaria de atentar
2013 pela segunda parte, pra parte final, aliás, da condicionante a ser mantida pelos respectivos
2014 operadores, caso haja concessão, se não houver concessão como é que vai ficar essa questão? A
2015 gente fica numa sinuca. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas
2016 Gerais – - não, o que ele está falando é o seguinte, definir a necessidade, não implantar.
2017 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – sim, definida a necessidade.
2018 Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais - implantar nós
2019 não temos condições, isso eu já falei desde o início. Leonardo Sorbliny Schuchter,
2020 Superintendente Zona da Mata – pois é, aí a gente vai ter que pensar isso aí. Leonardo Castro
2021 Maia, Ministério Público – eu compreendo a posição da senhora, pessoal ne. A senhora é uma
2022 servidora do DNIT e tudo mais, agora, pro outro lado é preciso que haja compreensão também,
2023 do papel do órgão ambiental, o órgão ambiental não pode dispensar o DNIT que é um
2024 empreendedor, que a MTT ela não vai ser empreendedpra , dessa estrada, ela é uma agência
2025 reguladora, ela não normativa, atua na questão da concessão, mas ela não altera o
2026 empreendimento. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais
2027 - mas ela vai conceder a empresa pra operar. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – ela vai
2028 determinar regras, ela vai regular, é uma agência reguladora, mas ela não vai operar, então quem
2029 é o empreendedor é o DNIT, é empreendedor hoje, se houver a concessão vai ser o
2030 concessionário com a responsabilidade subsidiária do poder concedente, que no caso é o DNIT,
2031 ne? Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais - não, é o
2032 MTT, a MTT que é o poder concedente, simplesmente MTT pega nossa rodovia concede e
2033 acabou, o DNIT não dá pitaco mais. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – entendi, vamos
2034 fazer o seguinte, o poder concedente é a união. Marília Fernandes, Supervisora de Meio
2035 Ambiente do DNIT em Minas Gerais – tá, a união. Leonardo Castro Maia, Ministério Público -
2036 de qualquer forma a união, enquanto empreendedor, através do seu órgão DNIT, a união
2037 empreendedora desse empreendimento aqui, a união ela tem responsabilidade ambiental como
2038 qualquer um outro tem ne, pelo contrário, deveria até ter mais porque, ter mais não, mas um
2039 exemplo, não é ter mais, ter as mesmas, mas cumpri-las de forma exemplar, então assim, eu
2040 queria nesse sentido é, colocar isso de fato num momento futuro, definidas as necessidades que o
2041 presidente ponderou ali com muita propriedade, alguém vai ter que no futuro pensar nisso,
2042 estruturar uma, porque veja bem, tem que dar o material, tem que mobilizar uma brigada, tem
2043 que pensar numa coisa pra esse incidente crítico que é típico de estrada, que é incêndio ne, isso
2044 daí é o operador daquele empreendimento, é empreendedor, seja ele o DNIT, hoje é, ou o
2045 concessionário, se fosse o concessionário aqui nós exigiríamos, então não vejo porque não
2046 exigirmos do DNIT ta, então assim, eu até compreendo se a senhora falar assim, olha, eu gostaria
2047 que tirasse. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais - eu já
2048 falei. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – então tudo bem, mas eu gostaria de manter pra



2049 submeter à votação, porque é uma obrigação normal, regular do empreendedor. Marília
2050 Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – bom, o DNIT mantém o
2051 pedido pra nós que tira, que nós não temos condição de cumprir. Leonardo Sorbliny Schuchter,
2052 Superintendente Zona da Mata – ok, além, a gente fica pensando aqui, tentando achar uma
2053 solução, porque nós compreendemos perfeitamente o raciocínio do conselheiro Leonardo, mas
2054 ao mesmo tempo entendemos também a dificuldade de implementação por parte do DNIT, já que
2055 quase que foge a competência do DNIT assumir esse compromisso. Marília Fernandes,
2056 Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – quase que foge não, eu diria que
2057 foge. É competência de Corpo de Bombeiros. Leonardo Castro Maia, Ministério Público –
2058 empreendedor, ele tem a obrigação de manter, agora, se não for dele exigido nunca, ele nunca
2059 cumprirá, isso eu não tenho menor dúvida, agora, a medida que for exigido o DNIT vai cumprir,
2060 como ele está fazendo a estrada com drenagem, com não sei o quê, estradas antigas não tem
2061 nada, agora, as estradas novas já tem uma série de coisas porque deles exigido isso, porque senão
2062 a gente bate com o carro, cai do precipício e esse tipo de coisa, então é, acho o seguinte, isso é
2063 obrigação normal, regular, se nós tivéssemos aqui tratando com a Vale, nós exigiríamos que eles
2064 lá tivessem sistema de incêndio, a coisa do Corpo de Bombeiros, brigada de incêndio
2065 eventualmente, o DNIT é um empreendedor como qualquer outro, não é o empreendedor DNIT
2066 que vai dizer o quê que ele tem que cumprir ambientalmente, é o órgão que licencia, é o
2067 COPAM, agora, de fato tentamos preparar uma redação que seja, digamos, mais fácil de ser
2068 absorvida e de ser cumprida, mas na medida em que é necessário uma brigada de incêndio, isso é
2069 um impacto ambiental que existe nesse empreendimento, a condicionante é pra nós superarmos
2070 esse impacto, é uma obrigação do DNIT, DER, a concessionária da linha tal, a ponte, tem
2071 reboque, tem ambulância, tem telefone de quilômetro, isso são obrigações de quem tem uma
2072 rodovia, então eu não concordo que não seja uma obrigação do DNIT, que no empreendimento
2073 dele tenha que ter as coisas que os outros empreendimentos tem que ter. Paulo César Silvestre,
2074 SEDRU – realmente no caso desse empreendimento ser terceirizado está muito claro que isso vai
2075 ser uma exigência, caso não seja, não há de fugir desse compromisso, até porque a tentativa de
2076 fugir pode ser, desculpa a expressão, um tiro no pé, incêndios podem ocorrer a qualquer
2077 momento, inclusive impedir o próprio movimento, escoamento da rodovia, trazendo até
2078 prejuízos a infra-estrutura dessa rodovia, então fica aqui uma sugestão ao invés de necessidade
2079 de brigada, de combate, o DNIT teria pra se a obrigação de combater incêndios, seja de que
2080 forma for, foi conversado aqui em cláusulas anteriores, questão de convênios que até foi
2081 suprimido, foi falado também de ajuda de corpo de bombeiros, corporações locais, qualquer
2082 maneira fica claro que quando há um incêndio desse tipo ele é abafado, então de repente ao invés
2083 de tentativa conciliadora de brigada, ela toma pra si responsabilidade, seja com a brigada, ou
2084 seja, acionando poder público local mais próximo através de Corpo de Bombeiros, etc. Wilson
2085 Starling, SEDE – realizar convênios não resolve não? Leonardo Sorbliny Schuchter,
2086 Superintendente Zona da Mata – é, a identificação da. Marília Fernandes, Supervisora de Meio
2087 Ambiente do DNIT em Minas Gerais – a gente não precisa fazer convênio com corpo de
2088 bombeiro pra ele apagar o fogo, isso é obrigação deles, porque o quê que acontece é o seguinte,
2089 hoje na rodovia é assim, começou a foco de incêndio, a polícia rodoviária chama o corpo de
2090 bombeiros e o corpo de bombeiros combate. Wilson Starling, SEDE – eu era vereador de João
2091 Monlevade e trabalhei pra levar o corpo de bombeiro pra João Monlevade, no dia que estava
2092 praticamente pronto o convênio eu fui ler as cláusulas, uma delas, ou uma da legislação manda
2093 os comerciantes, todo mundo recolher a taxa de incêndio, então inviabiliza, quer dizer, o governo
2094 mais que pode às vezes fica empurrando pra sociedade essas despesas, aqui, então eu vejo o
2095 seguinte, hoje o policiamento, por exemplo ne, se pedir um evento que for ter o policiamento tem
2096 que se recolher a taxa de segurança pública, senão não tem polícia, então quando a gente fala
2097 convênio, é exatamente nesse sentido, porque alguém vai ter que pagar, e quem vai ter que pagar
2098 que é dona da rodovia, por se ou por terceiros que for contratado, então não vejo muita



2099 dificuldade na questão de mudar aí pra convênio, pra alguma coisa nesse sentido, até o
2100 comandante aqui, o tenente, deixa ele explicar aqui, que às vezes ele vai explicar melhor.
2101 Tenente Weverton Júnior Silva, Polícia Ambiental – doutor só, a responsabilidade realmente a
2102 gente entende ne, primeiro plano empreendedor, e se for terceirizado que seja da quem
2103 terceirizou, que a gente entende também que o aparato para combater o incêndio, estou me
2104 falando com o senhor, mas me dirijo a todos, é lógico, o aparato pra isso realmente não é muito,
2105 digamos, acessível, não estou tentando de forma alguma aqui eximir o órgão da
2106 responsabilidade, o que pode se fazer como foi dito, é talvez mudar, não sei se isso é possível, a
2107 redação no sentido de identificar os locais, cidades, municípios ao longo da rodovia, onde exista
2108 já os bombeiros militares e fazer esse contato, então o combate a incêndio, mas a forma como se
2109 vai fazer isso é que é o X da questão, e aí eu não estou aqui também conseguindo me imaginar
2110 como é que a gente poderia alterar isso sem tirar a responsabilidade do órgão, mas que o
2111 bombeiro poderia muito bem, bombeiro militar, poderia ser parceiro nessa hora e é o mais
2112 especializado, pra o senhor ter uma idéia, o senhor sabe muito bem, nós hoje da polícia
2113 ambiental não podemos combater incêndio, nós não temos treinamento pra isso, quem combate é
2114 o bombeiro militar, no máximo a gente pode fazer uma medida bastante superficial em termo de
2115 combate porque a gente não tem preparo e nem equipamento, e aí a gente, se fizéssemos dessa
2116 forma, se fosse possível, não sei, acredito que atenderia a questão ambiental da responsabilidade
2117 ambiental e também à empresa, ao DNIT, não sei, essa é a minha sugestão. Leonardo Sorbliny
2118 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – conselheiro – tem a contribuição do IBAMA aqui,
2119 por favor. Luciano Gerra Cotta, IBAMA – bom gente, opa, minha voz melhorou, a questão de
2120 brigada de incêndio ela não é esse bicho de sete cabeça tudo também não, não vamos trazer
2121 problema pro IBAMA também não, vocês podem ficar tranquilos, mas o seguinte, eu acho que
2122 como está escrito ali, primeiro é definir a necessidade, e definimos eu acho que vamos chegar à
2123 conclusão que é necessário e a questão dessa implantação, um exemplo que se tem a própria
2124 maneira que o IBAMA implanta as brigadas de incêndio, brigadas que funcionam durante um
2125 tempo do ano, isso daí são contratos anuais e tal, isso daí são maneiras de se criar com as
2126 prefeituras, com várias entidades que tem ao longo da estrada, e brigadas que servem não so
2127 aquele fim específico do DNIT, mas que pode ser algo que se cria aqui, a se criar que vai atender
2128 também as necessidades na rodovia, mas no seu entorno, então não é esse bicho de sete cabeças
2129 todo não, é uma coisa que é viável, eu concordo que isso é uma responsabilidade sim, porque a
2130 gente ve aí o trabalho do IBAMA, quanto fogo atingiu a área importantíssima e proveniente de
2131 estrada, então assim, é uma coisa que não é esse bicho todo não, Marília, eu acho que estudar
2132 essa necessidade dentro disso já elencar os municípios, que eu já adianto a maioria são
2133 deficientes disso, e precisa de algo que alavanque isso aí, mas eu tenho certeza que os
2134 municípios não tem interesse também, porque você montando uma brigada que na realidade
2135 viram duas, de sete a catorze participantes, no total dá 20 se não me engano, com coordenador
2136 pro município, você atinge uma área muito boa e com eficiência muito grande, com o custo
2137 baixo, ta, então assim, eu acho que é importante e que adianta, que não é esse monstro todo, a se
2138 resolver. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – só um minuto
2139 conselheiro, é, vamos ao texto, definir na fase de licença de operação a necessidade de brigadas
2140 de combate a incêndio para atuar nas faixas de domínio na rodovia, a ser mantida pelos
2141 respectivos operadores, então essa definição seria na fase de LO, eu proporia o seguinte, (*falhas
2142 na gravação*) alguma medida apta ao combate efetivo e mediato na linha que o Tenente está
2143 pensando aqui, com identificação dessas brigadas ou dessas unidades de corpos de bombeiros
2144 que já existem ao longo da rodovia e com esse mapeamento criar de repente um canal de
2145 comunicação que permita a atuação eficaz do corpo de bombeiros, não sei, eu acho que havendo
2146 o contrato, é claro que vai haver obrigação concessionário, não havendo contrato, podemos
2147 eventualmente, apesar de compreender perfeitamente o raciocínio do conselheiro Leonardo
2148 pensar numa medida que seja mais conciliadora, porque se nós levarmos ao pé da letra, não estou



2149 dizendo que isso esteja incorreto não, mas nós temos que fazer isso pra todas as rodovias, toda a
2150 MALHA rodoviária do Brasil, e aí de fato eu não sei se isso é viável ou se nós conseguiríamos
2151 fazer isso até pra atender um critério de igualdade também em processos que virão a ser
2152 julgados. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – eu acho que a questão é a seguinte, se o
2153 DNIT ou concessionário define que naquele local é necessário a brigada de combate, ele por
2154 coerência com a própria definição que ele fez ele teria que manter uma brigada de combate, eu
2155 não consigo conceber que o empreendimento do DNIT seja um empreendimento pior ou de
2156 segunda classe se considerado o empreendimento do empreendedor privado ou concessionário,
2157 pra mim são empreendimentos iguais, são empreendimentos com a mesma importância, a mesma
2158 qualidade, ou deveriam ser, eu acho que esse é o princípio que deve nortear a nossa, pelo menos
2159 a nossa, o nosso olhar sobre os empreendimentos, empreendimento do DNIT não pode ser
2160 empreendimento pior do que o concessionário, porque veja bem, nós chegamos aqui a falar o
2161 seguinte, olha, se for o concessionário ele tem que “botar” a brigada, mas se for o DNIT não
2162 precisa “botar” a brigada, eu acho que esse não pode ser o raciocínio que va determinar a nossa
2163 discussão, a gente deve superar isso, então vamos superar, aí vamos buscar uma solução
2164 conciliatória, que seja consensual, vejam só, definir a proposta da condicionante na fase de
2165 licença de operação, por se ou por terceiros, já acrescento essa alteração por causa da Dra.
2166 Denise, em caso de concessão a necessidade da brigada de combate ao incêndios para atuar nas
2167 faixas de domínio da rodovia, olha só, não é pra brigada sair apagando fogo por aí afora, é pra
2168 apagar o incêndio da rodovia, a ser mantida pelos respectivos operadores, eu acho que é uma
2169 proposta bem razoável, se o DNIT definir que não tem que ter brigada, se ele definir que aquele
2170 local é um local que tem tanto incêndio, tanto foco que precisa ter uma brigada, eu acho que é
2171 nada mais razoável do que ele mobilizar a brigada, manter, comprar abafador, e etc, equipar os
2172 voluntários, ou corpo de bombeiros, agora, eu posso garantir uma coisa, o corpo de bombeiros
2173 tem obrigação? Eu não tenho a menor dúvida que tem obrigação, não tenho menor dúvida, se ele
2174 for acionado ele vai ter o obrigação de comparecer e apagar o incêndio, se o DNIT aciona-lo ele
2175 terá a obrigação de comparecer, mas o que eu quero que seja considerado é que nós temos uma
2176 estrada que vai passar pelo trajeto que nós não sabemos, eventualmente nós não teremos corpo
2177 de bombeiros ali naquela localidade, e o DNIT detecta aquele local é um local propício pra
2178 incêndio, a obrigação do empreendedor é sim de montar (*falhas na gravação*) do DNIT, se o
2179 concessionário tem que fazer isso, o DNIT também, o mesmo raciocínio, então é isso que eu
2180 queria que fosse considerado. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok,
2181 isso ficou claro, vamos colocar em votação. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente
2182 do DNIT em Minas Gerais – espera aí, o concessionário não é a mesma coisa que o DNIT
2183 porque ele está cobrando, se ele está cobrando pelo menos uma condição operacional
2184 diferenciada tem que ter, porque se for igual a nossa, então nós fazemos e não cobramos,
2185 entendeu? Ele não só cobra. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – mas a senhora cobra, a
2186 senhora não, mas a União Federal e muito. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do
2187 DNIT em Minas Gerais – mas espera aí, cobra mas não tem lucro, ele cobra mas tem lucro, então
2188 assim, gente nós não vamos discutir imposto aqui agora, só estou falando ao pé da letra, ele
2189 cobra, ele tem um lucro muito alto em cima daquilo, então o mínimo que se espera de uma
2190 concessionária é pelo menos um serviço melhor do que a União poderia dar ao estado. Leonardo
2191 Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, vamos colocar em votação, já
2192 esgotamos, ok Tenente, já esgotamos o assunto. Wilson Starling, SEDE – acho que nós temos
2193 que agilizar isso aí porque, por causa do adiantar da hora, nós temos que retornar ne, Sydney, e
2194 outras pessoas também. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – vamos la
2195 então, item 14, na forma proposta pelo Ministério Público, aqueles que estiverem de acordo com
2196 a inclusão dessa condicionante permaneçam como estão, APROVADA por unanimidade.
2197 Proposta 15. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – o novo texto, proposta 15 – no âmbito
2198 da contingência para cargas perigosas participar da implantação do plano de auxílio do Mutum



2199 do Vale do Aço, prazo, permanente. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT
2200 em Minas Gerais – o PAM Vale do Aço ele já existe, o DNIT já foi até, o DNIT, eu, já fui em
2201 duas reuniões lá, eu não sei se manteve, porque eles não nos convidaram mais, então eu posso
2202 me informar sobre isso, porque todas as vezes que eles nos convidaram nós fomos ta, não sei se
2203 ainda existe, porque o PAM, o PAM Betim quando a 381 estava conosco eu também participava
2204 do PAM Betim, agora, o PAM Vale do Aço existe, com certeza, não sei se mantém ainda, então
2205 ta ok. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, então condicionante
2206 15, aqueles que estiverem de acordo com a proposta do Ministério Público permaneçam como
2207 estão, APROVADA. Proposta 16. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – disponibilizar
2208 através de meio eletrônico público, ahm essa aqui nós vamos reunir numa questão única ne,
2209 então vamos pilar essa. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok,
2210 vamos pular. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – aí nós vamos compilar numa única, de
2211 relatório também, vou até marcar aqui. Proposta 17 – elaborar o projeto de monitoramento de
2212 fauna atropelada na rodovia (*falhas na gravação*) com a periodicidade trimestral durante o ano
2213 em todos os lotes, utilizando o protocolo do projeto MALHA do CBEE, Centro Brasileiro de
2214 Ecologia de Estadas da Universidade Federal de Lavras, bem como a capacitação das equipes
2215 que desenvolverão PCA por equipe do CBEE ou por outra Instituição com a mesma expertise
2216 comprovada em currículo, prazo, antes do início das obras conforme o cronograma transcrito no
2217 item 4.5 do parecer único número tal, com relação a esse ponto, eu queria até destacar que ele foi
2218 um objeto de discordância minha pela Dra. Denise, a única, e acho que lá também com a Dra.
2219 Marília e com meus colegas do Ministério Público em Belo Horizonte também, e o que eu queria
2220 pontuar, é porque foi colocado hoje que já haveria uma norma do IBAMA, não é isso? Marília
2221 Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – a Instrução Normativa
2222 13 do IBAMA, é a que o DNIT segue. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – número 13
2223 do IBAMA, o que eu queria dizer, é que esse projeto MALHA ele não é incompatível com a
2224 norma do IBAMA, então na verdade se nós cumpríssemos, ou cumprirmos ele nós não
2225 estaríamos a descumprir a normativa do IBAMA, acontece que o IBAMA, isso é uma norma do
2226 IBAMA ne, uma Portaria, uma Instrução Normativa, há uma grande diferença entre o que se
2227 desenvolve na Universidade, etc, até que isso seja processado pelo estado, pela burocracia estatal
2228 e vira uma norma, então o fato é que o projeto MALHA, como a senhora teve chance lá de
2229 conversar com os meus colegas, ele estaria, digamos assim, num ponto mais avançado, não indo
2230 contra a normativa do IBAMA, mas estaria num ponto mais avançado, mais sofisticado, digamos
2231 assim, do que a norma hoje do IBAMA, e aí eu pontuaria o seguinte, a Universidade Federal de
2232 Lavras, o IBAMA, nós não podemos fazer nada porque descumpra a norma do IBAMA, a
2233 Instrução Normativa do IBAMA, mas será que não poderíamos dentro daquele padrão de uma
2234 estrada excelente, comprometida com meio ambiente, galgarmos um patamar para o protocolo
2235 MALHA que é feito por uma Universidade Federal que também é um órgão da administração
2236 pública federal por sinal muito conceituada, hoje nós tivemos aqui a apresentação sobre a
2237 Avaliação Ambiental Integrada que ela foi totalmente incorporada pelo estado de Minas Gerais,
2238 ela foi feito pela Universidade de Lavras, assim como a outra análise Avaliação Ambiental
2239 Integrada que foi realizada no rio Santo Antônio e etc., etc., etc., ou seja, em suma não estou
2240 propondo aqui que o DNIT faça um, siga um protocolo de uma Universidade privada, professor,
2241 não, é do Centro de Brasileiro de estudos e ecologias de estradas, que pelo que eu sei ele é o
2242 único que por acaso está na Universidade Federal, que é a Universidade Federal de Lavras,
2243 protocolo bom que não vai significar desrespeito à norma do IBAMA, pelo contrário, ele está
2244 conforma a norma do IBAMA, então nós não estaríamos com isso afrontando a norma do
2245 IBAMA, e aí conversando com a Dra. Denise eu até sugeri, mudaríamos a cláusula para
2246 acrescentar sem prejuízo do cumprimento da Instrução Normativa tal do IBAMA ne, então essa
2247 aí é a nossa ponderação que eu queria colocar pra senhora a cerca desse protocolo, desse projeto.
2248 Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – o que o DNIT



2249 de Brasília respondeu ta, porque esse aqui, tem coisas que a gente tem que deixar pra eles que
2250 eles que tem a competência pra isso ne, então eles falaram, alem da norma ne, eles escreveram
2251 aqui, o DNIT poderá incorporar essas diretrizes na elaboração de programa específico de
2252 atropelamento desde que estejam em concordância com a diretrizes estabelecidas pelo IBAMA
2253 na Instrução Normativa Número 3 e tenham pertinência com o cronograma das obras, quanto a
2254 capacitação de profissionais envolvidos informamos que o contrato da gestão ambiental já exige
2255 profissionais qualificados pras atividades de monitoramento, não sendo necessário sua
2256 capacitação, porque dentro do contrato de gestão ambiental está previsto também a contratação
2257 desses proficionais pra fazer esse monitoramento, então assim, nós não estamos dizendo que nós
2258 não vamos fazer, nós vamos, é porque assim, eu, igual eu falei lá na reunião com o pessoal do
2259 Ministério Público, eu não conheço o programa MALHA, não conheço, então eu não poderia
2260 tecer comentários, lá em Brasília eles não conhecem a fundo, conhecem superficialmente, então
2261 eles falaram assim, desde que ele realmente não tenha nada em discordância. Leonardo Castro
2262 Maia, Ministério Público – aí eu pegando gancho na fala da senhora, eu avançaria a questão do
2263 cronograma, desde que, a senhora disse, de acordo com o cronograma da obra, e aí nós
2264 utilizamos aqui no prazo o cronograma da obra, nós não usamos colocar outro e inclusive essa
2265 também foi uma preocupação da Dra. Denise da FIEMG, ela falou que talvez esse cronograma
2266 fosse um cronograma apertado, eu falei, infelizmente não posso eu, da minha cabeça tirar um
2267 cronograma, primeiro porque eu não tenho conhecimentos pra isso, segundo, porque há um
2268 cronograma oficial encartado nos autos do licenciamento ambiental que foi proposto pelo DNIT,
2269 pelo próprio DNIT, então eu não vejo outra possibilidade se não ficarmos com esse cronograma
2270 e se houver necessidade de um ajuste nesse cronograma pra que ele seja aumentado o prazo,
2271 alguma coisa, que esse ajuste seja feito normalmente com o DNIT requerendo isso à SUPRAM
2272 e alterando o cronograma normalmente como é feito em todos os licenciamentos ambientais,
2273 então ficamos justamente com o cronograma do próprio procedimento. Marília Fernandes,
2274 Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – com relação a esse cronograma eu
2275 já até, já tinha adiantado pra SUPRAM que a pressão sobre o DNIT está muito grande com
2276 relação a essas obras, e talvez, eu ainda não sei, porque isso não é da minha competência, nós
2277 vamos ter que reduzir significativamente esse cronograma, como hoje o governo federal já
2278 disponibilizou o recurso inteiro da obra, nós já estamos, temos hoje os quatro bilhões previstos
2279 pra obra já disponibilizado, então eu já tinha até falado com Maria Helena que talvez nós vamos
2280 ter que reduzir um pouco esse cronograma e mudar um pouco a ordem, a gente estava com uma
2281 previsão de, segundo o pessoal lá do Ministério Público porque eu acompanhei o licenciamento
2282 desde o início ne, eu entrei no finalzinho, é de 6 anos, então o DNIT trabalha com uma previsão
2283 mais reduzida, então de 4 a 3 anos pra concluir as obras, entao possivelmente nós vamos ter que
2284 trabalhar realmente com o cronograma mais apertado, mas foi o que a Maria Helena falou, desde
2285 que vocês cumpram todos os programas que foram estabelecidos, como que vocês vão fazer isso
2286 é problema seus, vocês tem que cumprir todos os programas em todos os lotes, e foi o que nós
2287 acertamos e vamos cumprir, então realmente vai estar um pouco apertado, vamos cumprir, por
2288 isso que o DNIT Brasília trabalhou no sentido o seguinte, como nós já temos uma metodologia
2289 que a gente já cumpre, pra nós seria muito mais prático manter, porque a gente não tinha que
2290 preocupar em se interar das demais, porque como nosso cronograma está justinho, então a gente
2291 já trabalha, a instrução com relação à licitação dessa gestão ambiental está focando a Instrução
2292 do IBAMA, entendeu, então pra nós é muito mais fácil, não estou so querendo facilitar as coisas
2293 pra nós, mas seria muito mais tranquilo pra nós conseguirmos reduzir o nosso cronograma,
2294 reduzir, e já trabalhar dentro de uma linha que é já regulamentada pelo IBAMA do que introduzir
2295 novos conceitos, novos, então por isso pra nós seria mais fácil tirar isso e mantermos o que o
2296 IBAMA preconiza, so por causa dessa facilidade pra gente já deslanchar dentro de uma coisa que
2297 a gente já tem domínio. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – então
2298 DNIT gostaria que essa condicionante. NÃO SEI QUEM FALA – inclusive, em Brasília, a gente



2299 teve até um workshop de fauna a pouco tempo, não sou biólogo mas, teve o workshop de fauna
2300 pra discutir a IN 13, foram dois dias, isso, e aí, não é uma coisa fácil de aplicar, então a sugestão,
2301 se puder ser acatada é que como ficou vinculado a uma coisa mais especifica pode ser que não
2302 necessariamente atenda a mesma metodologia, é aí, também uma celebração assim, () uma
2303 Universidade que pode ser ou não, que tem interesse naquele momento, eu acho que seria mais
2304 relevante se a Universidade tivesse interesse ou oficializasse o DNIT da participação, mas não
2305 entrasse com uma forma de condicionante, que de certa forma impõe o DNIT a fazer isso, pode
2306 ser que a Universidade não tenha interesse naquele momento, pode ser que não. Leonardo –
2307 entendi, qual é a Instrução Normativa do IBAMA? NÃO SEI QUEM FALA – número 13, 13 de
2308 julho de 2013, 19 de julho de 2013. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – então eu vou
2309 colocar o seguinte, tudo bem, vamos tirar o projeto MALHA então, fica Instrução Normativa, eu
2310 acho, eu só acho que seria um avanço se nós pudéssemos ter já essa tecnologia mais aprimorada,
2311 mas eu não vejo problema como uma condicionante deve ter relação com uma obrigação legal
2312 que fique vinculado a esta Instrução Normativa, então a redação eu vou altera-la pra ficar com a
2313 Instrução Normativa, mantido o prazo que hoje existe uma possibilidade de em caso futura
2314 alteração dele de ser ajustado essa nova, aí teria que ser requerido à SUPRAM e etc., o DNIT
2315 teria que definir isso, antes, seria pro futuro né, como? Vou tirar então, vai ficar sem essa parte
2316 do projeto. NÃO SEI QUEM FALA – como é que seria o texto? Ta, mas pode oficiar ao DNIT e
2317 solicitar participação com outras Universidades também. Leonardo Castro Maia, Ministério
2318 Público – não, na verdade eu vou tirar a obrigação, porque isso aí ficaria facultativo, se eles
2319 quiserem, eles estão sabendo que existe, Universidade de Lavras, vocês que tem que procura-los,
2320 sim, ok. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – vamos aguardar,
2321 conselheiro vai reformular aqui, so tenho uma dúvida, com relação ao cronograma, pessoal do
2322 DNIT, com relação ao prazo, perdão, antes do início das obras conforme o cronograma transcrito
2323 no item 4.5 no parecer único, seria isso mesmo? Marília Fernandes, Supervisora de Meio
2324 Ambiente do DNIT em Minas Gerais - é, o problema de antes do início da obra é aquilo que eu
2325 falei com vocês, o pressão hoje está muito grande em cima do DNIT, nós já estamos com todas
2326 as empresas contratadas, já estamos já com algumas mobilizadas, então assim, esses programas
2327 aqui o ideal seria se tivesse sido enfatizado um pouco mais na licença prévia, então assim, nós
2328 temos que trabalhar, eu não consigo segurar essa implantação nova mais não. Leonardo Sorbliny
2329 Schuchter, Superintendente Zona da Mata - pois é, mas de repente como é um projeto de
2330 monitoramento da fauna atropelada após duplicação, esse que é o objetivo, não é isso? Leonardo
2331 Castro Maia, Ministério Público – não necessariamente, não após a duplicação, nos termos do
2332 que está no parecer, do que está nos autos, nós não estamos inovando nada aqui, então é mantido
2333 o que existia antes, e o que existia antes área isso, cronograma do item 4.5 do parecer único,
2334 antes do parecer das obras, seria obvio, seria interessante que isso fosse de fato enfatizado e
2335 exigido antes como a senhora, tudo isso que ela falou ela está coberta de razão, só que acontece
2336 que o órgão ambiental não fez, não é, e não tinha talvez o conhecimento, não tinha talvez
2337 despertado assim como *(falhas na gravação)* então o DNIT, acredito que pra outros
2338 empreendimentos ele já vai ter isso em mente como o órgão ambiental também, estamos
2339 encaminhando e aprendendo, eu acho que a proposta ficou bem razoável, ficou assim, elaborar
2340 projeto de monitoramento da fauna atrolelada na rodovia com periodo de sete dias durante todo o
2341 ano e todos os lotes nos termos da Instrução Normativa IBAMA 2013, prazo, antes do início das
2342 obras conforme cronograma transcrito no item 4.5 do parecer único número tal. Marília
2343 Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais - então, mas esse que é o
2344 problema, antes do início das obras, eu acho, por exemplo, a licença já foi concedida ne, isso já
2345 estava certo, nós estamos discutindo só condicionante, então assim, a licença já foi concedida,
2346 chegou essa informação em Brasília, acabou meu amigo, vai começar a obra. Leonardo Sorbliny
2347 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – vamos pensar num prazo. Marília Fernandes,
2348 Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais - então a gente tem que trabalhar em



2349 cima disso. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – vamos pensar, e as
2350 obras já estão em vias de, 60 dias. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – vamos fazer o
2351 seguinte, prazo, conforme o cronograma transcrito, tiremos a restrição ao antes do início das
2352 obras ne. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais - isso,
2353 com certeza. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – o cronograma deve
2354 fazer referência ao início das obras. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – mas aí se for o
2355 caso tem que ser alterado esse cronograma. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente
2356 do DNIT em Minas Gerais - o cronograma com certeza vai ser alterado, eu não entrei com
2357 nenhuma proposta. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – o DNIT vai justificar, vai
2358 alterar, saber se vai ficar e aí ele fará a tempo e modo. Leonardo Sorbliny Schuchter,
2359 Superintendente Zona da Mata – então não poderia haver referência ao cronograma transcrito no
2360 parecer, porque esse cronograma vai ser alterado, então seria conforme cronograma. Leonardo
2361 Castro Maia, Ministério Público – não, poderá ser alterado, nós não sabemos se será alterado, e
2362 se o DNIT não requerer alteração desse cronograma. Marília Fernandes, Supervisora de Meio
2363 Ambiente do DNIT em Minas Gerais - não, com certeza nós vamos requerer. Leonardo Castro
2364 Maia, Ministério Público – sim, mas veja bem, a senhora hoje não tem a menor condição de
2365 dizer qual vai ser o cronograma, é uma expectativa que nós temos de alteração. Mas aí se for
2366 esse o caso, quem tem que requerer é o órgão ambiental, tem que a provar, eu não posso dar um
2367 cronograma que vai ser bem entender, não pode ser assim. NÃO SEI QUEM FALA – Dr.
2368 Leonardo Castro Maia, Ministério Público, só fazer uma alteração, se mantiver campanhas de 7 a
2369 10 dias, isso pode dar conflito com a Instrução Normativa, eu acho que se poder deixar conforme
2370 Instrução Normativa 13, pode dar conflito lá na campanha, metodologia pode dar conflito e aí a
2371 condicionante pode ficar confusa. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – ok senhores,
2372 então elaborar projeto de monitoramento da fauna atropelada na rodovia conforme Instrução
2373 Normativa 13/2013, conforme o cronograma transcrito no item tal, ok. Leonardo Sorbliny
2374 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, SUPRAM quer se manifestar. Wesley,
2375 SUPRAM Leste – em relação ao projeto de travessia de fauna a equipe da SUPRAM queria
2376 considerar o seguinte, total de travessias ferroviárias serem implantadas e reformadas com.
2377 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – Wesley, nós ainda estamos na
2378 17, projeto de monitoramento de fauna, vou votar agora. Eu achei que você tinha alguma
2379 consideração sobre o item 17, não havendo, então eu coloco em votação nos termos propostos
2380 pelo Ministério Público, aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão,
2381 APROVADO. Proposta 18. Vamos ouvir o conselheiro primeiro? Leonardo Castro Maia,
2382 Ministério Público – proposta 18 – elaborar projeto de travessia da fauna a serem implantadas na
2383 rodovia com base nos dados obtidos no projeto de monitoramento da fauna, por isso que era
2384 importante que ele fosse antes da realização da obra, que a travessia vai ser determinada
2385 conforme a, mas tudo bem, vamos adiante, porque aí de qualquer forma intervenções novas
2386 podem ser realizadas, pra que seja providas as passagens, elaborada por equipe técnica
2387 especializada com experiência comprovada na matéria entre outros tipos de passagens mais
2388 adequadas em cada ponto pra cada espécie, alternativas de pavimentação pra redução de
2389 velocidade, atendimento veterinário de urgência disponível em caso de atropelamento de
2390 animais, redutores de velocidade, radares de sinalização especialmente nos pontos de travessia
2391 da fauna, utilização de cercas próprias pra direcionamento dos animais para as passagens de
2392 fauna, isso, foi incluído uma observação que comporia a condicionante, alterar os projetos
2393 executivos pra inclusão das novas obras de artes definidas eventualmente no projeto de travessia
2394 da fauna, e aí o prazo nós temos aqui o problema do início das obras, nós mudaríamos aqui já
2395 que a outra questão foi altera, isso, no decorrer das obras, então seria essa aí a redação.
2396 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – DNIT, e logo depois a
2397 SUPRAM. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – o
2398 problema é que essa também era uma condicionante de LP ne, foi o que eu expliquei pro pessoal



2399 do Ministério Público, já existe previsões de passagens, inclusive as travessias ferroviárias, o
2400 DNIT coloca um diâmetro mínimo de 1 metro, independente da bacia exatamente pra possibilitar
2401 as travessias, então nós temos várias travessias ao longo da rodovia, com água algumas, outras, a
2402 grande maioria seca, que a gente possibilita, com relação a esse problema, igual eu falei com o
2403 pessoal lá, dá pra gente construir alguma coisa, fora do que está lá, só que tem o seguinte, esse
2404 estudo vai ter que ser feito concomitante à implantação, então não vou dizer que vou desmanchar
2405 a rodovia pra fazer, mas a gente tem que tentar fazer uma coisa mais acelerada exatamente pra
2406 gente evitar o retrabalho, agora, tem algumas coisas aqui que, por exemplo, alternativa de
2407 pavimentação pra redução de velocidade, um corredor como a 381 se eu colocar um pavimento
2408 diferente por causa de fauna, às vezes eu poço provocar até um acidente, então isso a gente tem
2409 que levar em consideração que uma 381 não é uma rodovia qualquer, a parte de atendimento
2410 veterinário, aqui eu estava até com 24 horas, redutor de velocidade, radares, sinalização
2411 especialmente nos pontos de travessia de fauna, então assim, os radares e as lombadas
2412 eletrônicas elas são feitas, elas são projetadas pra alguns pontos com relação à operação da
2413 rodovia, isso é até um problema que todo mundo reclama demais da gente colocar o radar, a
2414 sinalização de lombada, então assim, a gente, esses dispositivos são caros, eles são licitados em
2415 cima de um contrato, específico de pontos, onde que a gente precisa da redução de velocidade
2416 com relação à parte de operacional mesmo, da rodovia, então assim, tudo isso nós temos que
2417 levar bem em consideração e temos que trabalhar, com relação a utilização de cerca é tranquilo,
2418 agora, essas outras aqui realmente pra nós algumas coisas aqui não tem como cumprir, pelo
2419 menos assim. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – o que seria exatamente que a senhora
2420 acha que não podia cumprir de forma alguma, desses itens aí? Marília Fernandes, Supervisora de
2421 Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – atendimento veterinário, alternativa de
2422 pavimentação pra redução de velocidade. Leonardo Castro Maia, Ministério Público - essa
2423 alternativa de pavimentação, veja bem, mas entendo que é Br, etc, mas vamos pensar o seguinte,
2424 um animal atropelado também não pode causar um acidente? Marília Fernandes, Supervisora de
2425 Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – pode, com certeza. Leonardo Castro Maia,
2426 Ministério Público – isso daí é sugestivo, não quer dizer que não vai ter em nenhum trecho
2427 redutor (*falhas na gravação*) sugestões é um rol nessa parte, exemplificativo, pra que seja
2428 considerado isso, porque na Br 381 tem um monte de redução de velocidade pra vários motivos,
2429 inclusive pra nada às vezes, tem redução, tem um quebra-molas, não tem nada, não tem escola,
2430 não tem nada, alguém foi lá e “botou”, ou a prefeitura, alguém foi lá e ninguém viu, agora, a
2431 proposta que isso seja apenas considerado, mas com relação ao atendimento veterinário, eu
2432 queria falar uma, eu tive uma percepção aqui agora, pegando o que a senhora falou da questão da
2433 licença prévia que a senhora está coberta de razão, concordo, e eu queria fazer uma proposta, eu
2434 troco atendimento veterinário, estou brincando, mas talvez a gente possa fazer o seguinte, um
2435 ajuste pra que conste o seguinte no prazo no decorrer das obras para os lotes 1 a 8, e antes do
2436 início das obras para os lotes 9 e 10, não é, porque aí nós teríamos ainda, já que os projetos vão
2437 ser realizados, teríamos a opção dessas questões serem consideradas. Marília Fernandes,
2438 Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – não, isso inclusive não reunião lá
2439 no Ministério Público eu falei, não, 9 e 10 eu fechei, nós vamos fazer ele direitinho, fazer o
2440 monitoramento antes, fazer o estudo, fazer a previsão tudo bonitinho, 9 e 10 não tem erro.
2441 Porque nós ainda vamos lançar ele de novo, porque o quê que acontece? Aquelas licitações que
2442 nós fizemos que deram deserto, o DNIT agora está fazendo um re-estudo inclusive já com
2443 enfoque de intervenções mais discretas com relação ao meio ambiente, está re-estudando a parte
2444 de Greid, a parte de terraplenagem, a parte de supressão de vegetação, nós estamos tentando dar
2445 uma melhoria neles pra depois jogar na praça de novo, então como nós vamos reeditar, isso eu
2446 posso colocar no edital não tem problema, tanto que eu compro meti lá com a equipe do
2447 Ministério, falei assim, não, 9 e 10 nós vamos fazer do jeito que manda as normas, mas de 1 ao 8
2448 nós vamos que ter uma consideração maior porque a hora não é agora, o quê que a senhora se



2449 nós ficássemos da seguinte forma, veja bem, tiramos o atendimento veterinário, mas colocamos
2450 uma cláusula, não vai ser uma condicionante, uma observação como estava aqui que o DNIT vai
2451 considerar isso em caso de concessão atendimento veterinário em determinados pontos com a
2452 concessão a considerar, e aí colocamos no decorrer das obras, lotes 1 a 8 e antes do início das
2453 obras lotes 9 e 10, pra essa obrigação, acabamos de votar a cláusula 17, mas estão lincadas ne, a
2454 aí antes do início das obras para os lotes 9 e 10, e também naquela 17 que também é do
2455 monitoramento, eu acho que seria uma solução assim razoável que ajudaria bastante na proteção
2456 da fauna. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – com
2457 certeza, com relação ao estudo anterior, com relação a previsão de fauna o 9 e 10 a gente pode
2458 fazer ele exemplar, certo, sem problemas, o 1 ao 8 que não, mas o 9 e 10 está fechado, fazemos
2459 sim. Wesley, SUPRAM Leste – na verdade a gente gostaria só de esclarecer alguns dos pontos
2460 que levou a equipe técnica a considerar o projeto de travessia em discussão com o meio biótico
2461 como um projeto adequado pra travessia de fauna, se não me engano, na época a gente fez até a
2462 conta se tem uma densidade de pontos em torno, um ponto de travessia cada um 1,4 km, que
2463 basicamente a gente não encontra praticamente em nenhuma outra rodovia, isso desconsiderando
2464 a extensão desses pontos, ou seja, por exemplo, igual o caso do viaduto da Prainha e outros
2465 viadutos que nós conhecemos que tem pontos que são de muito maior extensão, mais atrativos à
2466 fauna, esses pontos em geral são utilizados realmente pra fauna, como o próprio artigo que o Dr.
2467 Leonardo no início da reunião, em relação a pontos de travessias aéreas, a equipe técnica
2468 entendeu até uma discussão que o próprio DNIT chegou abarcar junto do processo de
2469 licenciamento a questão é o seguinte, é uma estrada que transporta cargas especiais, cargas que
2470 não tem dimensões que são convencionais, então a travessia aérea quando muito elevada, muito
2471 distante do solo, ela realmente não se torna atrativo à fauna, então a equipe entendeu que nesse
2472 caso as travessias terrestres nesse pontos, são assitidas aí através do projeto ferroviário pela
2473 densidade de pontos em relação a extensão da rodovia, isso desconsiderando a extensão das
2474 travessias que nesse caso ele atenderia, que monitoramento de fauna seria consistido em um
2475 talvez uma adequação de algum projeto mediante a identificação de algum gargalo ou alguma
2476 falha de obra, outro ponto em consideração é que a equipe entendeu ser necessário que cada
2477 empreendedor reabiliza através de um estudo específico, não é dos lotes, questão do CETAS,
2478 porque esse CETAS serão justamente utilizados durante essa etapa da obra, e pra desmobilização
2479 nós deixamos ainda claro em condicionante que deveria ainda ser consultado o órgão ambiental,
2480 por que? No mês de novembro pra dezembro nós passamos a transição da fauna pro IBAMA
2481 para o estado, então pode ser que ao termino desse período de obras já tem ao estado
2482 regulamentava a questão que haja talvez algum fundo, ou alguma alternativa de aplicação de
2483 verba pra manutenção deste CETAS talvez até por conta das concessionárias, por esse motivo
2484 nós não entendemos que fosse necessário um projeto de travessias de fauna especificamente com
2485 a presença de um médico veterinário. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – bem, com isso
2486 eu fico até mais tranquilo ne, de retirar o atendimento veterinário. Wesley, SUPRAM Leste –
2487 porque como é recente a gente tem que levar em consideração que o parecer foi fechado em
2488 dezembro, foi de novembro pra dezembro, e nós ainda não temos uma lei que regulamenta isso,
2489 então a gente não sabe o quê que vai se desdobrar nesses próximos seis anos, pode ser que tenha
2490 alguma lei do estado que viabilize a continuidade deste CETAS onde eles serão implantados,
2491 essa foi a base da análise da equipe interdisciplinar. Leonardo Sorbliny Schuchter,
2492 Superintendente Zona da Mata – ok senhores, vamos então colocar em votação, vamos trabalhar
2493 a formatação final, mas acho que não foi só isso não ne, a equipe entende que não, nós vamos
2494 ver agora, a equipe entende que não seria necessário o projeto de travessia de fauna, seria isso?
2495 Leonardo Castro Maia, Ministério Público – bem, redação então proposta, redação final, seria
2496 elaborar o projeto de travessia da fauna a ser implantado na rodovia, com base nos dados obtidos
2497 no projeto de monitoramento de fauna atropelada, item anterior, elaborada pela equipe técnica
2498 especializada com experiência comprovada na matéria alterando os projetos executivos para



2499 inclusão de novas obras de artes de projeto de travessia de fauna, considerando entre outros tipos
2500 de passagens mais adequadas em cada ponto, pra cada espécie, alternativas de pavimentação para
2501 redução de velocidade, como eu disse isso é só exemplificativo, na verdade eu posso até retirar
2502 esse item, não é, não é importante, ta, vou retirar, redutores de velocidade, radares, sinalização
2503 especialmente nos pontos de travessia, se for necessário, utilização de cercas próprias para
2504 direcionamento dos animais para as passagens de fauna, aí eu constei aqui apenas uma
2505 observação que é em caso de concessão, considerar exigência ao concessionário de atendimento
2506 veterinário permanente para animais atropelados, eu acho importante que seja pelo menos
2507 ventilados nas discussões a cerca da, isso não é a condicionante ta, isso não é obrigação,
2508 inclusive separado como observação, prazo, no decorrer das obras para os itens 1 a 8, para os
2509 lotes 1 a 8, e antes do início das obras para os lotes 9 e 10. Marília Fernandes, Supervisora de
2510 Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais - com relação elaborar o projeto de travessia e
2511 segundo o que a SUPRAM falou, a SUPRAM do lote 1 a 8, ela considerou que está satisfatório,
2512 isso não vai ser considerado? Leonardo Castro Maia, Ministério Público – eu até recebo aí a
2513 consideração da SUPRAM com bastante atenção, mas, na verdade nós temos, foi produzido um
2514 laudo também técnico que instrui um procedimento nosso que acompanha esse licenciamento, e
2515 esse procedimento ele indicou a necessidade de um projeto, ta, então essa é a proposta do
2516 Ministério Público, então com todo respeito à posição da SUPRAM, mas nós entendemos que as
2517 condicionantes seriam necessárias, não foi, não teria sido até por causa do monitoramento, tem
2518 necessidade de ter um monitoramento, etc., então essa é uma informação que nós temos também
2519 assinada por vários, por um corpo técnico também de experiência, então nesse sentido que nós
2520 estamos propondo a manutenção da cláusula, então apenas alterando pra compatibilizá-la com a
2521 obra, então 1 a 8 durante a obra, 9 e 10 durante, vamos pensar que a travessia é a mesma ne, quer
2522 dizer, o projeto é o mesmo né, então so que se ele é necessário pro 9 e 10, eu acho que isso, no
2523 meu convencimento pessoal isso reafirma o que está naquele parecer, normalmente eu recebo
2524 aquele parecer técnico, que foi feito lá pra analistas do Ministério Público, eu considero, e às
2525 vezes me coloco de acordo com eles e às vezes não, mas aqui é a própria percepção de que pro 9
2526 e 10, por exemplo, pode ser melhorado, mas eu acho que me faz, confirma em mim esse
2527 convencimento de que nós deveríamos fazer uma coisa bem feita pra tudo, e são já, nós estamos
2528 na décima oitava condicionante, que não tinha, que algumas não tinham sido consideradas pela
2529 equipe da SUPRAM a despeito da sua competência indiscutível, etc., eu acho que faz parte desse
2530 nosso Conselho essa possibilidade de nós trazermos alguma coisa nova, somarmos alguma
2531 informação e essa informação me pareceu valiosa nesse sentido, por isso que eu mantenho a
2532 condicionante. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais –
2533 os lotes 9 e 10 eles são, é uma variante, eles são totalmente implantação de tudo, numa área que
2534 não tem nenhum, não tem nada, então aí é diferente, com relação à rodovia ela já está implantada
2535 lá e tal, a duplicação, mas o 9 e 10 é diferente porque é uma variante. Leonardo Castro Maia,
2536 Ministério Público – são níveis ne, é o mais caro são os 9 e 10 ne. Marília Fernandes,
2537 Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – com certeza, com certeza, o que eu
2538 gostaria é o seguinte, é o que o Mauro falou, retirar essas sugestões, o DNIT já está ciente das
2539 sugestões, mas porque senão dá dupla interpretação, exija que no nosso plano tenha isso, eu acho
2540 que poderia tirar essas sugestões. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – eu tirei, eu deixei
2541 apenas assim, tipos de passagens mais adequadas em cada ponto pra cada espécie, e é,
2542 sinalização, tirei a questão de redutor, e utilização de cercas para o direcionamento dos animais,
2543 ponto. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok então, senhores?
2544 Vamos colocar em votação, aqueles que estiverem de acordo com a proposta do Ministério
2545 Público permaneçam como estão, APROVADA por unanimidade. Proposta 19. A sim,
2546 disponibilizar os dados, ok. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – eu vou retirar isso.
2547 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, retirada então a proposta do
2548 item 19. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – que ela vai ser incorporada nos relatórios



2549 disponibilizados. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – questão 20, ah
2550 sim, a 20 também está vinculada ao projeto Malha que. Leonardo Castro Maia, Ministério
2551 Público – é porque a 19 eu estou retirando não por causa do Malha, estou retirando porque, a tá,
2552 a 20 eu vou retirar, sem dúvida. A 21 – implantar sinalização com grandes placas contendo fotos
2553 dos animais nos locais de possível ocorrência, eu já vi o DNIT com isso, BR 101, mico-leão-
2554 dourado, então eu acho que, eu achei muito interessante e achei que seria muito pertinente no
2555 nosso caso, especialmente nos lotes 9 e 10, que são áreas de fato que a rodovia vai entrar e que
2556 nós não sabemos que ali se encontra. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do
2557 DNIT em Minas Gerais – ressaltando condições operacionais, porque é aquilo, isso, grandes
2558 placas elas trazem mais chamativos do que as pequenas placas, então o cara olha aquele micão
2559 lá, esquece de olhar a sinalização, então sempre que possível, às vezes nós vamos olhar com o
2560 fazendeiro pra gente colocar fora da faixa, entendeu? Sempre que possível, é aquilo que eu falei,
2561 a gente atende desde que a gente não coloque em risco o usuário da rodovia, então às vezes, por
2562 exemplo, a 101, a topografia da 101 é bem mais tranqüila do que a topografia da 381,
2563 principalmente pelo que ela atravessa. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – eu acho até
2564 que, eu até acho o seguinte, que quando eu vi essa placa, eu pensei o seguinte, existe até o
2565 sentido de proteção do animal, às vezes não ter a placa, porque ali pode ser um chamaris pra
2566 caçador, etc, mas isso aí, nós não estamos determinando onde vai ficar a placa, é uma
2567 condicionante prudente considerar a isso ne, e o DNIT já fez isso em outros empreendimentos,
2568 então eu “botei,” considerando as regras operacionais de segurança, acrescentei. Com placas,
2569 com placas. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – mas aí a ação
2570 continua implantar ne. Leonardo Castro Maia, Ministério Público - implantar sinalização com
2571 placas contendo as fotos de animais nos locais de possíveis ocorrências, considerando as regras
2572 operacionais de segurança, essa é a condicionante. Leonardo Sorbliny Schuchter,
2573 Superintendente Zona da Mata – ok, o prazo, após a obtenção dos resultados de monitoramento
2574 de fauna atropelada, ok. DNIT de acordo? De acordo? Marília Fernandes, Supervisora de Meio
2575 Ambiente do DNIT em Minas Gerais – 21? 21 de acordo. Leonardo Sorbliny Schuchter,
2576 Superintendente Zona da Mata – ok, então em votação, aqueles que estiverem de acordo
2577 permaneçam como estão, APROVADA. Proposta 22. Leonardo Castro Maia, Ministério Público
2578 – 21 – adequar o projeto de monitoramento de fauna para obter dados de mobilidade da fauna e
2579 em pontos onde sarao implantados a variante dos lotes 9 e 10 principalmente próximo ao rio
2580 Santa Bárbara, com início imediato após a definição do traçado, essa questão, essa condicionante
2581 ela tem muita razão de ser em razão do rio Santa Bárbara, porque a nossa bióloga considerou
2582 essa área muito sensível, então ela quis frisar isso numa condicionante, prazo imediato com
2583 refinamento intensificação a partir da operação. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente
2584 Zona da Mata – de acordo? Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em
2585 Minas Gerais – o imediato aqui é exatamente agora porque nós estamos olhando a parte do edital
2586 ne, ok, o DNIT concorda. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok,
2587 então em votação o item 22, aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão,
2588 APROVADO. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – senhor presidente, agora eu queria
2589 propor rapidamente duas coisas, primeiro a consolidação das cláusulas em relatório numa única,
2590 ta. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – já estou com o texto aqui.
2591 Leonardo Castro Maia, Ministério Público – já está com o texto? Então ta bom. E a segunda é
2592 que, não sei se nós votamos, porque acabei, com relação houve o consentimento do próprio
2593 DNIT à anuência com relação a questão do monitoramento da fauna que foi na clausula 17, na
2594 condicionante 17, pra que no prazo fique, no recorrer da obra, 9 e 10 antes do início da obra, pra
2595 ficar conforme, aliás a 19 ne, pra ficar conforme a 18. Leonardo Sorbliny Schuchter,
2596 Superintendente Zona da Mata – ok, então fazer a vinculação então do prazo aprovado pra
2597 condicionante 18, vinculação desse prazo com condicionante 17 também pra questão lógica, ok?
2598 APROVADA a vinculação dos prazos. O texto proposto aqui é o seguinte, nós podemos e



2599 devemos trabalhar em cima dele, disponibilizar através de meio digital e site eletrônico relatório
2600 de acompanhamento das obras contemplando todos os monitoramentos e auto -onitoramentos
2601 efetuados durante as obras em cumprimento ao plano de controle ambiental, prazo,
2602 semestralmente, ele é bem genérico ne, mas acredito que contemple tudo. Leonardo Castro Maia,
2603 Ministério Público – eu queria, pra fim de votação eu queria sugerir o seguinte, disponibilizar
2604 todos os relatórios mencionados no anexo do voto, no site, no site e aí nós vamos aqui
2605 rapidamente com a equipe da SUPRAM consolidar essa cláusula sabendo que não vai ficar
2606 dúvidas nenhuma sobre quais relatórios que são, porque são os relatórios do anexo ne, seria a
2607 sugestão nossa apenas colaríamos ne. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da
2608 Mata - pra fins de publicação nós vamos ter que citar todos esses relatórios. Leonardo Castro
2609 Maia, Ministério Público – mas estão todos eles enumerados no anexo, o anexo já acompanha os
2610 autos, não seria suficiente falar todos os relatórios do anexo? Paulo, SUPRAM Leste – a idéia de
2611 meio eletrônico todas os relatórios a serem protocolados na SUPRAM de acordo, conforme o
2612 parecer único número tal, tal e o que foi adicionado aqui. Leonardo Castro Maia, Ministério
2613 Público – no anexo nós estamos propondo apresentar o relatório do monitoramento da água,
2614 relatório da fauna, o relatório de monitoramento da fauna. Paulo SUPRAM Leste - mas todos
2615 esses estão previstos no parecer. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – então está bom,
2616 todos do anexo e do procedimento, porque eu tenho certeza que estou no anexo, se estão falando
2617 que estão também espalhadas pelos autos o problema é que nós vamos, pé mais fácil pegar o
2618 anexo a li analisar os relatórios, e analisar todos os autos do licenciamento ambiental pra saber.
2619 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – pois é, a minha dúvida é esse,
2620 porque eu acredito que no anexo haja. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – é mais fácil
2621 colocarmos o anexo. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – tem
2622 algumas referencias, algumas exigências que não. Leonardo Castro Maia, Ministério Público –
2623 na verdade são três condicionantes do anexo, eu já marquei aqui quais são, e vou aqui
2624 rapidamente sobre a supervisão da SUPRAM, da Maria Helena coloca-las aqui, só os estudos
2625 que relatórios que foram mencionados no anexo, que a proposta é nossa, era uma condicionante
2626 que o Ministério Público propôs, então são todos os estudos de monitoramento de água, de fauna
2627 estão incluídos. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – então vamos
2628 colocar aqui o seguinte texto, nós precisamos definir o texto pra publicação, disponibilizar
2629 através de meio digital, no site eletrônico relatório de acompanhamento das obras contemplando
2630 todos os monitoramentos, conselheiros, todos os monitoramnetos e auto-monitoramentos
2631 efetuado durante as obras assim como todos os relatórios mencionados no anexo do voto do
2632 Ministério Público, seria nesse sentido? Leonardo Castro Maia, Ministério Público – é, eu estou
2633 propondo assim, senhor presidente. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT
2634 em Minas Gerais - após a provação da SUPRAM ne. Leonardo Castro Maia, Ministério Público -
2635 eu estou colocando assim porque na verdade (*falhas na gravação*) aparecerão, então é isso, todos
2636 os relatórios do anexo é apresentá-los e disponibilizados em meio eletrônico público, após a
2637 aprovação da SUPRAM. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ta ok,
2638 há consenso ne, a redação final ficaria. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – eu posso
2639 propor uma coisa que eu não tinha pensado, mas considerando que o próprio presidente falou
2640 questão prática, não seria mais fácil nós colocarmos o seguinte, olha, todos vão ser
2641 disponibilizados na internet, independentemente da aprovação da SUPRAM, porque na verdade
2642 vocês vão apresentar à SUPRAM, se a SUPRAM pedir informação complementar vocês vão
2643 fazer outro relatório e vamos colocar também, não, mas aí os relatórios estão lá, os relatórios
2644 foram produzidos pelo empreendedor. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do
2645 DNIT em Minas Gerais - e não aprovados, eu prefiro a aprovação da SUPRAM, a não ser que a
2646 SUPRAM. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – acho mais fácil, porque como é que os
2647 senhores vão saber, vão esperar a aprovação da SUPRAM, a SUPRAM aprovou, a SUPRAM
2648 não aprovou, não era melhor, esse documento ele é público, se alguém for na SUPRAM ele



2649 poderá ter acesso a esse relatório sendo ou não aprovado pela SUPRAM, então não é melhor
2650 apresentar em todos esses, o não aprovado também vai ficar nos autos, publicar os relatórios na
2651 internet. Marília Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – para o
2652 DNIT documento só é público quando aprovado, isso aí se você bater lá no DNIT, eu quero
2653 projeto tal, está aprovado? Não, então não é público, os nossos documentos só são públicos após
2654 a aprovação, que tem portaria de aprovação, e tudo aí ele é público, antes disso não, então por
2655 isso que eu falei após a aprovação da SUPRAM, porque as regras pra nós é sempre assim, não
2656 sei pro estado. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – não, veja bem, veja bem, *(falhas na*
2657 *gravação)* todo procedimento que entrar nos autos é público, né, todo documento produzido é
2658 público, se ele vai surtir efeitos ou não, que se espera depois de aprovado, é outra coisa, mas
2659 estar nos autos, estar acessível a qualquer pessoa do povo ele vai estar, então eventualmente o
2660 nosso, nós estamos deliberando aqui o licenciamento, tem um monte de coisa aqui, que nós
2661 tivemos de acordo, outro nós não ficamos de acordo, e vai sair uma relação de condicionantes,
2662 toda essa discussão aqui pública, ela vai estar nos autos, concordo, ne, então é a mesma coisa, é
2663 público na verdade, uma vez que ele entrou nos autos ele é público, agora, se ele vai ser
2664 aprovado ao não isso é outra coisa, eu não estou propondo que lá no site conste que ele foi
2665 aprovado, não estou pedindo ao DNIT pra dizer que o relatório foi aprovado, eu estou apenas
2666 sugerindo, que eu acho que seria mais fácil, publicar o relatório na internet, se ele for aprovado
2667 ou não isso é outra informação, pode até crescer lá, relatório aprovado, relatório ainda não
2668 aprovado, relatório pendente, relatório já aprovado, eu acho que seria até interessante, agora,
2669 porque eu penso na prática, os senhores vão fazer um relatório e vão apresentar pra SUPRAM, a
2670 SUPRAM não aprovou, ela vai pedir outro relatório, vocês vão fazer um outro relatório, de
2671 qualquer forma os dois relatórios foram feitos, foram aprovados, estão nos autos. Marília
2672 Fernandes, Supervisora de Meio Ambiente do DNIT em Minas Gerais – bom, assim, isso
2673 realmente eu não posso falar, porque assim, outra coisa que eu quero deixar claro aqui que quem,
2674 vinha hoje, eu vinha também, mas a coordenadora geral de meio ambiente vinha, aí ela teve que
2675 atender a Ministra não pode vir, então assim, nós estamos assumindo aqui, o Mauro está
2676 representando a CG MAB, o Carlos a parte jurídica, então assim, o DNIT está representado aqui
2677 com pessoas que podem falar pelo DNIT, só que assim, eu quero que deixe registrado nos autos
2678 caso o DNIT Brasília tenha um outro entendimento nós poderemos vir aqui mesmo que a gente
2679 tenha aceite, vir aqui e pedir uma nova discussão tá, é porque assim, eu sei que cabe recurso,
2680 mas que incoerência, o DNIT vem aqui aceita item por item e depois pede recurso? Uai, não tem
2681 palavra não? Então, nós temos palavras, mas infelizmente a nossa palavra não é definitiva no
2682 DNIT né, eu sou uma supervisora, tem a coordenadora, tem diretor, tem um monte de gente
2683 acima de mim, eu sou o décimo quinto escalão, sei lá que escalão que eu sou, mas eu estou lá
2684 embaixo, na rabeira, então nós estamos aqui representando o DNIT, temos condição de assumir
2685 porque o que está aqui está bem razoável, acreditamos que tem condições de cumprir, agora,
2686 pode ser que não, com relação a esse negócio do relatório, o entendimento de Brasília é bem
2687 claro com relação a isso, então pode colocar aí, mas talvez nós vamos ter que ter um
2688 entendimento diferenciado com relação a isso tá. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente
2689 Zona da Mata – bom, não chegamos ainda numa redação ne? A idéia é. Leonardo Castro Maia,
2690 Ministério Público Castro Maia, Ministério Público – senhor presidente, pode ficar após
2691 aprovada, após aprovada, então todos os relatórios referidos, todos os relatórios e informações
2692 referidas no anexo, uma vez aprovados pela SUPRAM, o DNIT publicará em local eletrônico e
2693 público todos os relatórios mencionados no anexo do voto do conselheiro uma vez aprovados
2694 pela SUPRAM. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, finalmente,
2695 muito bem senhores, agradeço a presença de todos, desejo a todos uma boa noite. Wilson
2696 Starling, SEDE – queria colocar a 762 na pauta hoje, não tem jeito não? Leonardo Sorbliny
2697 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – vão com Deus e até a próxima.